



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

BÁRBARA CAMPIDELLI GHIRELLO

**NEGROS E BRANCOS:
IDENTIDADE E TERRITÓRIO EM CAMPINAS (1888-1956)**

CAMPINAS-SP

2018

BÁRBARA CAMPIDELLI GHIRELLO

**NEGROS E BRANCOS: IDENTIDADE E TERRITÓRIO
EM CAMPINAS (1888-1956)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jane Victal

CAMPINAS-SP

2018

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa CRB 8/7313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4098161 Ghirello, Bárbara Campidelli.

G425n

Negros e brancos: identidade e território em Campinas (1888-1956) / Bárbara Campidelli Ghirello. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.

153 f.

Orientadora: Jane Victal Ferreira.

Tese (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano - Campinas (SP). 2. Espaço urbano. 3. Discriminação racial. 4. Negros - Identidade racial. 5. Campinas (SP) - Desenvolvimento. I. Ferreira, Jane Victal. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD – 22. Ed. t711.4098161

BÁRBARA CAMPIDELLI GHIRELLO

“NEGROS E BRANCOS: IDENTIDADE E TERRITÓRIO EM CAMPINAS (1888 – 1956)”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Jane Victal Ferreira

Dissertação defendida e aprovada em 20 de Fevereiro de 2018 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



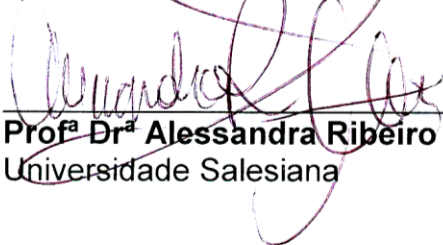
Profª Drª Jane Victal Ferreira

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof Dr Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profª Drª Alessandra Ribeiro Martins

Universidade Salesiana

À todas as negras e negros que contribuíram com sua
cultura e história na formação de Campinas.
No jeito do meu povo e nas ruas da minha cidade, eu vejo
você.

Minha imensa gratidão e amor a todos aqueles que me fortaleceram e, com isso, tornaram possível a laboriosa missão de escrever uma dissertação de mestrado.

À Adriana, minha mãe, e seu suporte muitas vezes necessário;
Ao meu pai, Plínio, de quem herdei a paciência necessária para seguir sempre em frente;

Aos meus irmãos, Leonora, Enrico, Camille e Maya, que entre brigas e cumplicidades, serão sempre meus companheiros;

À Letícia, minha namorada, por seu carinho e apoio infinitos;

À Jane, minha orientadora, por aceitar a empreitada de desvendar territórios campineiros;

À Alessandra e Caracol, pelas enriquecedoras contribuições;

À PUC Campinas que viabilizou sete anos de intensa formação profissional e pessoal;

À Capes pelo apoio financeiro.

Índice de Mapas

MAPA 01 – LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA RELACIONADOS AO TRABALHO (1861-1950) - PRODUZIDO PELA AUTORA, REFERÊNCIAS NA LEGENDA.....	61
MAPA 02 - LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA RELACIONADOS À MORADIA (1861-1950) - PRODUZIDO PELA AUTORA, REFERÊNCIAS NA LEGENDA.....	71
MAPA 03 - LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA RELACIONADOS AO LAZER (1861-1950) - PRODUZIDO PELA AUTORA, REFERÊNCIAS NA LEGENDA.....	83
MAPA 04 - LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA RELACIONADOS À RELIGIÃO (1861-1950) - PRODUZIDO PELA AUTORA, REFERÊNCIAS NA LEGENDA.....	88
MAPA 05 – INTERVENÇÕES URBANAS RELACIONADAS AO SANEAMENTO – CAMPINAS, SP; PRODUZIDO PELA AUTORA, REFERÊNCIAS NA LEGENDA.	105
MAPA 06 – INTERVENÇÕES APROVADAS NO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS – CAMPINAS, SP – PRODUZIDO PELA AUTORA, REFERÊNCIAS NA LEGENDA.....	126
MAPA 07 – TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA E INTERVENÇÕES URBANAS – CAMPINAS, SP - PRODUZIDO PELA AUTORA, REFERÊNCIAS NA LEGENDA.	134

Índice de Figuras

FIGURA 1 – MULHERES LAVANDO ROUPA NA LAGOA DO TAQUARAL, 1948 – FOTOGRAFIA DE GILBERTO DE BIASI; ACESSADA EM < HTTP://BYBASSAN.BLOGSPOT.COM.BR/2013/07/O-HOMEM-QUE-FOTOGRAFOU-HISTORIA- DE.HTML > DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2017. _____	63
FIGURA 2 – RECORTE DA PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS LEVANTADA EM 1929 ONDE É POSSÍVEL OBSERVAR AS CONSTRUÇÕES IRREGULARES PRESENTES NO BAIRRO DO “CAMBUHY” (CAMPINAS, 1929A) _____	79
FIGURA 3 – RECORTE DA PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS LEVANTADA EM 1929 ONDE É POSSÍVEL OBSERVAR AS CONSTRUÇÕES IRREGULARES PRESENTES NO BAIRRO “VILLA INDUSTRIAL” (CAMPINAS, 1929A) _____	81
FIGURA 4 - RECORTE DA PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS LEVANTADA EM 1929 ONDE É POSSÍVEL OBSERVAR AS CONSTRUÇÕES IRREGULARES PRESENTES NO BAIRRO “VILLA NOVA” (CAMPINAS, 1929A) _____	81
FIGURA 5 - “MAPPA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS – ESCALA 1:100.000 – 1929” (CAMPINAS, 1929B) – ALTERADO PELA AUTORA _____	98
FIGURA 6 – PLANTA PRODUZIDA POR PRESTES MAIA COMO UM ESTUDO PARA O PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS. FONTE: CENTRO DE APOIO DIDÁTICO (CAD) DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PUC CAMPINAS _____	123

Resumo

O presente trabalho desejou investigar a localização espacial da população e da cultura negra em Campinas-SP entre os anos 1888 e 1956 e analisar as intervenções urbanas realizadas no período, identificando seu caráter disciplinador e autoritário. Com os objetivos de visibilizar a ancestralidade africana na história da cidade e de desconstruir a ideia de inevitabilidade e de neutralidade política relacionada à consolidação do espaço urbano e ao crescimento das cidades, a pesquisa pretendeu contribuir com os estudos recentes sobre a importância da cultura de matriz africana e levantar debate acerca dos pensamentos por trás da territorialidade brasileira e, em especial, da cidade de Campinas. A pesquisa se pautou em análises bibliográficas, cartográficas, iconográficas, de legislação urbanística, de documentação jornalística, e construção de cartografias, através das quais se constatou que a cultura e identidade euro-brasileira, com seu senso de dominação e poder, neste período, se impôs e coagiu a cultura e identidade afro-brasileira, fazendo nascer um ambiente urbano campineiro marcado pela identidade branca dos barões do café e pela invisibilização não só da negritude mas também de qualquer outra possibilidade de cenário urbano, que não aquele estabelecido no imaginário desta cidade.

Palavras-chave: cultura urbana; territórios de matriz africana; modernidade; progresso; Campinas.

Abstract

The present work aimed to investigate the spatial location of the population and the black culture in Campinas-SP between 1888 and 1956 and to analyze the urban interventions carried out in the period, identifying its disciplinary and authoritarian character. With the aim of making african ancestry visible in the history of the city and deconstructing the idea of inevitability and political neutrality related to the consolidation of urban space and the growth of cities, the research aimed to contribute to recent studies on the importance of african matrix culture and to debate the thoughts behind the brazilian territoriality, especially in Campinas city. The research was based on bibliographic, cartographic, iconographic and journalistic documentation, urban legislation and cartography analyzes, through which it was found that euro-brazilian culture and identity, with its sense of domination and power, imposed itself and coerced afro-brazilian culture and identity, giving birth to a urban environment marked by the white identity and the invisibility not only of blackness but also of any other possibility of urban scenery, other than that established in the imaginary of this city.

Palavras-chave: urban culture; african matrix territory; modernity; progress; Campinas.

Sumário

ÍNDICE DE MAPAS	3
ÍNDICE DE FIGURAS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
SUMÁRIO	6
INTRODUÇÃO	7
CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA	7
SOBRE OS CONCEITOS	8
CAPÍTULO I: CULTURA E IDENTIDADE DA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA	17
AÇÚCAR, CAFÉ E O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA EM CAMPINAS	17
MATRIARCADO NEGRO X PATRIARCADO BRANCO, UM CHOQUE CULTURAL NAS RAÍZES BRASILEIRAS	26
DISCUSSÕES SOBRE RAÇAS: AS TEORIAS RACISTAS DO SÉCULO XIX	30
RACISMO À BRASILEIRA	36
CAPÍTULO II: MATRIZ AFRICANA E O TERRITÓRIO	48
CORPO NEGRO, MATRIZ AFRICANA E TERRITÓRIO	48
TERRITÓRIOS URBANOS DE MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS	59
TERRITÓRIOS RURAIS DE MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS	94
CAPÍTULO III: BAIRRISMO, RELAÇÕES DE PODER E INTERVENÇÕES URBANAS	100
CAMPINAS, SANEAMENTO E INTERVENÇÕES URBANAS	100
BAIRRISMO, MODERNIDADE E RELAÇÕES DE PODER	109
O NASCIMENTO DA CAMPINAS MODERNA	119
INTERVENÇÕES URBANAS E OS TERRITÓRIOS DE MATRIZ AFRICANA: UMA SOBREPOSIÇÃO	133
CONCLUSÃO	143
BIBLIOGRAFIA	145

Introdução

Contextualizando a problemática

Inserida numa política iluminista de ocupação do eixo centro-sul da colônia brasileira, a então freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá teve como propulsor de seu desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XVIII, a produção de açúcar, e mais tarde a influente produção cafeeira, que teve seu declínio apenas no final do século XIX. A mão de obra negra foi praticamente a única que serviu à produção açucareira e, em seguida, à cafeeira. Esta população escravizada, portanto, cresceu rapidamente neste período. Os escravizados, trazidos da África contra a própria vontade, possuíam, evidentemente, sua maneira de se vestir, de se relacionar, de ver o mundo, ou seja, sua própria cultura (MARTINS, 2014).

Em 1836, mais da metade da população da cidade compunha-se de africanos escravos mantendo-se a média inalterada durante as duas décadas posteriores, onde em meados de 1854 a população de negros correspondia a 57,7% da população total do município. (MARTINS, 2014, p.16)

É inegável, portanto, a presença da cultura de matriz africana na história da cidade de Campinas, e, conseqüentemente, de territórios associados a ela na cidade. Sendo estes os espaços onde a população negra se reunia.

Apesar disso, diz-se popularmente que Campinas é a “cidade dos barões” como se no decorrer da história da cidade a presença dos barões do café fosse o fator mais relevante à narrativa. A cultura de matriz africana poucas vezes é associada ao imaginário da cidade, que se formou, com isso, mais ligado aos ideais transmitidos por uma classe dominante, que mascaram a presença negra. Estes ocultamentos influenciam na construção de uma identidade cultural da cidade, que é hoje elitizada.

Discutiremos no decorrer desta pesquisa acerca da formação desta identidade cultural elitizada e sua possível influência na construção do espaço urbano, seja esta influência direta, através de projetos urbanos pensados por políticos ou profissionais da área, ou indireta, através do processo espontâneo de ocupação capitalista do

território que a todo momento exclui determinadas pessoas de espaços urbanos específicos, gerando segregação sócio espacial.

Pretende-se, partindo destas reflexões, investigar os marcos territoriais importantes da cultura de matriz africana na malha urbana e levantar questionamentos acerca de possíveis localizações de territórios negros nos arrabaldes de Campinas. Na mesma medida, serão analisadas as transformações urbanas pelas quais passou a cidade de Campinas entre 1888 e 1956, baseadas na compreensão de que os planos de saneamento e de modernização foram projetos baseados em uma cultura branca. Por fim, as informações sobre os territórios de matriz africana e sobre as intervenções urbanas serão sobrepostas e analisadas.

Afim de contextualizar a pesquisa iniciaremos, aqui, conceituando alguns termos centrais para o desenvolvimento da investigação.

Sobre os conceitos

Identidade como um conceito central

O primeiro conceito a ser explorado será o de *identidade*, termo bastante desenvolvido por diversos autores, central para esta pesquisa e de importância sociopolítica na pós-modernidade, uma vez que foi neste momento da história que a ampla sobreposição de informações gerou uma “crise de identidade” que conduziu os indivíduos à olharem para este assunto. Com isto posto, a primeira questão que cabe aqui esclarecer é a de que esta pesquisa não tem a intenção de reconstruir a concepção de identidade no contexto do seu objeto, mas propor um olhar do hoje sobre os acontecimentos da primeira metade do século XX.

Stuart Hall (2006), afim de simplificar o entendimento das transformações do conceito de identidade ao longo da história, divide o termo em três diferentes concepções, as quais ele denomina “o sujeito do Iluminismo”, “o sujeito sociológico” e o “sujeito pós-moderno”. No primeiro, o sujeito do Iluminismo é um indivíduo totalmente centrado e racional, sendo este centro essencial para a sua identidade, que já nasce com o indivíduo e permanece contínua por toda sua vida. Já para o sujeito sociológico a relação com outras pessoas torna-se a chave fundamental para compreender a formação de sua identidade, que reflete a crescente complexidade do mundo moderno. Nesta concepção, a relação entre o “interior” e o “exterior” do indivíduo configuram sua identidade. O mundo real “exterior” influencia continuamente

as transformação do “interior” do ser, passando a ser parte do mesmo. Por fim, o sujeito pós-moderno, que é o sujeito do hoje, no qual Hall se aprofunda, cercado pela infinidade de possibilidades da pós modernidade, não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas por um “eu” coerente” (HALL, 2006, pág. 13).

Em sumo, para Hall, o conceito de identidade não corresponde à um núcleo estável que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, e tampouco se refere a um eu coletivo “capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais”. Hall entende, no entanto, que as identidades não são nunca unificadas, mas, pelo contrário, cada vez mais fragmentadas e “multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas” (HALL, 2011, p.108). Para o autor a identidade é criada a partir de como o sujeito se apropria dos recursos da história. A identidade de um povo, desse modo, não é a sua história, mas sim o que ele faz com ela (HALL, 2011).

Esta concepção foi, e ainda é, na pós-modernidade uma questão amplamente discutida, não apenas por Stuart Hall, mas por autores como Anthony Giddens, com o debate sobre os mecanismos de auto identidade que são constituídos pelas instituições modernas, e Zygmunt Bauman, com suas teorias sobre a modernidade líquida (GIDDENS, 2002; BAUMAN, 2005).

Ainda segundo Hall, porém:

“Tentar mapear a história da noção de sujeito moderno é um exercício extremamente difícil. A ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a estória do sujeito moderno” (HALL, 2006, pág. 24).

Ao analisarmos o objeto da pesquisa em questão, é possível perceber que já nos séculos XVI, XVII e XVIII essa multiplicidade que compõe os indivíduos passou a ser importante na composição das identidades. A partir do momento em que o homem branco passa a habitar um novo continente e conviver com outro clima, outra geografia e outras culturas, sua identidade automaticamente se modifica. O mesmo ocorre com

o indivíduo negro quando tirado de seu lugar de origem e posto em contato com uma infinidade de novas informações e com o indivíduo indígena, quando colocado em contato com estes novos conhecimentos que chegam ao continente. Na primeira metade do século XIX, mesmo com estas relações sociais já muito mais desenvolvidas, o caráter de transformação dos “eus” que compunham o cenário brasileiro não desapareceu, ao contrário disso, seguiu uma crescente, influenciado pela, cada vez maior, quantidade de informações disponível.

Seguindo esta lógica, fica evidente que não é possível considerar nem que a identidade dos escravizados, nem a dos barões do café eram homogêneas e imutáveis, mas que, pelo contrário, estavam em constante transformação, incorporando e desincorporando traços culturais de acordo com o contexto do tempo e do espaço em que estariam inseridos.

Alguns outros autores, como Néstor Garcia Canclini, trazem para a discussão um outro conceito importante, que é o da narrativa. Para o autor, as identidades são narrativas que se constroem e reconstroem entre os diversos atores sociais. Esta vertente, portanto, também não acredita na teoria de uma identidade *una*, mas sim em uma identidade que tem sua construção imaginária ao ser narrada, como uma história. Ou seja, a medida que o indivíduo narra sua própria trajetória, ou a trajetória de seu povo, ou ainda a trajetória de terceiros, a identidade vai sendo construída (CANCLINI, 1995; 2006).

Hall, nesta mesma linha, aponta para a identidade que surge a partir da narrativização do eu. Segundo o autor, o caráter fantasioso desta narrativa não diminui sua eficácia discursiva, material ou política. Parte destas narrativas, portanto, podem estar no imaginário – e na maior parte das vezes estão –, constituídas pela imaginação sendo justamente por isso, segundo Hall, necessário compreender as identidades como sendo “produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2011, p.109).

Castells, por sua vez, afirma que a construção social da identidade está marcada por relações de poder, e propõe uma distinção entre três formas de construção de identidade: A identidade legitimadora, aquela imposta pelas instituições dominantes, a identidade de resistência, na qual os atores estigmatizados pela lógica da dominação conservam sua cultura original e a identidade de projeto, construída pelos

atores sociais através de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance (CASTELLS, 1999).

Segundo o autor cada forma de construção de identidade tende a formar um tipo de grupo social. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, a identidade de resistência, por sua vez, leva a construção de comunidades e a identidade de projeto produz sujeitos.

Colocando como exemplo o objeto de estudo, podemos afirmar com base na teoria de Castells, que a identidade cultural dos barões do café era uma identidade legitimadora (e portanto imposta por instituições, tais como as midiáticas e políticas, e formadora de uma sociedade civil), enquanto que a dos escravizados era uma identidade de resistência (conservando, ainda que não unicamente, a cultura africana e formando comunidades).

Ainda segundo o autor, identidade é "a fonte de significado e experiência de um povo" (CASTELLS, 1999).

Território e territorialidade, relações de poder

Outros conceitos fundamentais para esta pesquisa são o de *território* e *territorialidade*, frequentemente utilizado em áreas como a geografia, as ciências políticas, o urbanismo, entre outras, porém, muitas vezes com significados divergentes. Claude Raffestin aponta, como princípio, que espaço e território não são termos equivalentes. Enquanto espaço diz respeito apenas à porção de terra, território tem conotações econômicas, políticas, sociais e culturais. Segundo Raffestin o espaço é anterior ao território. O território, segundo o autor, se forma a partir do momento em que o espaço é apropriado pelo indivíduo ou grupo, seja esta apropriação física ou abstrata (através, por exemplo, da representação). Desta forma o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, mas sim uma produção a partir dele (RAFFESTIN, 1993).

Sendo a representação do território uma forma de apropriação e, portanto, de territorialização do espaço, Raffestin aponta para a cartografia moderna, nascida na Renascença, como uma ferramenta que rapidamente se tornou um instrumento de poder e do poder (RAFFESTIN, 1993). Por este motivo esta pesquisa pretende investigar as cartografias sobre Campinas sob a perspectiva de que foram contratadas e desenvolvidas como ferramentas de controle do espaço e do território.

Ainda segundo Raffestin todo sistema territorial é formado por superfícies, também denominadas por ele como *tessituras* (nas quais os indivíduos ou grupos se instalam), pontos, também denominados *nós* (nos quais as relações ficam mais concentradas) e linhas, ou *redes* (que conectam as superfícies e pontos). As linhas delimitam, portanto, a distância entre um local e outro. Esta distância, segundo Raffestin, pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicas ou econômicas. Esta interação entre os locais pode, portanto, ser de cunho político, econômico, social e cultural e este sistema de interações constitui, segundo o autor, “o invólucro no qual se originam as relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, pág. 151).

Toda tessitura, segundo o autor, implica a noção de limite, que é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial. A necessidade de caracterizar, classificar, distinguir, ou seja, delimitar, é para todos os tipos de práticas e conhecimentos, fundamental (RAFFESTIN, 1993).

Sobre a noção de limite Raffestin aponta que:

“Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação.” (RAFFESTIN, 1993, pág. 153)

Estes limites podem ser mais rígidos ou mais flexíveis, à depender de sua origem. Limites políticos e administrativos, por exemplo, são, em geral, mais estáveis, enquanto os econômicos tendem a ser bem menos rígidos (RAFFESTIN, 1993).

Sobre os nós, ou localizações nas quais os indivíduos ou grupos se agregam (aldeias, cidades, metrópoles), Raffestin aprofunda seu raciocínio dizendo que estes são os lugares onde se elabora toda a existência, uma vez que é a partir deles que o indivíduo se coloca no território e o representa, tendo sua localização como centro. O autor aponta, ainda, que por algum tempo a geografia não deu a estes pontos o tratamento adequado, visto que não enxergavam sua potencialidade enquanto nodosidades que poderiam modificar a situação das malhas em que estavam inseridas (RAFFESTIN, 1993).

Por fim, sobre as redes que compõe os territórios, Raffestin aponta que, na mesma medida em que estas são criadas para conectar os diferentes nós e tessituras,

estas podem também ser barreiras em sua comunicação. Este fenômeno ocorre, por exemplo, no momento em que se constrói uma rodovia ou ferrovia para conectar nós distantes um do outro e acaba-se por segregar as tessituras localizadas de um lado e de outro desta linha. Raffestin aponta ainda que toda rede é uma imagem do poder do(s) ator(es) dominante(s), uma vez que só são construídas as “linhas” que à ele(s) interessa (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993, pág.158) conclui apontando que toda rede “revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço”, ou seja, uma relação de poder.

Marcelo José Lopes de Souza, por sua vez, apesar de concordar com alguns pontos da teoria de Raffestin, tal como a diferença entre espaço e território, faz a crítica a outros, quando aponta o fato de o conceito de território para Raffestin ser quase um sinônimo de espaço social. Segundo Souza (in CASTRO e GOMES, 2000, pág. 97) “o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Ou seja, apesar de o território existir sobre um espaço e ser substancialmente ligado à ele, não deve ser confundido com o espaço em si (SOUZA in CASTRO e GOMES, 2000).

Souza, assim como Raffestin, também aponta para importância das relações de poder no que diz respeito ao território. O autor inicia esta discussão discorrendo sobre a importância da compreensão do espaço físico em contextos de guerra, colocando o território como instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder desde pelo menos cinco séculos antes de Cristo, quando este tipo de conflito não só já existia, como era cuidadosamente teorizado por autores como Sun Tzu em “A arte da guerra” (SOUZA in CASTRO e GOMES, 2000).

O território, portanto, é colocado por Souza (in CASTRO e GOMES, 2000, pág. 78) como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Definição bastante próxima da de Raffestin e da grande maioria dos pesquisadores contemporâneos que abordam a questão do território. Será, no contexto desta pesquisa, uma das diretrizes para delimitar o conceito e investigar as questões que envolvem esta temática.

Sobre a epistemologia do conceito de território, Souza apresenta algumas questões acerca da utilização deste termo nas diferentes áreas do conhecimento.

Segundo o autor é comum que pesquisadores da Geografia Política, como Friederich Ratzel, coloquem o território como se tratando da nação ou do estado, uma delimitação unicamente política, como se este território fosse vazio de significado cultural, geográfico (SOUZA in CASTRO e GOMES, 2000).

O autor aponta, em seguida, para uma outra forma de abordar a temática da territorialidade, em contrapartida à abordagem da Geografia Política, na qual o território é entendido como uma teia de relações sociais que definem um limite entre o “nós” (aqueles indivíduos que estão dentro deste limite e que são membros da coletividade) e os “outros”. Segundo Souza, estes territórios podem “formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido” (SOUZA in CASTRO e GOMES, 2000, pág. 87).

A exemplo disso o autor cita os territórios de prostituição, que são bastante “flutuantes” ou “móveis”, por conta de sua ocorrência apenas no período da noite e também por conta da continua disputa por território entre os grupos “rivais” (prostitutas, travestis e michês), ou entre os profissionais do sexo e outras comunidades contrárias a sua permanência no território. Todas estas variáveis fazem com que os territórios de prostituição sejam flutuantes, seja porque alteram seu caráter durante o dia e a noite, seja porque alteram seu limite espacial num curto período de tempo (SOUZA in CASTRO e GOMES, 2000).

Os territórios de matriz africana, que serão analisados nesta pesquisa, também podem ser fixos ou móveis. A exemplo, os chafarizes e cursos d’água no qual as negras iam buscar água ou lavar roupas, eram territórios flutuantes enquanto que os cortiços constituíam territórios fixos. Este conceito e esta relativização serão, portanto, incorporados no desenvolver desta dissertação.

Acerca da territorialidade, Souza aponta que para alguns autores, tais como Raffestin e Robert Sack, o conceito é utilizado para descrever o comportamento espaço-territorial de um grupo social. Souza indica, portanto, que outros termos existem para designar este comportamento, tal como territorialismo, e descreve sobre o conceito de territorialidade:

“A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é [...] *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em

que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc.” (SOUZA in CASTRO e GOMES, 2000, pág. 99).

Esta noção de territorialidade será também utilizada no contexto dessa pesquisa, afim de analisar com mais clareza os territórios e suas características.

Por fim, Souza (in CASTRO e GOMES, 2000) apresenta a relação de proximidade em que se encontram, principalmente em um país como o Brasil, os conceitos de território e de desenvolvimento. Esta proximidade, pautada em valores conservadores que colocam a modernidade e o desenvolvimento como preceitos para o bem estar de uma sociedade, será analisada no decorrer desta pesquisa, num esforço contíguo ao de Souza, de desvencilhar estes dois conceitos do seu peso ideológico e conservador.

Matriz africana, ancestralidade africana e o corpo negro

Por diversos motivos encontrou-se dificuldade em delimitar e afirmar territorialidades negras no decorrer da pesquisa. Esta dificuldade pode estar relacionada, primeiramente, à intensa carga cultural de repressão à identidade negra (abordada com mais atenção no primeiro capítulo desta dissertação), que diminui e oculta a presença negra nas cidades. Ou ainda, pode estar relacionada ao fato de que negros e brancos, no Brasil, por vezes frequentaram os mesmos espaços, seja por uma herança da colonização portuguesa que mantinha alguns dos negros no interior da casa grande em plena convivência com seus senhores, seja porque a questão econômica é um delimitador muito maior de territórios do que a questão racial ou por qualquer outro motivo.

Se pegarmos como exemplo manifestações culturais de outro tipo, essa dificuldade parece ser exclusiva da negritude. Um território no qual profissionais do sexo fazem seu trabalho não é, por exemplo, diminuído em seu caráter de “território de prostituição” caso pessoas frequentem aquele espaço com outra intenção. Porque então os territórios públicos em que mulheres negras lavavam roupas é menos visto como “território negro” quando não é frequentado exclusivamente por elas?

Algumas questões levantadas ao longo da dissertação pretendem responder este questionamento, como é o caso da invisibilização e da relativização da negritude, que serão abordados no primeiro capítulo. Estas formas de opressão atuaram amplamente no Brasil, através de uma negação do preconceito de raça e de uma

negação da própria cultura e população afro-brasileira, que foram repetidamente embranquecidas e em seguida relativizadas em sua matriz africana.

Em outros contextos esta questão de afirmação pode ser mais delicada, como é o caso dos territórios relacionados às religiões de matriz africana. Segundo Alessandra Ribeiro Martins (2016), tanto o Candomblé quanto a Umbanda são, hoje, mais praticados por pessoas de outras etnias, que não a negra. É difícil, portanto, afirmar os territórios do candomblé e da umbanda como territórios negros, uma vez que os corpos negros que frequentam estes lugares são minoria. Martins, se utiliza, em seu trabalho, do termo “matriz africana”, empregado inicialmente pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), para se referir a estas territorialidades, uma vez que, segundo a autora:

“mesmo sendo perceptível que a maioria dos sacerdotes da matriz africana em Campinas seja “branca” [...] vê-se que os elementos africanos de culto aos orixás são permanentes em ambos os segmentos da Umbanda e do Candomblé. Desta forma, ambas as religiões só existem devido à contribuição e influência dos africanos que aqui viveram” (MARTINS, 2016).

Ou seja, ainda que a qualidade “negra” de alguns territórios seja questionável, tais como os de religiosidade africana, é inegável que estes sejam territórios de matriz africana, uma vez que sua essência cultural tem sua origem na África.

Utilizaremos aqui o termo adotado por Martins, afim de reafirmar a cultura de matriz africanas nos territórios analisados.

Capítulo I: Cultura e identidade da população afro-brasileira

Açúcar, café e o crescimento da população negra em Campinas

Indústria do açúcar e escravidão: a dupla inseparável

Entendemos nesta pesquisa que o período colonial e escravocrata foi fundamental na construção da cultura e da identidade afro-brasileiras como ela se criou. Afim de compreender as especificidades que compuseram esta cultura e a identidade, portanto, retomaremos alguns acontecimentos anteriores ao período referente ao recorte temporal desta pesquisa.

Segundo Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, o cultivo de cana-de-açúcar, entre meados do século XVI e meados do século XVIII, foi o alicerce que permitiu o estabelecimento dos portugueses no trópico e, com exceção da extração do ouro, a maior fonte de riqueza durante todo o período colonial, atingindo proporções bastante significativas. Ainda segundo Mota e Lopez, mas também segundo Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling, foi a partir da economia do açúcar que outras atividades começaram a se instalar no Brasil, tal como a pecuária (que iniciou com a necessidade por animais de tração para os engenhos) e a plantação de mandioca (para fins de subsistência dos trabalhadores das grandes lavouras de açúcar) (MOTA e LOPEZ, 2015; SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A importação de escravos da África foi a principal fonte de mão de obra africana para os senhores de engenho. A alta mortalidade deste sistema, que se deu por diversos motivos relacionados ao descaso com a vida dos escravizados, acabou por alimentar o mercado de cativos africanos, uma vez que exigia constante reposição da mão de obra que fenecia. Pouco a pouco, com isso, a escravidão africana e o complexo da cana foram se tornando o que parecia um par inseparável. (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Condições dos escravizados neste contexto

A partir de 1531, o tráfego de negros africanos teve início no Brasil e, anos mais tarde, se tornou um dos setores mais rentáveis do comércio colonial, sendo dominado basicamente por portugueses, uma vez que estes controlavam também os territórios dos quais estes negros eram retirados (MOTA e LOPEZ, 2015).

Em terras africanas, havia algumas formas de reunir estes negros para fins de exportação para as Américas. A principal delas era a compra de prisioneiros resultantes de lutas entre as tribos, ou ainda a exigência, por parte dos portugueses, de pagamentos de tributos aos chefes das tribos, que lhes pagavam em cativos (MOTA e LOPEZ, 2015).

Durante as travessias do Atlântico um número incontável de africanos morreu, por conta da superlotação, insalubridade, falta de higiene e de água fresca. Aqueles que conseguiram chegar às novas terras fizeram os serviços mais pesados e exaustivos das plantações, dos engenhos e dos portos. Por este motivo sua expectativa de vida era, segundo Mota e Lopez, de apenas 7 a 10 anos de trabalho (MOTA e LOPEZ, 2015).

Todos os processos que envolviam o tráfego de negros escravizados tinham alta taxa de mortalidade, começando pelo momento em que eram comprados no continente e obrigados a percorrer longas distâncias até alcançarem os portos de embarque, passando pela estadia em portos muitas vezes insalubres, seguido pela viagem nos navios negreiros superlotados e por fim pelo trabalho escravo exaustivo (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A taxa de mortalidade nas travessias do Atlântico, que duravam de trinta a cinquenta dias, era de aproximadamente 10% e ocorriam por motivos de desarranjos gastrointestinais, disenteria, doenças contagiosas (tais como a varíola, o sarampo e a febre amarela), ou ainda suicídios, em que os indivíduos se atiravam ao mar ou recusavam sistematicamente a precária alimentação oferecida (SCHWARCZ e STARLING, 2015)

Alguns dos povos que foram vítimas deste sistema acreditavam que deveriam morrer junto à sua tribo, caso contrário, seu espírito não conseguiria voltar para junto de sua gente e, segundo as Schwarcz e Starling, “essa era outra causa do sentimento que oscilava entre tristeza, inconformismo, melancolia e raiva, e que dominava o ambiente a bordo” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, pág. 84).

Os negros chegavam às américas magros e debilitados. Eram, por isso, limpos, barbeados e besuntados em óleo de baleia, para que as marcas pelo corpo ficassem menos perceptíveis e com aparência mais saudável. Eram então colocados a leilão, onde os senhores os avaliavam através de análise cuidadosa dos dentes, cabelos e músculos (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A escravidão brasileira foi um sistema extremamente violento, no qual castigos, tais como punições públicas, tronco, açoite, ganchos e pegadas nos pescoços, eram aplicados com o intuito de reafirmar a figura do senhor como autoridade máxima. Para as mulheres os abusos se estendiam ao âmbito sexual, sendo entendidas como instrumento de prazer por parte dos senhores e vistas com ódio por parte das senhoras, que sentiam ciúme desta relação, entendida como um romance e não como abuso. Além disso, os escravizados passavam fome no Brasil, uma vez que eram responsáveis pelo cultivo do próprio alimento, porém só poderiam fazê-lo aos domingos (sendo que nos outros dias da semana trabalhavam exaustivas horas no cultivo da cana) e, ainda, andavam com vestimentas muito precárias (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Segundo Schwarcz e Starling, as revoltas de negros foram muito comuns no Brasil, ao contrário do que se divulga. Aqui, os escravos reagiram, mataram senhores e feitores, construíram quilombos e se revoltaram mais do que em outros locais onde a escravidão negra também ocorrera. As autoras explicam este ocorrido através do fato de que a enorme violência por parte dos senhores, gerava mais violência por parte dos escravizados (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Quais africanos vieram para o Brasil?

Robert W. Slenes, em sua pesquisa, aponta para o desinteresse por parte de muitos dos pesquisadores brancos do período colonial brasileiro que, apesar de por vezes realizarem gravuras dos negros que habitavam o Novo Mundo, pouco escreviam sobre suas etnias, dialetos e costumes, utilizando-se sempre de nomes muito genéricos para descrevê-los. Por conta disso, pouco sabiam sobre aqueles que trabalhavam em suas casas e cidades (SLENES, 1992).

Os negros, por outro lado, passam a conhecer os costumes de seus senhores na intimidade criando um ambiente singular, no qual os senhores, que se diziam “donos” do Brasil, chefiavam trabalhadores desconhecidos, mas conhecedores da cultura que os oprimia e, portanto, se tornavam “imprevisíveis e imensuravelmente perigosos” (SLENES, 1992, pág. 50). Colonizadores brancos, portanto, por desconhecerem os negros com quem trabalhavam, temiam uma possível aliança destes com os ingleses. Este fato, segundo Slenes, teria contribuído para o fim do tráfego negreiro, em 1850 (SLENES, 1992).

Ainda segundo o autor, porém, alguns exploradores da época, como Rugendas, ainda que longe do conhecimento dos senhores que viviam em terras brasileiras, realizaram investigações um pouco mais detalhadas a respeito destes africanos, através de entrevistas que contribuíram na documentação e futuro estudo acerca da origem dos povos afro-brasileiros e dos diferentes grupos culturais que os compõem (SLENES, 1992).

O fato de alguns proprietários de terras no Brasil e outras colônias europeias terem misturado de maneira proposital os africanos de diferentes povos, baseados na crença de que isso evitaria rebeliões, cria um imaginário da dificuldade de inserção da cultura africana nas Américas (THORNTON, 2004).

Schwarcz e Starling afirmam sobre este tema que, apesar de os senhores de escravos preferirem comprar negros de diferentes tribos, afim de dificultar a comunicação e evitar rebeliões, os negociantes africanos, por conta da comodidade, preferiam transportar povos da mesma região, o que de fato determinava quais africanos seriam levados ao Novo Mundo, mais do que a vontade dos senhores (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Thornton, por sua vez, aponta que o grau de diversidade entre os povos africanos e sua conseqüente dificuldade de comunicação e relacionamento pode ser facilmente exagerado. O autor se questiona até que ponto os negros escravizados eram culturalmente heterogêneos no momento em que chegaram na América. E ainda, quão bem sucedido eles foram em interagir com outros africanos. Afim de responder estes questionamentos Thornton aponta para o fato de o continente africano pré-colonização ser dividido em diferentes “nações” e “países”, com delimitações nem sempre tão claras. A linguagem, neste contexto, era um dos principais meios de se reconhecer uma nação, ainda que não fosse extremamente preciso (THORNTON, 2004).

Segundo o autor, com base na linguagem é possível dividir as regiões da África atlântica que estiveram envolvidas no tráfego de escravos em apenas três zonas culturais distintas: Alta Guiné, Baixa Guiné e costa da Angola, que posteriormente poderiam ser divididas em sete subzonas. A região da Alta Guiné possuía a maior variedade linguística e, portanto, um número superior de nações. Já a Baixa Guiné possuía uma variedade um pouco menor, sendo todos os dialetos da região derivados do kwa e portanto com alguma semelhança entre eles, e por fim, a costa da Angola,

que representa a maioria dos negros retirados da África, possuía a menor variação linguística entre as três regiões. Neste caso, sendo todos os dialetos derivados do grupo banto e bastante parecidos entre si. Segundo o autor, é possível que um falante de uma destas três últimas línguas aprendesse outra em cerca de três a cinco semanas (THORNTON, 2004).

Com isso posto o autor desmistifica a ideia da desarticulação entre os africanos em terras brasileiras, uma vez que, sendo possível sua comunicação, estes não teriam encontrado tanta dificuldade de relacionamento. Considerando que as subzonas das quais estas pessoas vinham eram apenas sete, raros eram os casos em que africanos ficavam completamente isolados de povos com origens culturais próximas às suas. Nas cidades, em especial, onde o tráfego de pessoas era mais intenso e os escravizados tinham sua circulação menos controlada, certamente haveriam pessoas da mesma nação. Nas grandes propriedades o número de escravizados também era alto, o que também aumentava as chances de encontros entre pessoas da mesma nação (THORNTON, 2004).

O nascimento da cultura afro-brasileira

No decorrer destas longas viagens de travessia do Atlântico, os negros construía laços de amizade e companheirismo com aqueles que viam como iguais, por estarem na mesma situação de cativo, mesmo que fossem de tribos diferentes. Ocorrem, neste contato, trocas culturais, de saberes religiosos e medicinais. Durante estas travessias inicia-se, portanto, a mistura entre as várias Áfricas que viriam a compor a cultura afro-brasileira (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Thornton, aponta que, em meados dos anos 1940 os autores se dividiam entre duas opiniões quando se tratava da construção de uma cultura afro-brasileira. Parte argumentava que os escravizados mantiveram sua cultura, com fortes influências do seu cotidiano na África e outra parte acreditava que a maneira com que aconteceu o tráfego de escravizados desestruturou a cultura original e fez com que estes negros se formassem culturalmente com grande influência europeia e euro-americana. (THORNTON, 2004)

Ainda segundo Thornton, pesquisas mais recentes, nas quais ele se inclui, descartam estas posições dicotômicas e afirmam que não havia, nas Américas, uma especificidade étnica ou cultural que possibilitasse manter ou recriar a cultura africana e que, por isso, os escravizados formam uma nova cultura. Esta nova cultura baseava-

se em uma mistura de variadas culturas da África e traziam ainda alguns elementos da cultura europeia, que serviam, segundo o autor, como material de ligação. (THORNTON, 2004)

Como já foi apontado, Thornton considera que os dialetos falados inicialmente pelos negros trazidos às américas não possuíam uma gama de variedade tão grande quanto se afirmou por algum tempo. O autor aponta, que alguns povos de nações diferentes, ainda no continente africano, muitas vezes interagiam no dia-a-dia, por conta de sua proximidade física ou de relações comerciais. Desta forma estes grupos podiam trocar noções culturais. Povos de grupos linguísticos diversos acabavam, portanto, tendo culturas com pontos comuns. (THORNTON, 2004)

Slenes, na mesma linha, aponta que a nova identidade não era nem aquela de suas origens, nem das de qualquer outro escravo, mas sim uma mistura de todas estas, e, ainda, que a língua dos negros escravizados se transformou em um híbrido entre os diferentes dialetos africanos e o português, uma vez que conviviam a todo momento com seus senhores, seja para supervisão ou para ordens. Slenes aponta, ainda, que estas pessoas em situação de opressão, se utilizavam da mistura de dialetos para se comunicar sem que os brancos os compreendessem, por vezes com o intuito de avisar os colegas que o branco estava chegando para supervisionar o trabalho, assim todos poderiam voltar a trabalhar sem que ele percebesse, ou mesmo com o intuito de caçoar daquele sujeito em posição de superioridade (SLENES, 1992).

Thornton aponta que a cultura afro-americana se tornou muito mais homogênea do que as diversas culturas da África que a compuseram. O autor afirma que “as culturas como um todo estão em constante mutação, alguns elementos com maior rapidez e de modo mais radical do que outros, mas sempre mudando e evoluindo” (THORNTON, 2004, pág. 283). Afirma ainda que esta mudança pode se dar por meio de dinâmicas internas (mudanças ambientais, crescimento populacional, modismos, questionamentos intelectuais, etc) ou através da interação com outras culturas (comércio, política, etc). As transformações na cultura africana que geraram a cultura afro-americana tiveram origem nesta segunda possibilidade. Os negros escravizados entraram em contato com um ambiente que não lhes era familiar e ainda com diversas outras culturas como a europeia (com a qual já tinham contato no continente africano, porém em solo americano este contato se intensifica muito) e as de outras nações africanas (igualmente intensificadas em solo americano) (THORNTON, 2004).

Slenes dedicou-se à pesquisa sobre o tema do casamento e da formação das famílias entre negros escravizados. O autor aponta que os estereótipos acerca da vida afetiva dos negros escravizados foram, até o final da década de 70, muito decisivos nas pesquisas sobre o assunto, que colocavam estes indivíduos como promíscuos e suas uniões afetivas como instáveis. Slenes aponta alguns fatos determinantes para a desestruturação da organização social dos africanos na América, tal como o fato de a cultura africana ter a “linhagem”, os antepassados, como princípio estruturador da família. Com a migração forçada da África para as Américas, as famílias encontram-se, portanto, sem o “culto dos antepassados” e com sua estrutura familiar abalada. O autor afirma ainda que a forma com que estas pessoas se estruturaram neste contexto, a instabilidade das relações sexuais e a matrifocalidade (na maior parte das vezes apenas a mãe criava a criança), refletiam as condições de cativo, mas não traduziam os valores e os comportamentos daquelas pessoas (THORNTON, 2004; SLENES, 1999).

Esta conclusão do pesquisador é bastante representativa no processo de compreensão da construção da nova cultura, uma vez que fica evidente a transformação dos costumes africanos quando colocados em contato com o contexto brasileiro.

Sobre a localização dos escravizados e as diferentes possibilidades culturais que decorrem dela, Slenes afirma que os africanos que foram levados para trabalhar em áreas urbanas, como no Rio de Janeiro, encontravam mais liberdade de movimento e tinham mais contato com outros africanos de diversas origens, encontrando mais possibilidades de contato com sua cultura original. Já os que foram para áreas rurais encontravam mais dificuldade para fazer este contato, por conta da distância ou do número reduzido de cativos no mesmo “fogo” (unidade doméstica) (SLENES, 1992).

Schwarcz e Starling, na mesma linha, apontam que os escravizados urbanos tinham mais autonomia do que os rurais, uma vez que trabalhavam nas ruas, como alugados e jornaleiros, exercendo atividades como pintores, pedreiros, carpinteiros, estivadores, alfaiates, ferreiros, costureiros, cocheiros, carroceiros, barbeiros e sapateiros, para os homens, e vendedora de quitutes domésticas, cozinheiras, arrumadeiras, amas, engomadeiras, lavadeiras e até mesmo prostitutas, para as mulheres. Ao final de cada trabalho, os cativos recebiam o dinheiro e deveriam entregá-lo em sua totalidade aos seus senhores (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Campinas, o açúcar e o café

A monocultura do açúcar se expandiu em uma crescente desde o ano de 1516, quando o rei D. Manoel ordenou que fossem distribuídas as ferramentas necessárias à agricultura, para aqueles que fossem povoar o Brasil, até meados do século XVIII, quando foi gradualmente substituída pela produção cafeeira (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

É apenas em 1745, porém, que o então povoado localizado no interior do estado de São Paulo, hoje conhecido por Campinas, se eleva à categoria de bairro. Depois, em 1774, à categoria de freguesia e em 1797 à categoria de vila, quando enfim passa a ter significativa produção de açúcar, economia sobre a qual, até meados de 1842 fez crescer a riqueza e o prestígio social da então Vila de São Carlos. Com a produção de açúcar, viu-se a necessidade de buscar mão de obra para fazer crescer este mercado. Os senhores de engenho campineiros, portanto, se inseriram como compradores no mercado de escravos que funcionava a pleno vapor desde o início do século XVI (BADARÓ, 1996).

Em meados de 1842, ano em que o povoado foi enfim elevado à categoria de cidade, a economia do café começou a substituir a então produção açucareira e, com esta nova economia, Campinas se alicerçou como uma das cidades mais importantes da região. Na mesma medida em que cresceu o poder econômico dos barões e seu sentimento de bairrismo, cresceu também o número de negros escravizados que habitavam o município (BADARÓ, 1996).

Entre os anos 1514 e 1866 estima-se que quase 10 milhões de pessoas tenham sido brutalmente retiradas de suas povoações de origem na África e levadas como mão-de-obra escrava em diversos países. Destes, 3,5 milhões foram trazidas para o Brasil (VIAGENS, 2013). É incerto estimar quantos destes negros escravizados vieram para a cidade de Campinas comprados pelos senhores que então ocupavam a cidade. Segundo Alessandra Martins, porém, no ano de 1829 o número de negros residentes chegou a alcançar quase 60% da população do município e em 1839 cerca de um terço da produção açucareira do estado de São Paulo, era de origem campineira. Motivo pelo qual a cidade se tornou, neste período, o maior comprador e distribuidor de escravos da província (MARTINS, 2016).

Para além da quantidade de negros, Martins afirma que a cidade de Campinas tem fama, entre os discursos orais de negros mais velhos da cidade, de ter sido uma

das terras onde a severidade de punição por parte dos senhores de engenho eram as mais duras, tornando-se inclusive motivo de ameaça à escravizados de outras regiões. Estes eram coagidos a trabalhar duro nas lavouras sob ameaças de serem levados à Campinas caso não se comportassem (MARTINS, 2016).

Após o fim do trafego negreiro, em 1850, os cafeicultores campineiros buscaram novas alternativas de captação de mão de obra para suas plantações, que se encontravam à época em pleno funcionamento. No mesmo período a produção de algodão na região Nordeste entrou em recesso e os escravizados que trabalhavam nestas plantações foram vistos pelos seus escravizadores como mão de obra desnecessária. Criou-se, com isso, grande fluxo migratório de escravizados que até então viviam no nordeste brasileiro, em direção à região de Campinas. Estas pessoas foram trazidas de diversos portos nordestinos até o porto de Santos e de lá subiram a serra em direção à Campinas. Mulheres grávidas e crianças pequenas eram levadas em jacás em tropas de burros, enquanto que o restante fazia o íngreme e longo percurso a pé. Desta forma a população negra de Campinas seguiu crescendo até a abolição (SIMSON e SOUZA, 2013).

Muitos dos negros trazidos do nordeste para Campinas já eram nascidos e criados em território brasileiro e tinham, por este motivo, dado início ao processo de formação de uma identidade nordestina. Sua vinda a Campinas, com isso, veio certamente acompanhada de um rico patrimônio imaterial, relacionado à cultura desta população (SIMSON e SOUZA, 2013).

Martins aponta, sobre africanos trazidos ao Brasil, que:

“Os navios que atravessavam o Atlântico, cheios de pessoas vítimas da violência da escravidão, não traziam apenas escravos, mão-de-obra para trabalhos forçados no Brasil; eles traziam pessoas com seus costumes e crenças, com seus gostos culinários, com suas danças e músicas, tradições, maneiras de compreender o mundo e de se relacionar com as demais pessoas, ideias sobre o que era belo e feio, enfim, as mais diversas manifestações culturais. E entre estes indivíduos, capturados e trazidos das mais diferentes regiões da África (muitos deles antigos rivais em suas terras de origem) registrava-se a presença de diferentes culturas; diferenças que acabaram por se revelar determinantes na maneira como cada um recriou sua vida na nova terra

para a qual foram trazidos à força. Na verdade, essa recriação cultural demonstrou uma tal vitalidade que hoje em dia já não nos é possível falar da existência de uma cultura brasileira sem considerar a presença dos mesmos e importantes traços de origem africana. Certamente, os antigos traficantes e senhores de escravos não imaginavam que os descendentes daqueles que trouxeram para explorar a força de trabalho acabariam também por colonizar esta nova terra ou, ainda, que deixariam uma marca de tal importância, sendo hoje impossível considerar a cultura brasileira sem ela.” (MARTINS, 2011, págs. 20 e 21)

Assim como explicitou Alessandra, os barões escravizadores que residiam em Campinas à época do açúcar e do café certamente não contabilizaram o legado cultural que estes povos deixariam na nova civilização brasileira.

Matriarcado negro x patriarcado branco, um choque cultural nas raízes brasileiras

A unidade cultural africana

É sabido que a diversidade cultural do continente africano é bastante considerável. Segundo Kabengele Munanga, conta-se entre 800 e 2 mil línguas faladas no continente, o que nos dá um panorama desta diversidade, ainda que bastante limitado. Segundo o autor, existem grupos com traços culturais muito diferentes que falam línguas da mesma família linguística, tornando impossível conciliar os mapas antropológicos e geopolíticos com os mapas linguísticos da África (MUNANGA, 2009).

Apesar desta imensa diversidade, Munanga, influenciado pelo pensamento do historiador senegalense Cheikh Anta Diop, aponta para uma unidade cultural que compõe a sociedade africana e determina noções de estado, moral, filosofia, religião, arte, entre outros (MUNANGA, 2009).

Munanga, afim de indicar a existência desta unidade, discorre, por exemplo, sobre as cerâmicas produzidas por sociedades africanas. Segundo o autor é evidente que existem diversas diferenças que permitem reconhecer as cerâmicas realizadas nos mais diferentes grupos sociais africanos. Se compararmos, porém, uma cerâmica feita em qualquer região da África com uma cerâmica japonesa, por exemplo, a diferença entre as duas fica evidente. Este fato não significa, entretanto, que os traços

ou formatos das diferentes cerâmicas africanas sejam todos iguais, mas sim que a disposição dos elementos ali empregados seguem determinadas regras que as permitem classificar como sendo de uma certa origem, ou seja, sua estética possui uma unidade (MUNANGA, 2009).

Esta unidade cultural de que fala Munanga, pode ser aplicada em diversas instâncias da cultura de um povo como sua língua, sua arte, ou sua estrutura social e familiar. Segundo Diop, algumas das características que unem as diferentes culturas africanas são a coletividade, a valorização do feminino e o uso coletivo da terra, características que certamente se transpuseram para a identidade afro-americana criada no Brasil (MUNANGA, 2009; DIOP, 2014).

A teoria de Cheikh Anta Diop

Segundo Diop, em determinado momento da Idade Antiga a raça humana teria se dividido em dois grupos distintos, um na região meridional e o outro na região setentrional do globo. Estes teriam se desenvolvido através de duas lógicas de evolução socioeconômicas opostas, como resultado da interação com meios ambientais totalmente diferentes (MOORE, 2007).

Os povos que habitavam o chamado “berço meridional” conviviam com um clima ameno e propício para a agricultura¹, ambiente que gerou uma tranquilidade em relação ao futuro uma vez que a fonte de alimentos era farta e contínua. Esta atmosfera fez nascer, conseqüentemente, uma civilização com forte teor feminino, na qual a vida comunitária, o pertencimento e uso coletivo da terra foram os fios condutores. A solidariedade, policonjugalidade e a matricentricidade também são características dos povos originários deste território, cuja mulher, por sua capacidade reprodutiva, possuía grande destaque social (MOORE, 2007).

Os povos que habitavam o “berço setentrional” (ou nórdico), por sua vez, teriam convivido com um clima bastante rigoroso, com solos gelados e pouco propícios para a agricultura, o que prolongou a dependência da caça e obrigou estes indivíduos a viverem em locais fechados. Estes povos, com isso, adaptaram-se através da competição, da guerra e do culto à propriedade privada, formando sociedades patricêntricas, militares e temerosos em relação a pessoas de outros grupos sociais que não os dele, nas quais o homem, com sua força física (que aqui tinha muito mais

¹ É aqui, portanto, que esta atividade nasce.

valor do que no contexto meridional), são colocados como centro e a feminilidade é completamente menosprezada (MOORE, 2007).

Baseado no conhecimento de algumas palavras específicas que poderiam ser encontradas com o mesmo significado em algumas línguas africanas e em outras línguas indígenas americanas, Diop aponta que houve relação marítima entre os continentes Africano e Americano em períodos anteriores à chegada de europeus nas américas. Os povos ameríndios originais, portanto, carregavam traços da cultura meridional descrita pelo autor (DIOP, 2014).

Diop, porém, limita o estudo do berço meridional à África, uma vez que considera este como o continente meridional que teria sofrido menores transformações por influências externas, já que as primeiras expedições que alcançaram o “coração da África” teriam sido posteriores a 1850.

O autor aponta, sobre este território, que a Etiópia teria sido o primeiro país do mundo governado por uma mulher rainha. O Egito, por sua vez, cuja civilização possui grandes indícios de refinamento, com saberes sobre astronomia e outros assuntos considerados avançados pelas sociedades ocidentais atuais, teve sua sociedade baseada em relações matriarcais ao longo de todo o seu império (o que derruba as teorias que relacionam patriarcado e civilização). Sobre a África Negra, Diop também aponta que continha povos matriarcais, tais como os de Gana, do Império do Mali, nos povos Tswan e Bantou. O autor afirma, com isso, que o regime matriarcal é geral na África e que o regime patriarcal é notado apenas em povos como os da Líbia, que tiveram seu território invadido pelos “povos do mar”, como eram conhecidos os cretenses (DIOP, 2014).

Sobre o berço Nórdico, que compreende as áreas eurasiáticas, tal como Germânia, Grécia, Roma e Creta, Diop aponta que alguns desses povos, como os cretenses, por circularem muito entre territórios, tiveram contato com civilizações de berço Meridional e por isso carregavam, antes de sua destruição em 1500, muitas características culturais com semelhanças às culturas africanas. Outros, tais como os gregos e romanos, apesar de forte contato com a destruída civilização de Creta, não aceitam muitos dos costumes de origem meridional. Os Germânicos, por fim, segundo Diop, rejeitam veementemente os traços desta cultura e se formam com características quase que exclusivamente nórdicas e, portanto, invariavelmente patriarcais (DIOP, 2014).

Diop, por fim, discorre sobre uma zona de confluência entre os dois berços, localizada na Ásia Ocidental, uma área que, segundo o autor, foi mais asperamente disputada pelos dois mundos e que teve sua cultura, por isso, ora voltada para o berço Meridional, ora para o berço Nórdico (DIOP, 2014).

Embora difícil de ser observada em pesquisas empíricas, a teoria de Diop coloca luz não apenas sobre problemas da Antiguidade, mas também sobre fenômenos que podem ser observados na cultura e nos modos de ser da humanidade ao longo da história e na atualidade. Além disso, esta diferença, descrita pelo autor, que aparece sobretudo entre povos brancos e negros em diversas predominâncias, representa o ponto de partida para a reflexão que se faz sobre a dualidade étnica e indenitária apontada nesta dissertação.

Homem branco, mulher negra, as consequências da colonização

Considerando a teoria de Diop como uma premissa plausível, imaginemos o cenário que compõe o Brasil escravocrata que anteriormente abordávamos. Os povos europeus, mais especificamente portugueses, de origem latina e, portanto, greco-romana do berço nórdico, chegam ao Brasil por meio da navegação e, por conta de sua cultura de disputa por território, iniciam embate com os povos originais indígenas, aparentemente de origem meridional. Precisando de mão de obra para a agricultura (que aparece aqui não como busca por fonte de alimento, mas sim como uma estratégia de domínio do território), trazem escravizados de origem africana, e portanto meridional, para as lavouras. Assim, está estabelecido o choque cultural.

Vale apontar que a colonização era realizada inicialmente, e principalmente por homens, o que, em um contexto de cultura patriarcal, carrega um sentimento de poder e de superioridade. Os colonos, nestas condições, se entendiam no direito de, além de explorar a força de trabalho das pessoas negras em geral, usufruir do corpo das mulheres.

Segundo Abdias do Nascimento, a herança portuguesa da estrutura patriarcal de família foi paga pela mulher negra. A exploração sexual do homem branco em relação à mulher negra no contexto da escravidão é muitas vezes relativizada e diminuída enquanto agressão. A prostituição das negras escravizadas por parte dos senhores que viviam nas cidades é repetidamente apagada, enquanto que os assédios cometidos dentro da casa grande são, muitas vezes, grosseiramente, vistos

como uma forma de inclusão do povo negro à sociedade brasileira (NASCIMENTO, 1978).

Nascimento aponta que as consequências desta relação de raça e de gênero não se limitaram à escravidão e podem ser constatadas ainda hoje, uma vez que a condição social das mulheres negras, e sua ausência de *status* social às colocam vulneráveis e vítimas fáceis de agressões sexuais dos homens brancos (NASCIMENTO, 1978).

Discussões sobre raças: as teorias racistas do século XIX

O início da classificação da humanidade

Andreas Haufbauer afirma que as ideias de “branco” e “negro” são anteriores à formação de um discurso sobre raças. Segundo o autor, desde os primórdios das línguas indo-europeias o branco está associado ao puro, ao divino e o preto ao mal e diabólico e esta ideia estava inserida, portanto, em um ideário ético-religioso. Na visão desta cultura, a origem da humanidade (Adão e Eva) era branca e alguns povos foram “enegrecidos” por cometerem atos imorais e pecaminosos (HAUFBAUER, 2000).

Demétrio Magnoli, ainda, afirma que o ensejo humano por classificação, seja de seres vivos ou de objetos, existe desde os tempos mais remotos. A classificação de diferentes “tipos” de seres humanos teria, neste contexto, derivado desta vontade e tido, ao final do século XVII seus primeiros ensaios (MAGNOLI, 2009).

Friedrich Blumenbach, um século mais tarde, propõe a divisão em cinco “tipos” humanos, os caucasoides (brancos), os mongoloides (amarelos), os malaias (marrom), os etiópicos (negros) e os americanos (vermelhos). Entre os séculos XIX e XX as discussões sobre esta classificação se ampliaram, gerando uma série de estudos nos quais cada autor propôs uma divisão diferente, oscilando entre 3 e até 38 raças diferentes entre os seres humanos. Era indiscutível entre todos estes estudiosos, porém, que a divisão dos seres humanos em raças fosse uma circunstância real (MAGNOLI, 2009).

O termo raça, neste contexto, foi utilizado ao longo da história com a finalidade de descrever os diferentes “tipos” humanos, suas variações e ancestralidade. É no final do século XVIII, fundamentado no etnocentrismo europeu, no entanto, que o termo associa a classificação à uma hierarquia, que delimitava povos supostamente superiores e inferiores (MAGNOLI, 2009).

Ainda segundo Magnoli, em todos os povos e épocas é possível identificar etnocentrismo. Ou seja, todas as sociedades têm uma tendência de enxergar o seu modo de estar no mundo como o correto. Os europeus, no entanto deram um passo além deste pensamento, pautando-o em teorias científicas e impondo-o a outros povos (MAGNOLI, 2009).

Teorias pré darwinistas

Com as grandes navegações, o contato da sociedade europeia com outros povos e suas culturas se dilatou. A partir do resultante interesse no que tange estas diferenças, as teorias e pensamentos a respeito da origem e desenvolvimento dos diferentes povos humanos se tornam tema recorrente entre os pensadores da época, alcançando diferentes sentidos. Enquanto Buffon, a exemplo, acreditava na infantilidade do continente americano, que estaria fadado à decadência, Rousseau introduziu a teoria de uma origem única da humanidade, que teria capacidade igual de se aperfeiçoar, de caminhar em direção às suas virtudes (conceito chamado de “perfectibilidade”) ou para seus vícios (ao qual ele credita a origem da desigualdade entre povos). Envolvido nesta discussão em meados do século XIX, Georges Cuvier desenvolve o conceito de raça, introduzindo a ideia de possíveis heranças físicas inerentes a determinados grupos humanos (SCHWARCZ, 1993).

Segundo Magnoli, Carlos Linnaeus, o pai da taxinomia biológica, em meados do século XVIII, propôs uma divisão do *Homo sapiens* em quatro raças, *Americanus*, *Asiaticus*, *Africanus* e *Europeanus*, e sugeriu que a última era formada por seres inteligentes, inventivos e gentis, enquanto, os outros detinham apenas características negativas, como teimosos, com dificuldades de concentração e preguiçosos (MAGNOLI, 2009).

Segundo Schwarcz, o pensamento sobre as culturas humanas no período anterior à publicação do livro *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, se dividia em duas vertentes muito bem definidas, o monogenismo e o poligenismo. Enquanto o monogenismo, mais comum no século XVIII, acreditava em uma humanidade com origem única, o poligenismo, mais comum no século XIX, afirmava que as raças humanas tiveram origem em diferentes lugares. O segundo, que explicava o comportamento humano através unicamente de preceitos biológicos e genéticos, estava relacionado às teorias como a *frenologia*, que compara o tamanho do crânio

com a capacidade humana, ou outras que colocavam a criminalidade e a loucura, por exemplo, como condições genéticas relacionadas à raça (SCHWARCZ, 1993).

O estudo da frenologia promoveu, neste contexto, uma série de pesquisas. Samuel G. Morton, fundador da “escola americana” de etnologia, colecionava e investigava diferentes crânios humanos, partindo do princípio de que o tamanho do crânio teria relação direta com a capacidade intelectual de um indivíduo e da hipótese da superioridade da raça branca. Anos mais tarde pesquisadores como Stephen Jay Gould apontaram inúmeros erros cometidos por Morton. Magnoli indica que os “trabalhos não parecem refletir uma intenção consciente de fraudar resultados, mas constituem ilustrações exemplares do modo como uma autoilusão é capaz de dirigir os procedimentos dos cientistas rumo às conclusões desejadas” (MAGNOLI, 2009, pág. 25).

Paul Broca, por sua vez, realizou estudos mais precisos com crânios, evidenciando, como ele esperava, que os crânios dos negros eram menores do que os de pessoas brancas. Sua pesquisa, entretanto, apontou também, que os crânios de esquimós, malaios e tártaros, considerados inferiores, possuíam crânios maiores do que todos os outros, levando à uma reconsideração acerca da premissa da relação entre o tamanho do crânio e a inteligência do indivíduo (MAGNOLI, 2009).

Teorias pós darwinistas

O livro “*Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural*”, de Charles Darwin, foi lançado em novembro de 1859 e teve todos os seus 1.250 primeiros exemplares vendidos no dia de lançamento. O livro continha teorias que giravam em torno da crença de um mundo vivo em constante transformação através do processo de seleção natural e apontava a origem comum entre homens e macacos (BOLSANELLO, 1996).

Com sua publicação o embate entre estas duas vertentes se amenizou. A teoria de Darwin, a partir de então, passou a ser amplamente utilizada como conceito básico para explicar pensamentos das mais diferentes áreas, como a psicologia, a linguística, a pedagogia, entre outras. O que não significa que todas elas seguissem a mesma linha de raciocínio. Era comum, ao contrário disso, que estas teorias, apesar de se basearem em um mesmo conceito fundamental, destoassem amplamente. Enquanto alguns monogenistas, satisfeitos com o comprovado evolucionismo da humanidade una, ainda hierarquizassem povos de acordo com seus supostos níveis de evolução,

outros poligenistas acreditavam que, apesar de terem uma origem comum, os seres humanos, em determinado período antigo da história, haviam se separado configurando as diversas raças (SCHWARCZ, 1993).

Também baseado na teoria de Darwin, outras duas vertentes se instauraram neste período: a antropologia cultural (ou etnologia social) e o darwinismo social (ou teoria das raças).

Para os antropólogos culturais os conceitos de civilização e progresso eram universais e toda a humanidade deveria passar pelos mesmos processos de evolução para alcançá-los. A cultura era, por eles, vista sob uma ótica evolucionista. Buscavam compreender o desenvolvimento cultural de cada povo, traçando comparativos (SCHWARCZ, 1993).

Segundo Maria Augusta Bolsanello, o darwinismo social, que teve como mentor o filósofo Herbert Spencer, aplicava as leis de Darwin às sociedades humanas e considerava que os seres humanos eram desiguais por natureza. Para esta teoria, os indivíduos superiores teriam mais facilidade de alcançar estágios de sucesso social (riqueza, poder social, econômico e político), na mesma medida em que os indivíduos inferiores não alcançariam poder algum. Spencer apontava ainda que as ações de ajuda aos pobres por parte do Estado, prejudicavam a seleção natural das elites (BOLSANELLO, 1996).

Schwarcz aponta que, para os pensadores do darwinismo social, a igualdade entre os povos era uma questão ilusória e o progresso um objetivo restrito aos povos superiores (brancos, não miscigenados). Para estas pessoas, a miscigenação seria uma prática negativa, pois acreditavam que os povos miscigenados não poderiam passar por processos de evolução, ou seja, o resultado da miscigenação seria seres imutáveis, estagnados. Este pensamento trouxe como consequência a ideia da mestiçagem como sinônimo de degeneração social e racial e a ideia da construção de “tipos puros”, juntamente com um anseio de repressão ou até mesmo eliminação das “raças inferiores”. Este pensamento originou, inclusive, práticas avançadas como a eugenia que, baseada em estudos de Francis Galton (1883), transformou-se em expressivo movimento científico e social, que tinha como meta promover políticas que desencorajassem certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SCHWARCZ, 1993).

Bolsanello indica ainda que o darwinismo social era uma disciplina ideológica associada à uma defesa da sociedade capitalista e que, por isso, associou-se rapidamente a ideologias eugenistas que encorajava ações de eliminação por parte do Estado das raças “inferiores”, afim de formar uma elite genética racistas (BOLSANELLO, 1996).

Entre outros nomes que neste momento chegaram à conclusões racistas, a partir do darwinismo social, Arthur de Gobineau foi um dos mais significativos. Para ele não se podia esperar muito das “raças inferiores”, ao mesmo passo que não era necessário teme-las. Gobineau, publicou entre 1853 e 1855, um ensaio no qual divide a humanidade em três complexos raciais (branco, amarelo e negro) e sugere que a miscigenação entre elas levaria à degeneração social (SCHWARCZ, 1993; MAGNOLI, 2009).

Outros estudos datados do século XIX e desenvolvidos por autores como Edward Drinker Cope, sugerem que os estágios de desenvolvimento dos seres humanos rememoram a evolução das espécies, ou seja, um ser humano em estágio embrionário rememora os peixes, depois os répteis e assim por diante. Nesta teoria, a evolução de cada indivíduo se daria de maneira progressiva e o estágio final (ser humano adulto) seria o estado máximo de seu desenvolvimento. Este estado máximo, dentro desta teoria, atingiria níveis diferentes à depender da raça e do gênero do indivíduo. Mulheres e europeus meridionais, por exemplo, teriam sua evolução interrompida em estágios correspondentes à infância dos brancos nórdicos. Os povos negros, nesta linha de raciocínio, eram vistos como a base da pirâmide evolutiva humana, portanto, imaturos em sua capacidade de erguer civilizações complexas, tendo sua infância equiparada, em termos evolutivos, à macacos adultos (MAGNOLI, 2009).

Grande parte destas teorias, que trazem o progresso e o desenvolvimento (humano e social) como plano de fundo, fundamentam-se em uma ideia iluminista e positivista de um progresso que deveria, a todo custo, ser alcançado. Esta mesma ideologia pautou, nos séculos seguintes, uma série de intervenções sociais e urbanas, que serão debatidas no terceiro capítulo desta dissertação.

Consequências do “racismo científico”

Juan Manuel Sánchez Arteaga aponta que, durante a segunda metade do século XIX, nos países mais civilizados do ocidente, o racismo sobre os povos de origem não

européia chegou a constituir, para a imensa maioria da população educada, o resultado lógico de uma verdade demonstrada pelas ciências naturais mais avançadas da época. As teorias de superioridade dos homens brancos sobre os povos africanos, americanos e as mulheres de forma geral, eram consideradas, portanto, mesmo por pessoas que se colocavam contra a escravização, como uma verdade irrefutável (ARTEAGA, 2007).

Com as teorias raciais naturalizadas, começam a aparecer, a partir de 1870, em cidades europeias e também norte-americanas, os zoológicos humanos, que chegaram a atrair três centenas de milhares de visitantes e ofereciam como atrações negros de diferentes povos da África, esquimós, entre outros. Os atlas de História Natural e Geografia do mesmo período, ainda, traziam, de maneira naturalizada, ilustrações comparativas de feições faciais ou cranianas de negros africanos e macacos (MAGNOLI, 2009).

Segundo Magnoli, o “racismo científico” atingiu seu ápice ao final do século XIX, exercendo uma função ideológica fundamental na legitimação do imperialismo e da colonização de territórios africanos e americanos. O autor aponta que a escravização de seres humanos como resultado de conquistas, guerras ou dívidas, acontece desde tempos imemoriais, porém, pela primeira vez na história esse ato fundamenta-se em diferenças físicas e intelectuais (MAGNOLI, 2009).

Arteaga, na mesma linha, aponta que ficou “confirmado” cientificamente também, que o destino evolutivo dos homens brancos conduzia para a dominação destes sobre as raças mais primitivas e selvagens. Desta forma, o genocídio de populações indígenas praticado por colonizadores ao final do século XIX foi perfeitamente legitimado, uma vez que estava pautado em fundamentos racionais e científicos, amplamente creditadas por esta sociedade (ARTEAGA, 2007).

A redução populacional, perda de terras e fontes de riqueza por parte dos povos não europeus durante o processo de colonização era vista, por estas pessoas, como um processo natural em que a raça superior (branca) estaria se sobressaindo em relação aos outros povos e que este era um acontecimento imprescindível para o progresso. Acreditava-se ainda, que as raças inferiores estavam fadadas à extinção, uma vez que não teriam forças de sobrevivência através da seleção natural (ARTEAGA, 2007).

Racismo à brasileira

Embranquecimento: a teoria racista brasileira

No Brasil o estudo das raças se deu de maneira bastante intensa, uma vez que, sendo o país considerado por unanimidade entre os pesquisadores de raças da época como um país miscigenado, o tema, aqui, estava intimamente associado à construção de uma identidade nacional e ao destino da nação. Para muitos destes pensadores, que traziam para a realidade brasileira conceitos do darwinismo social, uma nação mista estava, invariavelmente, fadada ao fracasso. (SCHWARCZ, 1996)

Ainda que teóricos das raças como Gobineau (entre outros que consideraram a nação brasileira como um verdadeiro laboratório racial) tenham vindo ao Brasil e que suas obras tenham sido amplamente traduzidas para o português e distribuídas no território nacional, os estudos que aqui surgiram baseado nestes textos, se esforçaram para encontrar solução para a questão da mistura de raças, alterando, com isso, parte da teoria darwinista social que acreditava na estagnação evolutiva causada pela miscigenação. (SCHWARCZ, 1996)

Cria-se, neste contexto, uma solução pautada na ideia da seleção natural, na qual acreditava-se que a miscigenação, somada à imigração europeia, tornaria a população mais branca e, dentro desta lógica, mais evoluída. Esta ideia, posteriormente nominada teoria (ou ideologia) do embranquecimento (ou do branqueamento) apoiada e difundida por diversos outros autores, apesar de não ser a única teoria que buscava solução para a questão de raça no Brasil, foi certamente a que teve maior influência na construção da sociedade brasileira (NASCIMENTO, 1978; SCHWARCZ, 1996; HAUFBAUER, 2000).

Segundo Schwarcz, o primeiro teórico a indicar o Brasil como um país irrefutavelmente miscigenado foi Silvio Romero, na segunda metade do século XVIII, que trabalhava na hipótese de que era necessário apontar o “problema”, para então combatê-lo. Propunha então, como solução para o suposto excesso de negros e mestiços no Brasil, um branqueamento evolutivo e darwiniano (ou seja, através da evolução das espécies desenvolvida por Darwin, a raça branca em algum momento se destacaria, pois era ela considerada a raça superior e evoluída), juntamente com um branqueamento motivado pela imigração europeia branca. (SCHWARCZ, 1996)

Andreas Haufbauer indica, porém, que ao contrário do que pensam alguns pesquisadores como Schwarcz, esta ideologia não se iniciou ao final na escravidão.

Ao contrário disso, escravidão e embranquecimento foram complementares. A ideologia do embranquecimento está, segundo o autor, relacionada a processos de inclusão e exclusão de relações de poder específicas (HAUFBAUER, 2000).

Demétrio Magnoli aponta, na mesma linha, que, já em 1810, José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, sugeriu, com a intenção de diminuir o crescimento da população negra e mestiça no Brasil, uma transferência em massa de pessoas brancas para as Américas, somado ao encerramento do tráfico de escravos. Na década seguinte, José Bonifácio de Andrada, que já não enxergava a mestiçagem como nociva, mas no máximo como uma etapa desagradável do processo de embranquecimento, propôs a supressão gradativa da escravidão e o estímulo governamental às uniões entre brancos e negros (MAGNOLI, 2009).

O médico e cientista João Baptista Lacerda participou, em 1911, como representante do Brasil no Congresso Universal das Raças. Nesta ocasião apresentou a teoria de que a sociedade brasileira estaria passando por um processo de “embranquecimento” e que a extinção da “raça negra” era apenas uma questão de tempo. Lacerda discorre ainda sobre as características positivas da população mestiça do país e faz um apelo dizendo que o Brasil estaria aberto para receber imigrantes europeus, que facilitariam esse processo de embranquecimento. Lacerda ficou, por isso, conhecido como o mentor da ideia de embranquecer a sociedade (HAUFBAUER, 2000).

A teoria do embranquecimento, segundo Abdias Nascimento, causou alívio otimista entre a classe dominante, preocupada com o número de negros no país, que estaria, segundo a teoria, “livre” da raça negra em um futuro relativamente próximo (NASCIMENTO, 1978).

Nascimento aponta para o processo de embranquecimento como um fenômeno de genocídio da população negra brasileira, uma vez que este procurou limitar, de qualquer maneira, o crescimento dessa população e que não se tratava de uma teoria abstrata, mas uma calculada estratégia de destruição (NASCIMENTO, 1978).

Segundo Petrônio José Domingues a teoria do branqueamento tomou, na primeira metade do século XX, novas proporções, ultrapassando as questões práticas, relacionadas à tonalidade de pele de uma sociedade, e avançando para uma dimensão ideológica. Este processo significou considerar como superior e correto não apenas o ser branco enquanto corpo, mas também enquanto cultura. O povo branco

com seus costumes tornou-se, no imaginário coletivo, um modelo universal a ser adotado. (DOMINGUES, 2002)

Segundo o autor, a ideologia introduziu-se também no meio negro, sendo adotada por alguns descendentes de africanos que passaram a ter como correta a forma branca de estar no mundo e “em vez de despirem o caráter racista desta ideologia, passaram a propagá-la no interior da própria comunidade” (DOMINGUES, 2002, pág. 534).

O conceito de embranquecimento, portanto, pode ter mais de um sentido, ainda que eles estejam relacionados e sejam correlatos, sendo ora entendido como a incorporação de costumes brancos por povos de origem negra, configurando portanto um embranquecimento no âmbito cultural, ora entendido como o processo de clareamento da população através da miscigenação e da imigração de povos europeus, ora, ainda, entendido como as políticas que envolveram a promoção deste processo.

Um dos resultados mais palpáveis desta teoria, que pode ser percebido até hoje é a invisibilização da identidade negra. Dados de recenseamentos da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX são avaliadas por Nascimento como fortes distorções da realidade, uma vez que a coação causada pela ideologia do embranquecimento teria sido, segundo o autor, capaz de produzir um subcultura que os levava a uma identificação como brancos. “Temos, então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante” (NASCIMENTO, 1978).

O indivíduo mestiço era, por isso, educado a se comportar à imagem do senhor, uma vez que sua família enxergava nele uma oportunidade de mudança de status social. A questão da miscigenação consistia, portanto, em mais um instrumento de dominação (fruto da teoria do embranquecimento anteriormente apontada) através da identificação destes indivíduos aos interesses e valores sociais da “classe dominante” (FERNANDES, 1972).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE em 1976 teve 136 respostas diferentes no que dizia respeito à solicitação de auto declaração de cor/raça dos entrevistados. Segundo Magnoli, as respostas obtidas nos diferentes recenseamentos são moldadas pelas ideologias predominantes em cada momento

histórico e este dado reflete a precariedade das identidades raciais no Brasil e a valorização de uma identidade intermediária (MAGNOLI, 2009).

Segundo Magnoli, uma das confusões que dificultam a objetividade na coleta de dados censitários no Brasil, é o fato de os conceitos de raça e cor se confundirem nos recenseamentos. A ideia de uma categoria intermediária, mestiça, remete à formação da identidade nacional brasileira. Nos EUA, por exemplo, o sistema de classificação racial não inclui uma categoria multirracial, apenas “negro” ou “branco” (MAGNOLI, 2009).

Lotierzo e Schwarcz apontam que o tema do embranquecimento não era apenas racial mas também de gênero, uma vez que a iconografia da época que representava o povo branco, tido como evoluído neste contexto, eram na maioria das vezes masculinas, enquanto que as imagens de representação do povo negro eram em grande parte femininas. Apontando para uma hegemonia não só do povo branco, mas também do gênero masculino (LOTIERZO e SCHWARCZ, 2013).

Abdias do Nascimento também neste sentido, afirma que o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante foi uma das “soluções” encontradas para diminuir a quantidade de negros no Brasil, e esta prática de violação continuou sendo considerada normal através de gerações (NASCIMENTO, 1978).

O discurso do embranquecimento se manteve hegemônico até o século XX e é apenas nos anos 1950 que ele começa a perder sua legitimidade moral (HAUFBAUER, 2000). Suas consequências, entretanto, são palpáveis ainda hoje, principalmente no que diz respeito à afirmação de uma identidade negra.

O mito da democracia racial

Andreas Haufbauer aponta que, até pouco tempo, políticos e cientistas brasileiros afirmavam que o Brasil, diferindo por exemplo dos EUA, não enfrentava problemas de discriminação racial. Esta crença, que alguns autores chamam de “democracia racial”, pautou-se em uma série de argumentos sobre a cordialidade brasileira no que tange a convivência entre os povos. Esta foi, e ainda é, tida como verdadeira por muitos brasileiros (HAUFBAUER, 2000).

Certamente as formas de exclusão social no Brasil são muito diferentes das praticadas nos EUA, assim como em outros países em que a questão racial é um tema relevante, como a África do Sul ou a Alemanha nazista. Estas diferenças, porém, se dão através das especificidades da história de cada povo e qualquer tentativa de

hierarquização destes grupos de problemáticas em grau de magnitude é inviável, uma vez que os contextos históricos são muito divergentes (HAUFBAUER, 2000).

Autores como Nascimento e Magnoli apontam que a característica que especifica o racismo à brasileira é o seu caráter velado. Ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, onde os mecanismos de segregação atuavam abertamente, o racismo brasileiro estava (e ainda está) implícito, gerando uma segregação bastante nítida, mas que só se manifestava em situações limite, sendo mascarado pela cordialidade, que faz com que, por vezes, sua existência seja questionada (NASCIMENTO, 1978; MAGNOLI, 2009).

Florestan Fernandes aponta para esta mesma problemática, à qual ele chama de “preconceito de não ter preconceito”, na qual reina a crença de que o Brasil é um país livre de preconceitos de cor ou de raça. Segundo o autor, tal postulação tem como base uma suposta convivência “democrática” entre povos brasileiros com diferentes origens étnicas, representada por alguns “sintomas” apresentados em fatos sociais tais como: a inclusão dos mestiços no núcleo legal das “grandes famílias” ou o alto índice de miscigenação. A crença ignora, porém, evidências de que a inclusão destas pessoas no contexto do cotidiano branco não teria se dado por motivos de uma estimada convivência, mas de um desejo por serventia. Ainda, não levam em consideração que a mestiçagem não seria fruto de relacionamentos que ansiavam pela mistura das raças, ou por incorporar no mestiço ambas as culturas de que descendia. Ao contrário disso, como foi dito, buscava-se introduzi-lo na sociedade como uma pessoa branca, o que social, política e juridicamente falando, ele de fato era (FERNANDES, 1972).

O autor aponta ainda que o preconceito de raça no Brasil, quando enxergado, passa a ser quase um problema em si mesmo, visto como mais degradante para quem o pratica do que para quem o sofre, e é, por isso, praticado de maneira dissimulada ou encoberta, apenas na intimidade, compondo-se o que Florestan Fernandes chama de uma “confortável amnésia” para os brancos que, com seu preconceito velado, podem ignorar sua existência. (FERNANDES, 1972)

Embate nas pesquisas sobre raça dos anos 1940

Segundo Marisa Corrêa, na década de 1940 dois grandes blocos dividiam o cenário das pesquisas raciais no Brasil. O primeiro, guiado pelas pesquisas de Nina Rodrigues, realçava a presença da África no Brasil, buscando compreender as

influências da cultura africana neste território. O segundo, por sua vez, era guiado pelas pesquisas de Gilberto Freyre e afirmavam a ideia de um país mestiço (CORRÊA, 2000).

Apesar de muitos dos pesquisadores do primeiro grupo não serem nascidos na Bahia, a maioria deles se mudou para o estado e lá fizeram suas carreiras. Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Arthur Ramos, além do próprio Nina Rodrigues são exemplos de pesquisadores deste grupo. O segundo grupo, da mesma maneira, se formou em território recifense (CORRÊA, 2000).

Dois congressos, um organizado em 1934, em Recife, por Gilberto Freyre e outra na Bahia, em 1937, por Édison Carneiro, evidenciam as discordâncias entre os dois grupos, que se pautavam, basicamente em três elementos principais. Primeiro, a desvalorização do trabalho de Nina Rodrigues por parte do grupo de Recife; segundo a ênfase dos baianos numa atuação política e terceiro, a “africanização” da Bahia, que elegia alguns centros de culto como “puros” e outros como “híbridos”, enquanto os recifenses enxergavam todos como fruto da mistura entre as raças (CORRÊA, 2000).

De um lado, portanto, acompanhando o pensamento fundamentalmente racista dos estudos europeus, médicos das escolas brasileiras no período, liderados por Nina Rodrigues, relacionavam, doenças (de caráter físico, psicológico e até mesmo moral) com determinadas raças. Este pensamento resultou, em uma forte crença de que os seres humanos não seriam todos iguais, mas sim extremamente diferentes, a depender de sua origem étnica, levando tais teóricos à discordarem, inclusive, do código penal. Em um de seus livros, a exemplo disso, Nina Rodrigues traça um paralelo direto entre a miscigenação e a loucura (SCHWARCZ, 1996).

Mariza Corrêa, ao analisar um texto de Nina Rodrigues denominado “Mestiçagem, degenerescência e crime”, chama o autor de um dos mais racistas entre os pensadores racistas e satiriza a descrição realizada por ele sobre os mestiços brasileiros que teriam uma “exuberância” maior do que os de outras nacionalidades, principalmente no que diz respeito à fertilidade. Corrêa aponta, algumas atribuições que o autor credita a estes mulatos, tais como seu “desejo de correr pelo campo” ou sua “vontade de chorar” e coloca como descrições não de características intrínsecas ao ser mestiço brasileiro, como Nina Rodrigues pretendia, mas como descrições da saúde física e mental destas pessoas (CORRÊA, 2008).

De outro lado, Gilberto Freyre, com sua íntima descrição sobre as relações sociais e raciais no Brasil colonial, discorda das teorias de Nina Rodrigues e tem um cuidado maior ao diferenciar raça e cultura. Freyre coloca o “mulato” como a representação da identidade brasileira, uma vez que esse seria formado, assim como o Brasil, pela incorporação de diferentes culturas e raças (MAGNOLI, 2009).

Muitos autores, porém, tal como Haufbauer e Schwarcz creditam à Gilberto Freyre a construção ou o enraizamento do mito da democracia racial brasileira através de seu livro *Casa Grande e Senzala*. Estes afirmam por vezes que o autor, com sua narrativa parcial de homem branco, enxerga em suas descrições sobre as relações entre “raças” no Brasil, apenas a cordialidade (HAUFBAUER, 2000; SCHWARCZ, 1996).

Outros autores, como Magnoli, afirmam que Gilberto Freyre foi o autor que, num contexto de teorias extremamente racistas no Brasil, começou a desenvolver estudos que foram de encontro com este pensamento, o que o autor chama de uma antropologia antirracista. Segundo Magnoli, Freyre jamais ocultou a violência da escravidão, mas rompeu com o “racismo científico” ao questionar a superioridade dos homens brancos (MAGNOLI, 2009).

Magnoli acredita que Freyre foi mal interpretado por diversos autores mais atuais, que o colocam como o principal divulgador do mito da “democracia racial”, conceito tal que não foi, segundo Magnoli, citado em nenhuma de suas obras principais. Na visão do autor, Freyre foi um pesquisador de extrema importância no combate às teorias racistas até então vigentes e as diversas críticas à sua obra são no mínimo indevidas (MAGNOLI, 2009).

Devemos apontar aqui que, de fato, ainda que Freyre não tenha se isentado de apontar o caráter violento da escravização brasileira e ainda que este tenha refutado parte das teorias racistas que dele antecederam e realizado apontamentos que foram de grande importância para a historiografia brasileira, a obra do autor reflete o contexto histórico e social no qual ele estava inserido, tratando com naturalidade, por exemplo, temas como o abuso das mulheres negras dentro do sistema da escravidão.

Além disso, o mestiço descrito por Freyre, resultado (ainda que isso não seja claramente apontado pelo autor) da ideologia do embranquecimento e da sucessiva violação da mulher negra, acabou se tornando um símbolo do Brasil e de sua suposta “democracia racial”. Mesmo que Freyre não tenha se utilizado deste termo, como

aponta Magnoli, sua teoria leva ao entendimento de um mestiço bem aceito socialmente, o que de fato não acontecia, uma vez que negros e mestiços eram tratados com igual desprezo (NASCIMENTO, 1978).

Consequências de um racismo cordial

Em 1940, o Brasil foi convidado a participar de uma Exposição Histórica do Mundo Português, que aconteceria em Portugal. A diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres foi, então, convidada para organizar uma “exposição etnográfica” que iria compor a coleção brasileira da exposição. Entre outras peças foram enviadas 14 bonecas com traços característicos de diferentes grupos de negros da Bahia, vestidos com indumentária típica dos orixás e das mães de santo em ocasiões de cultos religiosos, além de 12 orixás esculpidos em madeira (CORRÊA, 2000).

Após o dia da abertura, entretanto, os objetos foram sigilosamente retirados da exposição, sem que nenhuma explicação fosse dada ao acontecido. Apenas cinco ou seis anos depois, o geólogo Othon Leonardos afirmou que os objetos chegaram a ser colocados no pavilhão, porém foram retirados pela Comissão, que julgou “deprimente” apresentar o Brasil como um país de negros e macumbas (CORRÊA, 2000).

Este relato apontado por Corrêa, nos dá uma visão bastante clara da preocupação por parte das elites dominantes da primeira metade do século XX, em mostrarem um Brasil o mais branco possível. Podemos notar, com isso, tanto os efeitos da ideologia do embranquecimento na formação da identidade nacional de um país multiétnico que se queria branco, quanto os efeitos do mito da democracia racial, em que o constrangimento e a discriminação com a negritude são sempre velados.

Magnoli aponta, como um argumento para a aceitação do negro na sociedade brasileira, para uma série de incorporações de elementos da cultura afro-brasileira na identidade nacional, tal como o samba, a capoeira e a feijoada. É necessário apontar, porém, que estes elementos só foram socialmente aceitos como representações da cultura brasileira no momento que que são embranquecidos (MAGNOLI, 2009).

A exemplo, Corrêa aponta para o fenômeno da Carmem Miranda, uma portuguesa branca que, vestida com roupas típicas de baiana e cantando músicas que pretendiam reproduzir a cultura afro-brasileira, irrompeu na cena midiática norte-americana entre 1930 e 1950. Segundo Corrêa este é um retrato da imagem do Brasil que se queria branco, ainda que incorporando símbolos “negros” (CORRÊA, 2000).

A ideia da indisciplina

No contexto do escravismo no Brasil a interferência direta na relação senhor-escravo por parte de instituições estatais era mínima. Cabia ao senhor definir todas as regras desta relação, desde qual posição o escravizado ocuparia no engenho, até quais eram as punições adequadas aos infratores. As regras sobre a alforria também dependiam, neste contexto, de decisões subjetivas de cada senhor. Por vezes as cartas de alforria continham cláusulas que previam reescravização por motivos de “ingratidão”, ou outras regras que resultavam unicamente dos interesses do escravizador. O poder destes indivíduos era, portanto, quase intocável e as relações entre cor, dominação, status e poder se tornam, portanto, muito estreitas (HAUFBAUER, 2000).

Haufbauer aponta que a escravidão brasileira está historicamente relacionada a um contexto social em que as regras impessoais (estatais, políticas) tem menos importância do que o poder de uma elite dominante e no qual, portanto, as influências dos “amigos do rei” sempre valem mais (HAUFBAUER, 2000).

É evidente hoje, portanto, que, após proibida a escravização, o preconceito de raça ainda era (e é) uma questão latente e de extrema relevância para compreender a sociedade brasileira. Segundo Lúcio Kowarick os negros que se libertavam da posição de escravizado muitas vezes optaram por uma sobrevivência autônoma, que o autor denomina uma economia natural de subsistência, e desenvolveram repúdio ao trabalho comandado por homens brancos, uma vez que ainda carregavam um estigma muito forte da escravização. O trabalho manual, ao invés de enobrecer o homem livre, como se pensa, aproximava-o das regras de domínio e submissão de sua antiga condição de cativo. Tanto aqueles que exerciam atividades em ambientes dominados pelos homens brancos, tal como as fazendas ou as ferrovias, quanto aqueles que exerciam ofícios manuais, tais como sapateiro, alfaiate ou marceneiro, o faziam apenas quando estritamente necessário, sem a intenção de acumular bens, apenas para fins de sobrevivência (KOWARICK, 1994).

O homem branco, então, vê no negro liberto uma “corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho nas fazendas” (KOWARICK, 1994, pág. 55), ou seja, um indisciplinado.

Diversas pesquisas apontam, através de leitura de documentos como boletins de ocorrência, notícias de jornal, entre outros, ações de punição extremamente

discriminatórias por parte da polícia e de outras autoridades no período pós abolição que se pautavam neste argumento da indisciplina e da vadiagem do negro liberto.

Alessandra Teixeira, Fernando Salla e Maria Gabriela Marinho, a exemplo disso, apontam o conceito de “vadiagem”, muito utilizado à época como forma de classificar e controlar indivíduos. Segundo os autores, a repressão à vadiagem tem uma longa história no Brasil, sendo pela primeira vez nomeada no país no período colonial, no qual vadios eram aqueles que não tinham senhores ou meios de ganhar a vida. Estes estavam, por lei, sujeitos à multa, prisão e açoitamento. Os autores apontam, com isso em vista, diversos casos expostos em relatórios policiais da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX, nos quais os vadios – quase que invariavelmente descritos como pessoas negras – sofriam penas simplesmente por estarem existindo sem finalidade de trabalho, na cidade. (TEIXEIRA, SALLA e MARINHO, 2016)

Maciel aponta ainda, através de análise de boletins de ocorrência, situações concretas na cidade de Campinas, também na primeira metade do século XX, onde o racismo foi explicitado na forma de ação. Uma delas trata-se de protesto por parte da população contra a presença de pessoas negras na rua Regente Feijó e no Largo Riachuelo, sob o argumento de que estas estariam incomodando a moral e os bons costumes do ambiente urbano em questão. (MACIEL, 1985)

“Com base nesses casos, diz-se então que, no período, o racismo apresenta-se principalmente pela mão da polícia em sua arbitrariedade e violência, e caracteriza-se principalmente pela tentativa de interceptar a participação do negro nas atividades e espaços públicos.” (MACIEL, 1965, pág. 12)

Considero necessário apontar, porém, que a polícia era (e ainda é) uma engrenagem de repressão que obedecia à um determinado grupo de pessoas, com suas ideologias e crenças e que esta representava, através de suas ações, parte da sociedade. Este destaque da polícia como a principal “mão” que reprime os povos negros na cidade de Campinas se deve, portanto, ao fato de ser esta a “mão” que reprime com maior evidência, através de punições físicas, morais e legais, deixando as demais, que atuam de maneira mais velada, através de invisibilização e silenciamento, em segundo plano, sendo estas frequentemente deslegitimadas enquanto ações igualmente opressoras.

Este estigma aplicado ao negro liberto, segundo Lúcio Kowarick, relacionou-se também, entre o final do século XIX e o começo do XX, à uma necessidade em desqualificar a mão de obra nacional para justificar os incentivos à imigração de mão de obra europeia, relacionada ao anteriormente citado desejo por embranquecimento. Esta manipulação dos estigmas se confirma quando, a partir de 1914 o sistema imigratório começou a diminuir principalmente por conta da Primeira Guerra, e a mão de obra nacional passou a ser fundamental para o acúmulo de capital dos patrões brasileiros. Neste momento as mídias invertem completamente o discurso a respeito do negro, que passou de um indisciplinado para um corajoso, resistente e fiel trabalhador (KOWARICK, 1994).

A ideia do negro como um vadio indisciplinado, porém, não se desfaz com tanta volatilidade quanto o discurso midiático. Ao contrário, este estigma ainda hoje assola negros e negras brasileiros.

Repressão dos povos negros

Este apanhado de teorias, ideologias e estigmas embasaram um sentimento de superioridade tão enraizado e naturalizado no homem branco ocidental que ainda hoje ele não só existe, como é bastante frequente. Tal sentimento fez (e ainda faz) com que a negritude seja tratada de maneira pouco honrosa, gerando forte repressão, seja através da discriminação, da invisibilização, do silenciamento, da censura ou qualquer outro mecanismo.

Cleber Maciel aponta, neste contexto, para um pensamento racista no qual a responsabilidade da discriminação é vista como uma questão decorrente da existência do próprio discriminado e não de uma visão ideológica de seu discriminador (MACIEL, 1985), ou seja, este sentimento de superioridade é de tal forma naturalizado que não chega nem mesmo a ser colocado em pauta em determinadas discussões sobre o racismo.

Vale apontar que o presente trabalho entende como racismo tanto as ações concretas de repressão de um determinado grupo social visto como inferior, quanto o pensamento ideológico e o sentimento de superioridade que fazem diminuir ou desconsiderar a cultura e existência deste mesmo povo, tal como aponta Maciel:

“(...) houve, e há, muitos degraus que tipificam a prática discriminatória por critério racial e de cor, atingindo com diversos matizes populações

das mais variadas como, por exemplo, os diferentes grupos índios nas suas próprias terras, resultando genocídio e superexploração da sua força de trabalho, ou a discriminação sofrida pela população asiática imigrante para a América. Ou, ainda como, as discriminações que sofrem os negros e mestiços de negros de todas as cores, onde quer que o branco seja dominante.” (MACIEL, 1985, págs. 7-8)

Em Campinas, assim como em diversas outras cidades brasileiras, o racismo atingiu uma de suas formas práticas mais extremas que foi a dominação para fins de escravização, apontando para um sentimento racista e de superioridade bastante enraizado e naturalizado nesta sociedade, e que evidentemente não se desfez com facilidade.

Segundo Magnoli, tanto Gilberto Freyre, quanto Florestan Fernandes se equivocaram ao apontar a escravidão como a culpada para a situação do preconceito de raça no Brasil. O regime escravocrata, segundo o autor, foi apenas uma consequência da causa original que era o preconceito e a discriminação enraizados desde muito tempo nas sociedades europeias (MAGNOLI, 2009). O fim do sistema escravocrata não erradicou, portanto, a ideologia que permitiu que ele existisse.

Capítulo II: Matriz africana e o território

Corpo negro, matriz africana e território

A formação dos territórios de matriz africana

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), define povos e comunidades tradicionais de matriz africana como “um povo em luta desde a diáspora e a escravidão; um povo com uma cultura de origem identificável cronológica e geograficamente e, cuja trajetória, incluindo perdas e desaparecimentos tanto quanto resistência e renovação, preserva, inventa e reinventa a tradição, sua fonte de saber e de identidade. Um povo em luta.” (SEPPIR, 2016).

Os espaços de fomento, manifestação e preservação dessas culturas são, portanto, territórios tradicionais de matriz africana. Utilizaremos aqui, como já foi apontado na introdução desta dissertação, o termo “território de matriz africana” que, diferente do termo “território negro”, utilizado por diversos outros pesquisadores da área, inclui não somente os territórios nos quais os corpos negros estão (ou estiveram) presentes, mas também aqueles onde a cultura de matriz africana se manifesta (independente dos corpos que a recebem). Vale apontar, ainda, que o segundo termo aparecerá aqui, eventualmente, quando a referência for algum outro pesquisador que o utiliza.

Segundo Maria de Lourdes Bandeira, pesquisas das décadas de 1970 e 1980 de autores como Neusa Gusmão, Anita Queiroz Monteiro, Carlos Vogt, Peter Fry, entre outros, foram responsáveis por introduzir a base geográfica, e portanto a territorialidade, como um dado novo ao campo de estudos da identidade étnica. Segundo Bandeira, tais autores buscavam investigar a territorialidade negra, especialmente no que diz respeito às comunidades rurais (BANDEIRA, 1990).

Ilka Boaventura Leite, por outro lado, indica que já no início do século XX, Nina Rodrigues (ainda que o foco de sua pesquisa não seja o território ou a territorialidade) sugeriu dois tipos de territórios negros, um demarcado (fruto de doações ou de terras devolutas) e outro conquistado (mocambos e quilombos). Depois de Nina Rodrigues muitos outros autores, ainda que não preocupados diretamente com a questão do território acabaram se deparando com esse tema. Donald Pierson, na década de 1940, por exemplo, verificou uma tendência na ocupação de determinadas áreas da cidade por pessoas negras. Florestan Fernandes e Roger Bastide, também,

forneceram indicadores da localização destas pessoas no espaço urbano (LEITE, 1990).

Segundo Martins, as possibilidades de conseguir um pedaço de terra, para os escravizados libertos, eram reduzidas. Por este motivo estes indivíduos fugiam para as comunidades rurais e procuravam reconstituir uma coletividade familiar, ou iam para as cidades viver em cortiços e mais tarde favelas (MARTINS, 2016).

Novamente a comparação entre o contexto racial brasileiro e norte americano se destaca nesta discussão e diversos autores apontam para as diferenças entre as urbanizações no que diz respeito à segregação racial e a formação de territórios de matriz africana. Enquanto nos Estados Unidos esta separação se apresenta no território de maneira muito evidente, formando os chamados “guetos” urbanos, sejam eles compostos por afrodescendentes, latinos ou asiáticos, no Brasil estes territórios se construíram de maneira mais heterogênea (ROLNIK, 1997).

Segundo a urbanista Raquel Rolnik, apesar de ser comum na cidade de São Paulo que os bairros tenham concentrações de população de origens étnicas semelhantes (italianos, japoneses), os descendentes de africanos, estavam, no período pós-abolição, presentes em todos os bairros de maneira quase uniforme. A autora explica esta distribuição baseada na hipótese de que estas pessoas viviam nos porões das casas, onde podiam pagar (ROLNIK, 1997). Veremos mais adiante que, no caso da cidade de Campinas, as habitações urbanas de negros não se limitavam aos porões sendo comum a existência de cortiços e, inclusive, de habitações individuais nos mesmos moldes daquelas onde viviam pessoas brancas.

Mesmo nestes últimos modelos, porém, a quantidade de habitações não formava bairros inteiros, o que aponta para uma segunda característica que diferencia os territórios negros urbanos brasileiros e norte-americanos. Enquanto nos Estados Unidos estes territórios foram compostos por bairros, no Brasil esses espaços são mais pontuais, correspondendo à ruas, praças e construções inseridos num ambiente urbano híbrido (ROLNIK, 1997).

Inferimos aqui que este fato possivelmente decorre do modo como se organizaram os territórios paulistas à época da escravidão e no período que se segue. Nestes períodos, como já vimos, os núcleos familiares eram compostos por pessoas brancas (os senhores, ou patrões), negras (os escravos ou empregados) e em alguns casos mestiças. O compartilhamento do espaço público e até mesmo privado,

portanto, foi uma prática comum desde a formação destas cidades, o que certamente influenciou na construção de seus territórios.

Vale apontar também que, a partir do momento em que o solo passa a ser visto como mercadoria (no Brasil a partir de 1850, com a lei de terras), a distribuição dos diferentes grupos sociais no território passa a se pautar amplamente em questões econômicas, deixando as questões raciais em segundo plano enquanto definidor dos territórios, principalmente urbanos (GADELHA, 1988).

No ambiente rural brasileiro, por outro lado, percebemos que a construção de territórios negros mais uniformes foi recorrente durante e após a escravidão. Muitos destes, inclusive, sobreviveram como territórios de resistência até hoje², sendo reconhecidos em seu caráter social e cultural.

A antropóloga Neusa Maria Gusmão afirma que, ainda que as “terras de preto” sejam, pelo menos desde meados da abolição, uma realidade agrária brasileira, estas, ainda hoje, não são reconhecidas no âmbito comum, nem no âmbito político/jurídico. Este fato se dá, principalmente, por conta da condição de posse comunal e indivisa da terra, seu usufruto coletivo, em contraposição com sua apropriação privada (GUSMÃO, 1990).

A autora afirma que o interesse dos homens brancos sobre terras em que se encontram negros gera conflitos e faz com que muitos deles, restritos pela pobreza, abandonem esses territórios e passem a habitar as periferias das grandes cidades. Alguns destes locais, segundo Leite, são quase sempre foco de ação policial extremamente repressiva (GUSMÃO, 1990; LEITE, 1990).

Apesar destes ataques e da instabilidade dos territórios de matriz africana, Martins aponta que, no início do século XX os negros de Campinas (a então Vila de São Carlos), haviam constituído laços e uma rede de solidariedade consideráveis, na qual escravizados e libertos mantinham relações de trocas que eram vistas pelos senhores como uma ameaça constante. Com o fim da escravidão, segundo a autora, essa rede de relações permaneceu e foi transferida para os cortiços, periferias e favelas urbanas (MARTINS, 2016).

² Quilombo Pedro Cubas e Ivaporunduva, no Vale do Ribeira/SP (MIRALES, 1998); Mandira, em Cananeia/SP (SILVA, 2012); entre outros.

Coletividade, invisibilização e violência: os territórios de matriz africana

Território, conforme abordado na introdução desta dissertação, pode ser entendido como uma teia de relações sociais que definem um limite entre nós e os outros (SOUZA in CASTRO e GOMES, 2000). Neste sentido podemos inferir que a territorialidade tem uma relação bastante próxima com a identidade daqueles que pertencem à um determinado território (ou não) e com a cultura deste povo. Em se tratando de territórios de matriz africana, portanto, todos os assuntos que até agora permearam as discussões aqui expostas sobre identidade e cultura de origem africana ou afro-brasileira podem ser incorporados e manifestam-se no espaço, ou seja, desde a construção da cultura afro-brasileira diaspórica e híbrida até a forma como as coletividades e indivíduos negros eram vistos pela sociedade. Em outras palavras, todos estes assuntos podem ser traduzidos em termos de territorialidade, como faremos a seguir.

Começando pela herança cultural africana nos territórios brasileiros de matriz africana, podemos nos utilizar da pesquisa de Diop que, em sua teoria sobre as origens matriarcais dos povos negros, já trata do assunto do território com bastante clareza, descrevendo a origem geográfica de cada povo e as consequências destes ambientes em sua cultura. Podemos, ainda, observar quais as características da unidade cultural africana da qual falou Munanga, influenciavam os territórios negros no período pós-abolição (DIOP, 2014; MUNANGA, 1999).

Nesta mesma linha, a urbanista Michelle Farias Sommer comparou assentamentos humanos africanos (em especial bantos e sudaneses) e brasileiros no contexto da territorialidade negra, afim de relacioná-los e encontrar, na estrutura social e cultural dos territórios de negros brasileiros, uma origem africana (SOMMER, 2005).

Bandeira afirma que as terras das comunidades negras rurais eram doações de antigos senhores, terras devolutas e/ou doações para santos. Estas terras foram, segundo a autora, apropriadas pela coletividade negra e não por um negro enquanto pessoa física. A terra não é vista, neste contexto, como um bem privado, como mercadoria, mas sim como um bem coletivo da comunidade que dela se utiliza. Tais características combinam acertadamente com a teoria de Diop, na qual os povos de origem meridional são descritos como cooperativos no que diz respeito ao uso da terra (BANDEIRA, 1990; DIOP, 2014).

Esta forma de se relacionar com a terra, porém, não se enquadrava nos parâmetros da sociedade capitalista nos moldes em que foram instauradas no Brasil, o que acabou por invisibilizar juridicamente o controle coletivo da terra e foi, segundo Bandeira, fator marcante na dissociação dessas comunidades. Com a lei de terras, segundo a autora, a propriedade privada da terra à transformou em mercadoria e esta passou a ser mediada pela compra e venda, acentuando o conflito entre patrimonialismo e o uso culturalmente coletivo nas comunidades negras (BANDEIRA, 1990).

A crise econômica ao final do século XIX, porém, na qual a produção cafeeira ficou estagnada, ocasionou terras cujo valor econômico não mais interessava aos senhores. Estas terras, segundo Bandeira, puderam ser utilizadas pelos libertos sem tensões e conflitos. A partir do momento em que o valor dessas terras começa a se fazer atraente aos homens brancos, incentivados pela especulação imobiliária, as tensões e conflitos se estabelecem novamente e as comunidades étnicas de negros se dissolvem (BANDEIRA, 1990).

Neusa Maria Mendes de Gusmão, autora que se dedicou aos estudos sobre o Campinho da Independência no Estado do Rio de Janeiro, aponta, na mesma linha, que as áreas (quase sempre rurais) reconhecidas como de negros, são heranças de terras devolutas ou públicas, nas quais, assim como apontou Bandeira, pequenos proprietários construíram coletivamente uma territorialidade negra (GUSMÃO, 1990, DIOP, 2014).

No que tange a teoria do embranquecimento anteriormente descrita, ainda que esta ideologia a princípio pareça afetar a coletividade apenas a níveis sociais, notamos, no desenvolver desta pesquisa, que esta tem amplos desfechos na formação dos territórios. Assim como os indivíduos negros são invisibilizados no processo de embranquecimento, os territórios negros também o são. Na mesma medida em que mestiços são vistos como brancos, os territórios frequentados paralelamente por pessoas brancas e negras, também são vistos como territórios de brancos. Os territórios negros são, neste contexto, escondidos do parecer público sobre as cidades brasileiras assim como as bonecas negras foram escondidas da Exposição Histórica do Mundo Português, em 1940³. São diversos os autores que transpassam pela questão da invisibilidade destes territórios. Martins, a exemplo,

³ Referência ao texto do capítulo anterior.

investiga as causas desta ausência de visibilidade na cidade de Campinas e afirma que a população negra sofreu e ainda sofre apagamentos nos espaços das cidades brasileiras (MARTINS, 2016).

Segundo Martins, a cidade, ao ser planejada, organizada e construída, se defronta com os interesses daqueles que à governam que, tornando-se um sujeito, diminui o povo enquanto agente que à constrói. Campinas, segundo a autora, é uma cidade marcada pela influência dos valores e relações depreciativas com os negros escravizados que viveram na cidade. Para se manter a “ordem” desejada pelos senhores, portanto, os apagamentos da presença negra foram fundamentais (MARTINS, 2016).

Aventa-se aqui a possibilidade de a heterogeneidade dos territórios brasileiros no que diz respeito à raça, mesmo que não unicamente, estar diretamente relacionada à ideologia do embranquecimento, que, tendo incentivado amplamente a miscigenação no país, acabou dificultando a formação de territórios unicamente negros, bem delimitados, na forma dos guetos norte-americanos, principalmente no que diz respeito aos ambientes urbanos.

Percebemos também, que a anteriormente citada ideia dos negros indisciplinados, em especial os libertos, também carrega desdobramentos territoriais. Assim como os indivíduos negros eram violentamente reprimidos, principalmente pela força policial, os territórios negros também o eram. Cortiços, quilombos e mesmo comunidades em terras devolutas sofriam com ataques muitas vezes gratuitos. No contexto do território estes ataques ganham mais uma razão de ser que é a disputa por território enquanto símbolo de poder. Diversos autores, tais como Maciel e Martins no contexto campineiro, mas também Rolnik, Schwarcz, entre outros, apontam para estes contínuos ataques (MACIEL, 1965; MARTINS, 2016; ROLNIK, 1997; SCHWARCZ, 1996)

Em muitos contextos, acadêmicos e populares, esta violência que assola os territórios de negros no Brasil, porém, é diminuída em sua existência e seriedade. Relacionamos este fato ao mito da democracia racial que, quando sobreposto à questão territorial, carrega também muito significado. Na mesma medida em que a discriminação ao corpo negro é invisibilizada, tida como inexistente, a discriminação ao território negro ou de matriz africana também o é. Dessa forma toda ação de

opressão a esses territórios carrega subterfúgios, tais como a higienização, a segurança ou a necessidade por progresso.

Territórios urbanos e rurais, os diferentes contextos

Segundo Ana Lúcia Valente, estabeleceu-se entre as pesquisas da segunda metade do século XX sobre territorialidade negra no Brasil, uma dualidade entre os ambientes urbanos e rurais. A autora, com isso posto, indica que esta dualidade já não faz tanto sentido para o contexto atual⁴, uma vez que as populações rurais e urbanas já não têm estilos de vida tão distintos e que o indivíduo rural ou mesmo as práticas rurais (como a agricultura) já estão muito imersas em uma lógica de vida urbana. Valente aponta que os territórios negros rurais e urbanos devem ser entendidos como “faces de uma mesma moeda” e não como duas realidades distintas (VALENTE, 1992).

Vale apontar aqui que, apesar de concordarmos com os apontamentos de Valente acerca da atual porosidade entre o rural e o urbano, consideramos também que, no contexto do objeto desta pesquisa (período pós-abolição brasileiro, mais especificamente da cidade de Campinas-SP), as diferenças entre ambientes urbanos e rurais eram sim bastante relevantes. Apesar das origens destes territórios como suportes de culturas de matriz africana serem análogas e suas semelhanças em termos culturais serem notáveis, seu desenvolvimento foi, neste período, pautado pelos ambientes que os cercavam. Fazer esta distinção entre territórios urbanos e rurais, não como realidades duais, mas apenas distintas, se torna, então, necessário.

Segundo João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, enquanto os territórios negros urbanos foram marcados pelo embranquecimento cultural, seja de maneira induzida ou preventiva, os territórios negros rurais foram marcados pela manutenção e resistência da cultura de matriz africana (REIS e GOMES, 2000).

É importante pontuar, sobre isso, algumas questões. Primeiramente, diversos autores⁵ que estudaram as dinâmicas sociais dos quilombos no Brasil já evidenciaram que estas não eram comunidades isoladas ou que pretendiam recriar a África nas Américas. Pelo contrário, os quilombos deram sequência à formação de uma sociedade afro-brasileira que se iniciou nas senzalas e que dialogava com a dinâmica

⁴ A autora faz este apontamento no ano de 1992, porém consideramos que ele ainda vale para hoje.

⁵ Tal como Guimarães (in REIS e GOMES, 2000).

social e econômica das cidades próximas às quais estavam instalados. Em segundo lugar, este suposto embranquecimento cultural dos territórios urbanos pode ser relativizado, uma vez que alguns autores⁶ apontam para características destes territórios que remetem à uma ancestralidade cultural africana, ou seja, o embranquecimento de sua cultura não aconteceu de maneira tão absoluta. Estes apontamentos reforçam as diferenças entre territórios urbanos e rurais e não os tornam duais e opostos, mas sim concomitantes e complementares.

Sobre o contexto urbano, por outro lado, Sommer aponta que, na mesma medida em que as cidades atraíam os negros alforriados, sua presença nas áreas centrais urbanas era considerada indesejável. Determinados lugares da cidade, comumente relacionados à população pobre e negra, ficam conhecidos como “espaços malditos” e são, segundo Sommer, o principal alvo das políticas de embelezamento e higienização das cidades no início do século XX. A população destas áreas foi, portanto, transferida para a periferia, “em áreas muitas vezes rurais, em locais destinados àqueles que não se enquadravam numa ideia “moderna” de cidade. Com a desterritorialização física e simbólica, a identidade cultural negra, conseqüentemente, também se modificou” (SOMMER, 2005, pág. 103).

Leite divide os territórios negros (tanto urbanos quanto rurais) em dois grupos, os territórios de ocupação residencial, onde os indivíduos negros habitam, e os territórios de ocupação interacional, onde estes se encontram e trocam entre si e com a sociedade. Este segundo pode estar relacionado ao comércio em mercados, às praças, bares, clubes, igrejas, centros, terreiros, entre outros (LEITE, 1990).

Raquel Rolnik, por sua vez, aponta exclusivamente para os territórios urbanos e os divide em quatro tipos formados por acontecimentos de diferentes origens: religião, trabalho, lazer e moradia (ROLNIK, 1997).

Sobre os territórios negros ligados ao trabalho, Rolnik indica que se formaram nas próprias ruas onde as negras se ocupavam das quitandas e cangalhas, comércios ambulantes de origem cultural africana (ROLNIK, 1997, 1989). É possível traçar aqui um paralelo com os territórios negros rurais que, conforme abordado anteriormente, tinham como forma de sustento a produção de alimentos fora da cidade para venda nos espaços urbanos.

⁶ Tal como Sommer (2005).

Aos territórios formados a partir de atividades de lazer, Rolnik aponta para a prática de footing que se configurou como a atividade de lazer no qual pessoas, em sua maioria jovens, saíam em lugares públicos e, através de caminhadas em sentidos opostos, homens e mulheres cruzavam caminhos afim de encontrar parceiros amorosos. O footing era praticado por pessoas de diferentes classes e raças, porém, cada qual tinha seu espaço culturalmente delimitado. O espaço onde jovens negros praticavam o footing não era o mesmo dos jovens brancos, configurando, desta maneira, alguns territórios de uso recreativo quase exclusivo de pessoas negras (ROLNIK, 1989).

Sobre os territórios ligados à moradia, Rolnik aponta que os escravos recém libertos acabaram por se instalar em bairros próximos aqueles que abrigavam a burguesia, para que pudessem se inserir no novo mercado de trabalho livre, pois só restou a estes negros o trabalho doméstico, uma vez que os imigrantes europeus – mais bem vistos pela sociedade de forma geral – se apropriaram das demais ocupações. Ou seja, foram absorvidos pela indústria nascente ou ocupações voltadas aos ofícios. A proximidade com a oferta deste tipo de serviço em solo urbano induziu a permanência dos negros libertos e a formação dos chamados territórios negros em lugares centrais. Desta maneira os cortiços e porões foram ocupados por população negra e de baixa renda e, anos mais tarde, se tornaram alvo principal das reformas urbanas (ROLNIK, 1989).

Por fim, sobre os territórios formados por questões religiosas a autora aponta que a população de origem africana se reunia à frente das igrejas de determinados santos cristãos de irmandades negras, tais como Santa Ifigênia, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, afim de socializar ou promover batuques e danças derivadas de sua cultura, formando uma identificação com estes territórios (ROLNIK, 1997, 1989).

Para onde foram os negros campineiros no pós-abolição?

Em 1872 os negros e mulatos eram 62% da população no território paulista, já em 1923 esta porcentagem caiu para 16%. As porcentagens de população negra e mulata em Campinas são semelhantes à paulista no mesmo período. Segundo dados apresentados por Cleber Maciel (historiador que se dedicou amplamente às pesquisas sobre negritude em Campinas), no ano de 1872, 17.853 (57%) das pessoas compunham a população “preta” ou “parda” no município. Já no ano de 1926 esta

população aparece como 17.898 (14,64%) dos residentes no município (MACIEL, 1965).

Segundo Maciel, quando faz a crítica ao racismo em Campinas, alguns pesquisadores⁷ da primeira metade do século XX afirmavam, com base nestes números, que a população negra não só estaria desaparecendo nas cidades paulistas como teriam sua extinção completa em no máximo 50 anos. Tais autores, certamente influenciados pelas teorias raciais anteriormente citadas, acreditavam na superioridade da raça branca e no embranquecimento da população através do cruzamento entre raças, que faria vencer (por seleção natural darwiniana) aquele que fosse mais forte. Maciel afirma que foram três os principais argumentos para explicar esta eminente desaparecimento: a suposta inferioridade histórica e sociológica do povo negro, que, segundo os autores, faria com que eles se deixassem “vencer pela vida”; sua suposta inferioridade fisiológica e psicológica, que o faria tender ao alcoolismo e aos vícios nocivos e, por fim, por sua suposta inadaptabilidade ao planalto paulista (MACIEL, 1965).

É sabido hoje, porém que a união entre pessoas brancas e negras não traz como resultado um embranquecimento, mas apenas a existência de pessoas mestiças. A crença, baseada nos dados demográficos acima citados, de que o embranquecimento da população campineira estaria em pleno andamento, portanto, pode ser desconsiderada. Questionamo-nos, com isso, quais seriam explicações mais aceitáveis para o enorme decréscimo percentual da população de origem negra apontada nos recenseamentos da época.

Em primeiro lugar vale considerar que, ainda que esta porcentagem tenha sofrido grande redução no período indicado, este fato não aponta para uma diminuição em termos numéricos da população negra de Campinas, mas sim para um crescimento de populações de outras raças, principalmente branca, que pode ser facilmente explicado pelos incentivos à migração de europeus anteriormente citados, que a partir do período pós-abolição passaram a compor, em larga escala, a população de diversas cidades brasileiras. Quando analisado em termos percentuais, portanto, este fato acaba por mascarar a realidade, fazendo parecer que a diminuição percentual de negros e mulatos no município esteve relacionada à uma diminuição numérica, o que não condiz com a realidade.

⁷ Tais como Oliveira Viana, Alfredo Ellis e Samuel Lowrie (MACIEL, 1965)

Em segundo lugar vale apontar que, tanto o levantamento realizado em 1872, quanto o de 1923, muito possivelmente teriam falhas. Em 1872 os negros fugidos ou libertos que viviam nos arrabaldes da cidade certamente não foram contabilizados enquanto que no de 1926 aqueles que viviam em condições irregulares também possivelmente ficaram apagados na contagem. No caso do recenseamento de 1926, vale notar ainda que, por conta do racismo científico e da ideologia do branqueamento (influentes neste período), os negros de pele mais clara por vezes se intitulavam brancos⁸, o que certamente abalou a precisão do levantamento em questão.

Em terceiro lugar, podemos inferir que esta suposta diminuição da população negra na cidade de Campinas pode ter sido fruto de um elevado número de mortes decorrentes da forte repressão policial, uma vez que o principal alvo de repressão no ambiente urbano eram os afro-brasileiros.

Sobre um possível alto número de mortes é plausível imaginar, em um primeiro momento, que os surtos de febre amarela que assolaram a cidade de Campinas a partir de 1889⁹, teriam atingido a população negra de maneira bastante intensa, uma vez que estas pessoas viviam em condições precárias e não podiam contar com grande assistência à saúde como a população branca. Esta teoria poderia se comprovar com os relatos de José Pedro Martins, no qual afirmou-se que a maioria das vítimas da febre amarela em Campinas foram as pessoas mais pobres, que não tinham condições de escapar para outras regiões. Lycurgo de Castro Santos Filho e José Nogueira Novaes, por outro lado indicaram que a grande maioria dos casos se deram em pessoas brancas. Os autores trabalham na hipótese de que os negros já estariam mais imunes à doença uma vez que ela teria sido incidente na África. Por fim, segundo os registros do médico Ângelo Simões, que contribuiu amplamente no registro sobre as epidemias, tendo realizado anotações sobre o número de mortes na cidade, a maioria dos mortos eram de origem italiana (MARTINS, 1997; FILHO e NOVAES, 1996; PAVANATI, 2013).

Com estas informações é plausível repensar a teoria apontada por alguns autores de que a população negra foi a mais atingida pela febre amarela. Desta forma, as possíveis mortes em massa de negros no período estariam relacionadas apenas à

⁸ Conforme abordamos no capítulo anterior.

⁹ Estes surtos serão abordados no capítulo 3, à seguir.

repressão policial, uma vez que nem a febre amarela, nem outras doenças representavam números muito expressivos neste caso.

Concluimos, portanto, que esta população negra campineira (ou mesmo a paulistana e brasileira, de forma mais geral) não foi embranquecida e nem completamente eliminada no período pós abolição.

Segundo Flávio Henrique Ghilardi, foi apenas depois da década de 1950 que um urbano segregado, marcado pelo crescimento da periferia, se consolidou no município de Campinas. A localização da população pobre em Campinas é, portanto, conhecida a partir desta data. Antes disso, porém, num período entre a abolição e a metade da década de XX, existe um hiato no que diz respeito aos registros de localização da população pobre e, especialmente, da população negra (GHILARDI, 2012).

Cabe com isso questionar: em que lugar da cidade se instalaram aqueles que anteriormente viviam com seus senhores? Onde estas pessoas viveram até a metade do século XX? Ou ainda, quais eram os espaços em que estas pessoas interagiam social, religiosamente ou para fins de trabalho neste período?

Territórios urbanos de matriz africana em Campinas

Afim de apontar possíveis respostas ao questionamento acima realizado acerca da localização dos moradores negros campineiros a partir do fim oficial da escravidão, até meados da década de 1950, realizaremos a seguir, baseado em diversas pesquisas científicas, um levantamento de territórios onde esta população possivelmente esteve instalada.

Como contribuição à análise da territorialidade negra, optou-se aqui por dividir estes territórios em dois grandes grupos, os urbanos, primeiramente abordados, e os rurais, abordados a seguir. Além disso, os territórios urbanos serão classificados como sendo de trabalho, lazer, moradia e religião, seguindo a proposta de Rolnik. É sabido que esta segunda classificação não pode ser tratada de maneira tão precisa, uma vez que os usos muitas vezes se misturam e se confundem. Sua utilização, porém, será utilizada aqui como uma “bussola” desta investigação, ou seja, através destes diferentes usos e dos relatos anteriormente indicados sobre atividades de trabalho, lazer, moradia e religião realizadas por pessoas negras no espaço da cidade, serão pensados os possíveis pontos de encontro desta população. Considerou-se nesta classificação, portanto, que existe permeabilidade entre um tipo e outro, podendo um

território apontado como “de trabalho” ter se estendido para “de moradia”, tal como um território “de religião” se estendido para um “de lazer”, e assim por diante.

Junto à cada um destes “tipos” de territórios urbanos (de trabalho, de lazer, de moradia e de religião) serão introduzidos mapas, produzidos pela autora, nos quais os territórios apontados foram situados geograficamente, com a intenção de facilitar uma leitura territorial.

Como já sabemos, a documentação que registra a presença negra nas cidades brasileiras é muito precária, uma vez que é não houve, especialmente no período aqui analisado, interesse em contar essa história dos oprimidos ou de retratar o Brasil como um país negro. Desvendar esse passado, com todos os seus ricos detalhes, ainda é, portanto, um grande desafio. A compilação de territórios realizada aqui, com isso, teve como objetivo organizar os conhecimentos sobre territórios campineiros já destacados pela bibliografia sobre o assunto, levantar novas possibilidades e fomentar futuras investigações sobre territórios semelhantes.

Territórios de trabalho

Conforme indicado anteriormente, os negros brasileiros, em sua maioria, se ocuparam em ofícios independentes depois de libertos, trabalhando como marceneiros, alfaiates, sapateiros, entre outros que permitiam flexibilidade de horários, dissociando a atividade livre com o labor da escravidão. Entre as mulheres também foi muito comum o trabalho doméstico, na qual as negras se ocupavam como amas de leite, lavadeiras e cozinheiras. Outro ofício bastante comum entre negros e, principalmente, negras libertos foi a venda urbana de produtos como hortaliças, verduras, frutas, laticínios, entre outros relacionados à produção do campo. Alguns autores indicam que esta atividade foi realizada por negros ainda escravizados que vendiam a produção de seus senhores e muitas vezes as suas próprias, cultivadas no terreiro das senzalas, ou ainda compravam os produtos nas fazendas e levavam até as áreas urbanas onde se podia cobrar um valor mais alto. Depois de libertos estes indivíduos seguiram realizando esta atividade, estando presentes no ambiente urbano pós-abolição com suas quitandas, cangalhas e barracas.

Algumas destas atividades são difíceis de localizar espacialmente, uma vez que aconteciam em locais dispersos, como é o caso do trabalho doméstico que certamente se estendeu por todo o território campineiro e, portanto, de maneira fragmentada e

dispersa. Em alguns pontos específicos, porém, é possível indicar que a presença desta população tenha sido significativa, configurando um território de matriz africana.

- *Rios, lagos e chafarizes: Lagoa do taquaral como um lugar de trabalho negro*

Um dos pontos que conectaram o trabalho doméstico entre os séculos XIX e XX foram aqueles nos quais as lavadeiras se reuniam: os rios, lagos e, especialmente chafarizes públicos. Estes locais eram verdadeiros pontos de encontro e de sociabilidade feminina onde as mulheres ocupadas deste ofício compartilhavam novidades e informações das mais diversas. Esta rede de mulheres envolvia tanto brigas e intrigas, quanto companheirismo entre aquelas que passavam por situações de necessidade (MARTINS, 2002).

Com a canalização de água potável, no entanto, esses locais se perderam e cada uma das trabalhadoras passou a exercer a atividade no interior das habitações, de maneira isolada e distante do convívio social. No caso de Campinas esta canalização aconteceu ao final do século XIX e demorou alguns anos para ser finalizada. As residências localizadas em cotas mais altas e aquelas mais afastadas do centro foram as últimas a receber o melhoramento e só foram atendidas anos mais tarde (LAPA, 2008).

A bibliografia sobre estes espaços de trabalho e convívio social indicam principalmente as cidades brasileiras do século XIX, porém, uma fotografia revela que estes ambientes ainda existiam em Campinas até pelo menos meados do século XX.

Através da fotografia “mulheres lavando roupa na lagoa do taquaral” (Figura 1), tirada em 1948, é possível visualizar um grupo de mulheres negras ocupadas com o trabalho doméstico em um espaço público da cidade, a lagoa do taquaral.

O serviço de lavagem que as mulheres em questão realizam pode ter sido para uso próprio, para cumprir um trabalho curto contratado ou, ainda, para uma determinada família a qual se prestava serviço diariamente. Em todos os casos a ação realizada era uma ação de trabalho, o que consolidou a Lagoa do Taquaral, ainda que não em tempo integral, como um território urbano de trabalho¹⁰.

¹⁰ indicado no Mapa 01 como o item 01.



Figura 1 – Mulheres lavando roupa na lagoa do taquaral, 1948 – fotografia de Gilberto de Biasi; acessada em <<http://bybassan.blogspot.com.br/2013/07/o-homem-que-fotografou-historia-de.html>> dia 06 de novembro de 2017.

- *O comércio na cidade: os mercados e as ruas*

Como indicamos anteriormente, o comércio foi apontado por diversos autores como uma atividade amplamente exercida por negros, especialmente durante e logo após a escravidão brasileira. Conhecendo técnicas de plantação e produção de instrumentos cotidianos, estas pessoas vendiam seus bens em tendas ou panos nas ruas, chamados de quitandas ou cangalhas. Segundo Rolnik, a atividade era exercida tanto por negras e negros escravizados quanto por libertos e em ambas as condições a venda podia acontecer ora para benefício do patrão, ora para benefício próprio (ROLNIK, 1989).

Desde muito cedo (quase simultâneo ao nascimento dos centros urbanos) este comércio se deu nas ruas, onde os vendedores ambulantes circulavam com seus tabuleiros e carroças, ora batendo de porta em porta, ora se instalando em locais estratégicos da cidade, com seus produtos que variavam entre víveres, verduras, hortaliças, entre outros. Este trabalho, muito comumente realizado por pessoas pobres, de maioria negra, era visto por alguns moradores e pelas autoridades com certa desconfiança. A tentativa de controle destes vendedores e de seus produtos, portanto, era constante. Leis de convivência e de controle dos produtos, taxas e cadastros municipais eram cobrados dos ambulantes, que muitas vezes fugiam da fiscalização pública, trabalhando na ilegalidade (MARTINS, 2009).

Com a intenção de controlar este fluxo de pessoas e de mercadoria o governo municipal campineiro (e de diversas outras cidades brasileiras) construiu espaços que tinham como objetivo concentrar a venda de produtos na cidade. São, portanto, dois os ambientes de comércio que constituíram a rede de trocas nas cidades até meados do século XX: o comércio de rua (na maior parte das vezes visto como irregular) e o comércio fechado (quase sempre relacionado aos edifícios dos mercados) (MARTINS, 2002; 2009).

É certo que, tanto nos comércios de rua das cidades brasileiras dos séculos XIX e XX, quanto em seus mercados, a figura do negro e da negra eram parte significativa na paisagem urbana. Ambos os formatos de vendas (comércio de rua e comércio fechado), serão abordados aqui, com a intenção de indicar locais que configuravam espaços de comércio na malha urbana de Campinas.

Foram quatro os edifícios municipais que concentraram atividades de comércio na área central da cidade de Campinas entre o final do século XIX e o início do XX: o

Mercado Grande¹¹, que funcionou nesta função de 1861 à 1886, o primeiro Mercado das Hortaliças¹², que funcionou de 1872 à 1882¹³, o segundo Mercado das Hortaliças¹⁴, de 1886 à 1956 (porém com muito pouca adesão por parte dos vendedores), e o Mercado Municipal¹⁵, de 1908 até hoje. Ainda que os primeiros não estejam inseridos no recorte temporal proposto por esta pesquisa serão aqui apresentados com a intenção de contextualizar a dinâmica urbana campineira no que diz respeito ao comércio (MARTINS, 2002; 2007; 2009).

No ano de 1861 inaugurou-se o Mercado Grande, a primeira construção que teve como objetivo concentrar e controlar as compras e vendas na cidade de Campinas. O edifício foi instalado onde hoje encontra-se a Escola Estadual Carlos Gomes, local que à época correspondia ao limite entre o urbano e o rural, com a intenção de facilitar a circulação daqueles que vinham da cidade e, ao mesmo tempo, dos que vinham do campo, fosse para trazer produtos para venda, ou para comprar alguma mercadoria. Este espaço funcionou nesta função até o ano de 1886, quando passou a abrigar o Desinfectório Central, por motivos de necessidades relacionadas aos surtos de febre amarela na cidade (MARTINS, 2002).

Segundo Valter Martins, os arredores do Mercado Grande se constituíram, ao final do século XIX, como espaços fundamentalmente heterogêneos, sendo um dos locais mais frequentados da cidade e palco de intensa agitação social da população negra, estando cercado por chafarizes, botequins, cortiços e biombos (habitações coletivas ligadas à prostituição) onde esta população circulava, tendo acesso a possibilidades de trabalho, lazer e moradia (MARTINS, 2002).

Em 1872 inaugurou-se o primeiro Mercado das Hortaliças, construído no Largo da Cadeia, atual Praça Bento Quirino, localização mais central quando comparado à do Mercado Grande, o que facilitava o acesso para comerciantes e consumidores que viviam na cidade. A proximidade com a cadeia e com diversos botequins, cortiços e quitandas frequentados pela população pobre (certamente de maioria negra), causava incomodo por parte das autoridades e classes mais conservadoras da cidade, o que levou à demolição do edifício cerca de 10 anos depois de construído. Com a demolição os vendedores se viram desalojados e se dividiram em dois grupos, aqueles que

¹¹ Indicado no Mapa 01 como o item 02.

¹² Indicado no Mapa 01 como o item 03.

¹³ Data imprecisa indicada por Valter Martins (2007)

¹⁴ Indicado no Mapa 01 como o item 04.

¹⁵ Indicado no Mapa 01 como o item 05.

armaram suas tendas nas proximidades do Mercado Grande (e logo se arreponderam, uma vez que este espaço possuía regras de comportamento muito mais rígidas do que as que estavam habituados) e aqueles que montaram suas tendas nas ruas da cidade, formando o que em Campinas se chamava de tanguá¹⁶, que eram espaços de comércio de rua, associados ou não à outros espaços fixos como botequins, cortiços, entre outros (MARTINS, 2007).

No ano de 1886 o segundo Mercado das Hortaliças foi finalmente inaugurado, sendo instalado em frente ao Mercado Grande, onde hoje encontra-se o Largo das Andorinhas. A esta altura, porém, os comerciantes que foram anteriormente desalojados já haviam encontrado no ambiente das ruas, os espaços ideais para seus pequenos comércios e não pareciam dispostos a retornar ao modelo controlado de venda, nos padrões dos mercados municipais. Esta situação gerou grande conflito entre os vendedores e as autoridades, que se viram obrigadas a abaixar as taxas cobradas no mercado e, como medida extrema, aumentaram amplamente os impostos sobre os tanguás, com a intenção de dificultar sua existência. O novo edifício do Mercado das Hortaliças, neste contexto, ficou esquecido (servindo de abrigo para andorinhas que deram nome ao futuro largo) e foi demolido em 1956, junto às diversas modificações da área central de Campinas (MARTINS, 2002; 2007; 2009).

Por fim, o último edifício construído pela municipalidade de Campinas com a intenção de concentrar atividades de comércio foi o Mercado Municipal, inaugurado em 1908 e em pleno funcionamento até hoje. Poucas são as pesquisas que abordam a dinâmica urbana dos arredores deste edifício durante a primeira metade do século XX. É possível, porém, que os vendedores que ali trabalhavam eram os mesmos, ou estavam em situações semelhantes àqueles que vendiam produtos pelas ruas ou pelos antigos mercados, ou seja, gente pobre, muito provavelmente com descendência negra.

Durante todo este período o comércio de rua, anteriormente apontado, esteve presente na vida urbana da cidade de Campinas, em paralelo com a dinâmica dos mercados. Alguns dos comerciantes eram os mesmos, ficando uma parte do dia no mercado e outra parte nas ruas (o que garantia sua legalidade) e outros vendiam

¹⁶ Segundo Martins a palavra “tanguás” era amplamente utilizada na cidade de Campinas para se referir aos locais ou tendas nas quais negros e negras vendiam alimentos ou quinquilharias. Em outras cidades estes nomes variavam, como no Rio de Janeiro onde se utilizava o termo “zúngus” (MARTINS, 2007).

apenas nas ruas, de maneira ilegal. A delimitação dos espaços onde estes ambulantes se instalavam não é tão precisa quanto a dos mercados, uma vez que estes se movimentavam e poderiam estar presentes em toda a malha urbana, além do fato de a documentação sobre sua presença não ser tão facilmente encontrada como à relacionada aos mercados. Alguns pontos, porém, por concentrarem a circulação de pessoas e, portanto, possíveis compradores, acabavam, também, por concentrar ambulantes, que consideravam aqueles locais como estratégicos (MARTINS, 2009).

Martins aponta para alguns destes espaços, tais como a rua do Comércio (atual Dr. Quirino)¹⁷ e o Largo da Estação (em frente ao atual Museu da Cidade)¹⁸. O primeiro, como denuncia a toponímia, tinha o comércio como atividade mais realizada e, por isso, atraía compradores que buscavam por algum produto específico, o que acabava por alimentar o mercado e o desejo dos vendedores de se instalarem naquele ponto. Foi com a intenção de “limpar” esta rua do comércio ambulante, que se construiu o primeiro Mercado das Hortaliças de Campinas, que ficava em suas proximidades, com o propósito de reunir e controlar estes comerciantes. Nota-se aqui claramente a necessidade de controle por parte das autoridades brancas, que será abordada com mais atenção no capítulo seguinte desta dissertação (MARTINS, 2009).

Segundo Carpinteiro, desde a inauguração da estação de trem da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, criou-se na dinâmica da cidade um eixo Leste-Oeste, definido pela rua de São José, atual 13 de maio¹⁹, onde se estabeleceu um ambiente propício ao comércio. No começo do século XX a rua Barão de Jaguara tornou-se a principal artéria da cidade e concentrava um comércio mais sofisticado, enquanto que a 13 de maio seguiu com o comércio mais popular e se consolidou na década de 1940 como o centro comercial por excelência, estendendo-se inclusive para as ruas José Paulino e Regente Feijó, onde se concentravam lojas de tecido, de roupas, utensílios domésticos, ferragens, bicicletas, discos, armarinhos, etc. Neste período, segundo Carpinteiro, o abastecimento de alimentos estava concentrado nos mercados ou disperso nos bairros, o que nos faz questionar se os vendedores negros realmente estariam instalados na rua 13 de maio ou apenas nos mercados e outras regiões dos bairros. É de se pensar, com isso, se esta rua teria acolhido trabalho

¹⁷ Indicada no Mapa 01 como o item 06.

¹⁸ Indicada no Mapa 01 como o item 07.

¹⁹ Indicada no Mapa 01 como o item 08.

negro, uma vez que o tipo de comércio que se estabeleceu neste território, principalmente depois da década de 1940 não era o mesmo daqueles descritos nas pesquisas sobre as vendas em quitandas, cangalhas e tanguás. Apesar disso, a rua foi incluída no Mapa 01, com a intenção de localizar este território e apontar sua possível, ainda que não comprovada, história negra ao final do século XIX e início do XX (CARPINTEIRO, 1996).

Já o Largo da Estação, localizava-se ao lado da estação de trem mais importante da cidade de Campinas, por ser a que conecta a linha férrea com o centro da cidade. A circulação de pessoas neste local era, por isso, muito intensa, reunindo recém chegados através da ferrovia, trabalhadores das fábricas (instaladas naquele local por conta da facilidade de escoamento dos produtos) e ferroviários. Vendedores ambulantes disputavam os melhores lugares para venderem seus produtos e garantir seu sustento (MARTINS, 2009).

Segundo Martins, assim como indicou Carpinteiro, as ruas São José, atual 13 de maio, e Bom Jesus, atual Campos Sales²⁰, conectavam a estação de trem com o centro da cidade, gerando, também aqui, um fluxo intenso de possíveis compradores, formando, a partir da segunda metade do século XX (e são ainda hoje) pontos importantes de circulação e comércio na cidade, tendo como foco principal o consumo imediato e popular. Segundo Carpinteiro, porém, a rua Campos Sales, na década de 40, só tinha comércio entre as ruas José Paulino e Barão de Jaguará. Tal como a rua 13 de maio, a presença negra na Campos Sales não pode ser confirmada por conta do tipo de comércio que esta abrigava. Pelos mesmos motivos, porém, a via foi incluída no Mapa 01, acima indicado (MARTINS, 2009; CARPINTEIRO, 1996).

Esta dinâmica urbana foi também uma das justificativas dos vendedores para a falta de adesão ao espaço do novo Mercado das Hortaliças em 1886, uma vez que este se encontrava do outro lado da cidade em relação à dinâmica do comércio no momento de sua construção (RODOLPHO, 2004).

Sobre as atividades de comércio apontadas, consideramos ainda, dois fatores como relevantes à narrativa. Primeiramente o fato de ser esta a atividade que mais relacionou a vivência do campo com a da cidade neste período, sendo as viagens entre áreas rurais e urbanas certamente muito comuns entre aqueles que exerciam esta atividade, e em segundo lugar, aventa-se aqui a possibilidade de presença de

²⁰ Indicada no Mapa 01 como o item 09.

quilombolas no espaço urbano do século XIX que, camuflados entre os negros escravizados, poderiam vender os produtos trazidos das ocupações e, assim, adquirir produtos diferentes para si próprio ou para a comunidade. Esta relação entre cidade e comunidades quilombolas pode ter, ainda, se estendido para o período pós-abolição, sendo o comércio de alimentos uma das principais pontes entre os territórios de matriz africana rurais e urbanos.

- *O trabalho nas ferrovias*

Ainda que no imaginário sobre a identidade ferroviária a presença do imigrante europeu seja bastante presente, Cleber Maciel afirmou que as pessoas negras da cidade de Campinas no início do século XX encontravam-se engajadas na construção e manutenção das estradas de ferro. Ao que parece, algumas atividades relacionadas à ferrovia exigiam força e resistência físicas, qualidades que eram, neste período, associadas às pessoas negras (MACIEL, 1965).

Marco Henrique Zambello, entre os anos de 1999 e 2004, entrevistou 33 ex-ferroviários que viveram na Vila Industrial na primeira metade do século XX. Em uma destas entrevistas Odilon Barreto conta que seu pai havia ingressado na companhia Paulista por ser um negro jovem, forte e inteligente e que ele próprio ingressou no trabalho da ferrovia aos 14 anos, quando seu pai ficou doente (ZAMBELLO, 2005).

Ainda que poucos dos entrevistados de Zambello tenham sido negros, em algumas das narrativas é possível perceber que a presença negra no trabalho das ferrovias era de fato marcante. Durante a narrativa de um segundo ex ferroviário chamado Osvaldo Gotardi, a presença negra no trabalho das linhas de trem se evidencia. Osvaldo afirma que iniciou sua relação com a Paulista trabalhando como lenheiro e que em uma ocasião um homem superior à ele na empresa questionou o porquê dele estar naquela posição trabalhando junto aos negros, aos quais se referiu como “esses negrão aí” (ZAMBELLO, 2005, pág. 262). Esta frase revela considerável presença de negros para o trabalho braçal que era o de lenheiro, que tinha a função de cortar a lenha que alimentar o motor dos trens, tal como um terceiro relato:

O Sr. Gotardi foi conduzido à carreira de máquina por um italiano, que o viu trabalhando em meio a “negros” fortes e que achava que cortar lenha, carregá-la e empilhá-la não era trabalho para um jovem de dezoito anos, branco, descendente de italianos (ZAMBELLO, 2005, pág. 265).

Estes relatos, além de revelarem a presença negra nestes espaços, revela também as relações racistas que se estabeleciam no trabalho ferroviário, onde o trabalho braçal, e portanto menos prestigiado, era visto como “de negros” (ZAMBELLO, 2005).

Por estes motivos, além da presença de comércios de rua ao Largo da Estação, a estação da Companhia Paulista²¹ em si, ao centro da cidade de Campinas, foi considerada aqui como um território de matriz africana relacionado ao trabalho.

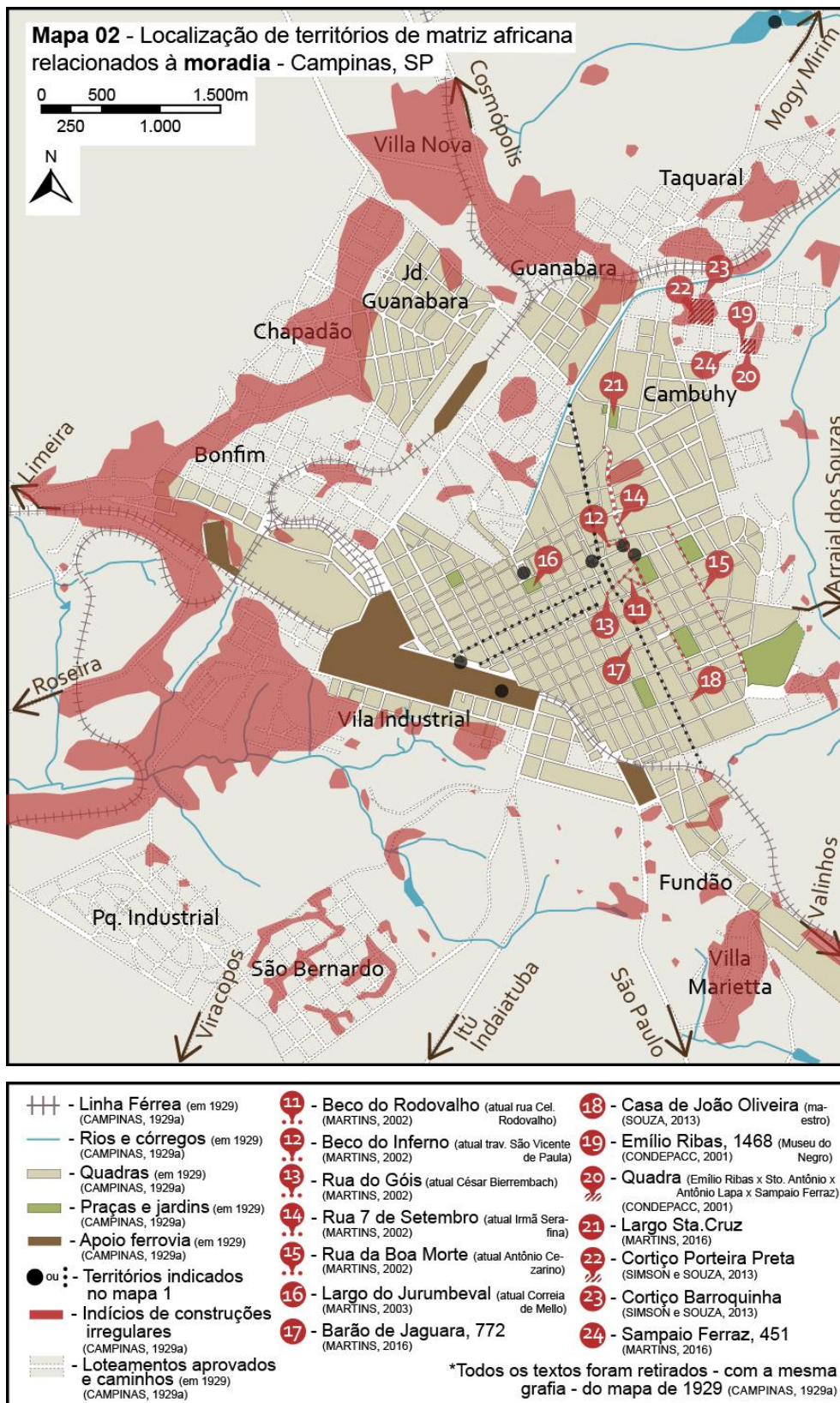
Territórios de moradia

Segundo Carpinteiro, sobre o processo de urbanização campineiro, não houve, durante o século XIX, segregação social no espaço habitado da cidade de Campinas, sendo as posições sociais marcadas ou pelas dimensões ou pelas qualidades materiais das casas e não sua localização no espaço da cidade (CARPINTEIRO, 1996). O que coincide com o relato de Rolnik (1997) sobre a presença uniforme de pessoas negras no ambiente urbano da cidade de São Paulo.

Constata-se, com isso, que negros e brancos, pobres e ricos, frequentavam os mesmos espaços e habitavam os mesmos bairros na cidade de Campinas do pós-abolição, ou seja, a localização dos negros (que aqui investigamos) era a mesma dos brancos em termos de bairros, diferenciando-se apenas as construções e talvez as ruas e praças que cada um destes grupos frequentavam.

Através de bibliografia concluímos, ainda, que foram dois os modelos de habitação que abrigaram esta população nos ambientes urbanos (ou ao menos foram essas as mais comuns): os cortiços (também chamados de biombos quando associados à prostituição), e as casas unifamiliares conquistadas por ex-escravizados. São diversos os autores que falam sobre os cortiços como uma moradia de negros e pobres entre o final do século XIX e início do XX, tal como Rolnik (1997) e Maciel (1965), entre muitos outros. Sobre as casas unifamiliares, entretanto, os relatos já são mais dispersos, possivelmente porque estas moradias não duraram muito tempo quando estiveram localizadas em áreas “nobres” da cidade e porque seu registro muitas vezes se perdeu entre as muitas outras histórias não contadas sobre esta população.

²¹ Indicada no Mapa 01 como o item 10.



Mapa 02 - Localização dos territórios de matriz africana relacionados à moradia (1861-1950) - produzido pela autora, referências na legenda.

No caso da cidade de Campinas, uma das consequências dos surtos de febre amarela ao final do século XIX foi, segundo Carpinteiro, o abandono das moradias por parte de muitas famílias que então viviam em Campinas, principalmente as que tinham melhores condições financeiras e conseguiram, portanto, se instalar em outra região. Com este movimento, muitas das casas onde estas pessoas viviam ficaram desocupadas e foram, em seguida, ocupadas por trabalhadores, imigrantes e escravizados, formando cortiços e habitações de famílias mais humildes. Os cortiços, com isso, se proliferaram nesta época, por toda a cidade (CARPINTEIRO, 1996).

Cabe apontar que os cortiços, por se articularem de maneira muito mais coletiva do que as habitações individuais, se aproximavam, guardadas as devidas proporções, à forma de morar da cultura africana. Comunidades africanas ancestrais, senzalas, quilombos e cortiços tinham em comum a organização baseada na coletividade. Diversas famílias ocupavam o mesmo espaço, compartilhavam o mesmo fogo para cozinhar e se reuniam para confraternizar. Nos cortiços o espaço era um pouco mais limitado e definido pela tipologia branca de construção. Além disso as famílias e indivíduos que compartilhavam o espaço nem sempre tinham afinidade entre si, o que acabava gerando conflitos. Ainda assim, a organização e o caráter coletivo dos cortiços são heranças de uma cultura negra no Brasil.

- *Centro*

A região que é hoje entendida como o centro urbano da cidade de Campinas foi, no período analisado, aquela que recebeu maior número de pessoas e atividades. Era também, portanto, uma das regiões onde viviam pessoas negras. Apesar de estarem espalhadas por esta malha urbana, procuraremos, à seguir, apontar para algumas pistas sobre a localização mais exata desta população na região do centro de Campinas.

Valter Martins, em sua pesquisa sobre os mercados municipais campineiros do final do século XIX, descreve o entorno do Mercado Grande como um território extremamente diversificado em seu uso, sendo frequentado por pessoas de diferentes classes sociais. Entre estes usos e pessoas, os negros são apontados por Martins como um grupo social que esteve muito presente neste espaço, o que gerou uma série de usos nas construções do entorno que eram frequentadas por esta população, tal como botequins, tanguás e, os que aqui destacaremos, biombos e cortiços (MARTINS, 2002; 2007; 2009).

Martins destaca algumas ruas próximas à esta localidade em que a presença destes cortiços era relevante na paisagem urbana, tais como o Beco do Rodovalho (atual rua Coronel Rodovalho)²², o Beco do Inferno (atual Travessa São Vicente de Paulo)²³, a rua do Góis (atual rua Dr. César Bierrembach)²⁴, a rua Sete de Setembro (atual rua Irmã Serafina)²⁵ e a rua da Boa Morte (atual rua Antônio Cezarino)²⁶ (MARTINS, 2002).

Sobre o local onde foi instalado o Mercado Grande em 1908, Martins aponta que o Largo do Jurumbeval, atual Largo Correia de Mello (que abriga o Terminal Mercado)²⁷ foi, na segunda metade do século XIX, palco de intensa vida social da população negra de Campinas, constituindo em seus arredores o principal local da cidade habitado por estas pessoas, em cortiços e biombos, que se tornaram uma marca registrada do Largo neste período²⁸. O chafariz do largo atraía lavadeiras, aguadeiros e gente em busca de um gole d'água e o largo como um todo servia como local de encontro e descontração para escravizados e negros livres (MARTINS, 2003).

Esta movimentação era vista com pesar pelas autoridades e pelas pessoas absortas da moral cristã. A repressão policial neste espaço, portanto, se fez bastante presente neste período, tanto no largo quanto nos biombos em suas proximidades, considerados verdadeiros antros de imoralidade (MARTINS, 2003).

Foram muito poucas as referências encontradas sobre os arredores do Mercado Municipal de Campinas entre os anos de 1908 (quando aconteceu sua inauguração) e 1950. Baseado nos relatos de Valter Martins, entretanto, e sobre o comércio ambulante de alimentos na cidade, muito provavelmente os arredores do Mercado Municipal também estiveram, até as reformas urbanas da região central, cercados por territorialidades negras, o que incluía a presença de cortiços, ou seja, de moradias afro-brasileiras.

Além dos cortiços, como já apontamos, casas unifamiliares também formavam as moradias de negros entre o final do século XIX e o início do XX. Alessandra Ribeiro Martins aponta que, ainda que os preços altos e restrições à escravizados e pessoas

²² Indicado no Mapa 02 como o item 11.

²³ Indicado no Mapa 02 como o item 12.

²⁴ Indicada no Mapa 02 como o item 13.

²⁵ Indicada no Mapa 02 como o item 14.

²⁶ Indicada no Mapa 02 como o item 15.

²⁷ Indicado no Mapa 02 como o item 16.

²⁸ Martins cita inclusive uma das ruas próximas (atual Av. Senador Saraiva) cujo nome "rua da Alegria" remetia à presença dos biombos e da prostituição (MARTINS, 2003).

negras não fossem favoráveis para tal, aconteceu durante o século XIX (muito possivelmente também no começo do XX) a aquisição de imóveis em diversos bairros, entre eles o centro, por parte dos ex-escravizados que buscavam vidas dignas. Dos poucos que conseguiram alcançar este árduo objetivo, menos ainda foram aqueles que resistiram aos projetos urbanos e à especulação imobiliária, o que dificulta ainda mais a preservação de documentos que indiquem a localização destes antigos territórios (MARTINS, 2016).

Martins, entretanto, documentou em sua pesquisa a existência de uma casa à Rua Barão de Jaguará, número 772²⁹, na qual uma família de negros viveu desde os anos de 1870, aproximadamente. Através de relatos orais, a autora registrou a história do território, que teria sido ocupado inicialmente por um casal de ex-escravizados chamados Barnabé e Liberata, depois adquirido por uma de suas filhas, Gregória, em seguida herdada pelo seu único filho Luiz Benedito Pompeu, que se casou com Isaura Baltazar Pompeu (a “Dinda”) e com quem teve sete filhos, dos quais dois ainda estão vivos, sendo os atuais herdeiros da residência (MARTINS, 2016).

Gregória, que teria vivido na casa entre, aproximadamente, os anos de 1900 à 1940³⁰, teria sido a responsável por criar na residência um sentimento de união, uma vez que, ao comprá-la, convidou todos os seus sete irmãos para viverem com ela. Uma de suas irmãs, Ida, no entanto, não aceitou o convite porque sentia vergonha de Gregória que era mãe solteira, preferindo viver em um convento. Martins aponta para o fato de uma mulher negra, mãe solteira, filha de ex-escravizados ter conseguido adquirir uma residência em uma região central da cidade como um possível indicador de que esta aquisição não era tão impossível como se retrata, sendo muito provável que outras residências como esta estivessem presentes no ambiente urbano campineiro no mesmo período (MARTINS, 2016).

Segundo relatos, os próximos moradores, o casal Luiz e “Dinda” teriam sido ótimos anfitriões, recebendo toda a família para festividades e eventos cotidianos durante um período que margeou, suponho, os anos de 1940 à 1980³¹. “Dinda”

²⁹ Numeração atual. Segundo a autora houve alteração na numeração, de 152 para 772, o que dificultou a pesquisa documental sobre o imóvel (MARTINS, 2016). Este imóvel foi incluído no Mapa 02 como o item 17.

³⁰ Considerando que foram quatro os períodos de moradia da residência entre 1870 e 2014 (Barnabé e Liberata, Gregória, Luiz e “Dinda” e Antônio), seriam aproximadamente 36 anos para cada um deles. Barnabé e Liberata teriam, com isso, vivido na casa de 1870 à 1906, aproximadamente, Gregória de 1906 à 1942, Luiz e “Dinda” de 1942 à 1978 e Antônio de 1978 à 2014.

³¹ Idem.

frequentava a Igreja de São Benedito e, por apresentar mediunidade, passou, em determinado momento, a frequentar também um centro kardecista. Depois disso começou a aplicar passes (chamados de fluídos) dentro da residência, o que incentivavam ainda mais a presença de parentes e amigos, fortalecendo o movimento na casa (MARTINS, 2016).

Após o falecimento do casal a casa passou a ser ocupada por um de seus hoje falecidos filhos, Antônio Carlos Pompeu, que teria sido o principal responsável pela conservação do imóvel, uma vez que, segundo relato de Martins, recusou inúmeras propostas de venda e morou toda a sua vida nesta residência, possivelmente incentivado pelo vínculo afetivo criado desde sua infância na agitada moradia. Durante mais de 30 anos o acesso ficou restrito à Antônio, que, sendo um “acumulador”, conservou uma série de preciosos lixos que inviabilizavam a circulação dos visitantes. Em 2014, com a morte de Antônio, a residência passou a acolher ações sociais de educação e cultura da ONG “Casa da Dinda”, idealizada por uma das ainda vivas irmãs de Antônio, Loritilde, com nome que homenageia sua mãe, a grande anfitriã da casa da rua Barão de Jaguará. Em 2016 inaugurou-se na residência o Espaço Cultural Antônio Carlos Pompeu, em homenagem àquele que resistiu à especulação imobiliária, atividade que transcorre na construção até hoje (MARTINS, 2016).

Martins aponta para a contradição existente no fato de que a rua Barão de Jaguará, uma das ruas cujo trânsito de escravizados esteve restrito até a abolição, sendo sua passagem autorizada apenas com permissão do senhor ou para a condução de carroças. Este relato aponta para possíveis brechas na aplicação de determinadas regras urbanas da época, tornando mais flexíveis as possíveis leituras sobre a legislação deste período (MARTINS, 2016).

Outra habitação unifamiliar que pertenceu à uma família negra e, portanto, nos serve como indicio de que estes territórios eram mais comuns do que conta a historiografia, foi a casa de João Oliveira, o maestro da Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor, na rua Luzitana, atual número 127³². Segundo relatos de membros da banda, os ensaios aconteciam em um cômodo da casa do maestro desde 1895 e a construção funciona até hoje como sede do grupo. Esta informação indica que o imóvel teria sido adquirido pelo negro no ano de 1895 ou mesmo em anos anteriores. Neste período a febre amarela causava medo na cidade,

³² Indicada no Mapa 02 como o item 18.

o que pode ter gerado, além dos abandonos que apontamos anteriormente, uma queda nos preços dos imóveis, possibilitando aos moradores que dispunham de menos recursos, a compra destes imóveis.

- *Cambuí*

Outro bairro que, segundo bibliografia, concentrava grande número de habitantes negros entre o final do século XIX e o início do XX foi o bairro do Cambuí. Segundo Alessandra Martins, o Cambuí era conhecido como um bairro de negros, com vários cortiços, instalados ali por conta da facilidade de acesso à cidade (MARTINS, 2016).

O imóvel à rua Dr. Emílio Ribas, número 1468³³, é um exemplo disso. Construído e preservado por uma família de negros no início do século XX, foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) em 2003, depois do pedido encaminhado pelo professor Geraldo Ferreira Mendes, vizinho do imóvel, em 2001. No protocolo do pedido de tombamento realizado por Mendes registrou-se que o imóvel foi construído em 1913 pelo cocheiro Adão Bernardino dos Santos, filho de ex-escravizados, com a intenção de abrigar sua família e os veículos que utilizava para trabalho, como carroças e cavalos (CONDEPACC, 2001).

Entre os anos de 2002 e 2005 a casa da Emílio Ribas 1468, abrigou o Museu do Negro, através do qual ficou conhecido como um ponto de referência pela comunidade negra atual de Campinas (MARTINS, 2016).

Através de relatos de história oral obtidos com vizinhos e com o senhor Agostinho dos Santos, neto de Adão Bernardino dos Santos, o primeiro proprietário do imóvel, Mendes relatou que:

O imóvel em questão fica no quadrilátero formado pelas ruas Emílio Ribas, Santo Antônio, Antônio Lapa e Sampaio Ferraz³⁴. Nesta quadra, na primeira metade do século XX, moravam inúmeras famílias da comunidade negra e formavam um verdadeiro núcleo comunitário, dividindo o pouco que possuíam e cultivando as áreas desabitadas com formação de hortas e plantações de milho [...] no terreno onde encontra-se atualmente o imóvel de número 1490, adjacente ao 1482 [rua Emílio

³³ Indicado no Mapa 02 como o item 19.

³⁴ Quadra indicada no Mapa 02 como o item 20.

Ribas], havia um aglomerado de cômodos separados por estreitos corredores onde inúmeras famílias negras moravam e dividiam um tanque para lavar roupas e banheiro de uso comum (CONDEPACC, 2001).

Constata-se através desta descrição que a presença negra neste território foi constante durante a primeira metade do século XX. As hortas e plantações de milho descritas muito possivelmente alimentavam o mercado urbano de alimentos anteriormente descrito e o aglomerado de cômodos com tanque e banheiro compartilhado nada mais eram do que os famosos cortiços.

Martins aponta ainda para outras regiões do Cambuí, tal como os arredores do atual Largo Santa Cruz³⁵, onde a presença negra também foi significativa neste período. Segundo a autora, o local era uma das entradas da cidade e onde foi instalada sua a primeira força, sendo até a metade do século XX uma área desprestigiada de Campinas (MARTINS, 2016).

Olga Rodrigues Simson e Carlos Roberto de Souza também realizaram pesquisa através de história oral e coletaram informações com Aluísio Jeremias, que passou a infância no bairro do Cambuí e recordou três cortiços que eram famosos por conta das rodas de samba que aconteciam em seus terreiros entre as décadas de 1940 e 1950: o Porteira Preta, o Barroquinha e o Sampainho. Segundo Aluísio o Porteira Preta³⁶ ficava no quarteirão composto pelas ruas Carlos Guimarães, Alecrins, Coronel Quirino e Maria Monteiro, distante em três quadras daquela apontada por Mendes, o que comprova que esta população estava espalhada por uma área extensa do bairro. Já o cortiço Barroquinha³⁷, funcionava em uma construção que anteriormente teria sido cocheira de uma antiga fazenda ali instalada, e ficava na rua dos Alecrins (SIMSON e SOUZA, 2013).

Em um dos trechos de relatos orais de conversas com antigos moradores negros da cidade, transcritos por Martins, a presença negra do Cambuí é mais uma vez afirmada. Uma casa em específico é apontada por Lídia Pompeu Baltazar, uma das entrevistadas, à rua Sampaio Ferraz, 451³⁸, onde vivera sua família. Segundo Lídia,

³⁵ Indicado no Mapa 02 como o item 21.

³⁶ Indicado no Mapa 02 como o item 22.

³⁷ Indicado no Mapa 02 como o item 23.

³⁸ Indicada no Mapa 02 como o item 24.

a casa foi comprada pelo seu pai, porém teve que ser vendida anos mais tarde por conta dos impostos que começaram a aumentar na região (MARTINS, 2016).

Deste relato documentado por Martins podemos destacar algumas questões. Primeiro o fato de o imóvel estar em uma terceira quadra, ainda que próxima àquelas relatadas por Mendes e por Simson e Souza, o que indica presença negra no Cambuí de forma bastante generalizada. Em segundo lugar, o relato de Lídia sobre o aumento dos impostos, nos indica uma pista de uma das formas com que esta população foi expulsa do bairro durante este processo de transformação urbana pelo qual passou Campinas na metade do século XX.

No que tange esta expulsão da população negra do Cambuí (tema que será abordado no capítulo seguinte desta dissertação), Mendes registrou também que, no ano de 2001 (à época do pedido de tombamento), eram apenas duas as famílias de negros que compunham os moradores da quadra por ele apontada (CONDEPACC, 2001).

- *Às margens da cidade: outras possibilidades*

Em cartografia da cidade de Campinas datada de 1929, esta região do Cambuí indicada pela oralidade como um território negro de moradia, aparece representada de maneira característica, através de linhas pontilhadas (que representam alinhamentos previstos para os logradouros) e volumes pretos (que representam pequenas construções dispersas). Esta representação parece indicar construções informais³⁹ e, portanto, indesejadas pela municipalidade, uma vez que, diferente de outras regiões da cidade, estas construções não seguem uma lógica de organização baseada em quadras e vias.

Vale notar que a delimitação da cidade em quadras e vias, especialmente ortogonais, representa uma tipologia urbana pautada em preceitos europeus. Conjecturo, com isso, que aqueles aglomerados urbanos que não seguiam esta regra provavelmente estariam alicerçados em outras culturas, que não a europeia.

O alinhamento pontilhado que acompanha estes territórios, ainda, parece uma tentativa de ordenamento destes territórios através da delimitação de suas ruas.

³⁹ Indicadas no Mapa 02 através de manchas vermelhas.

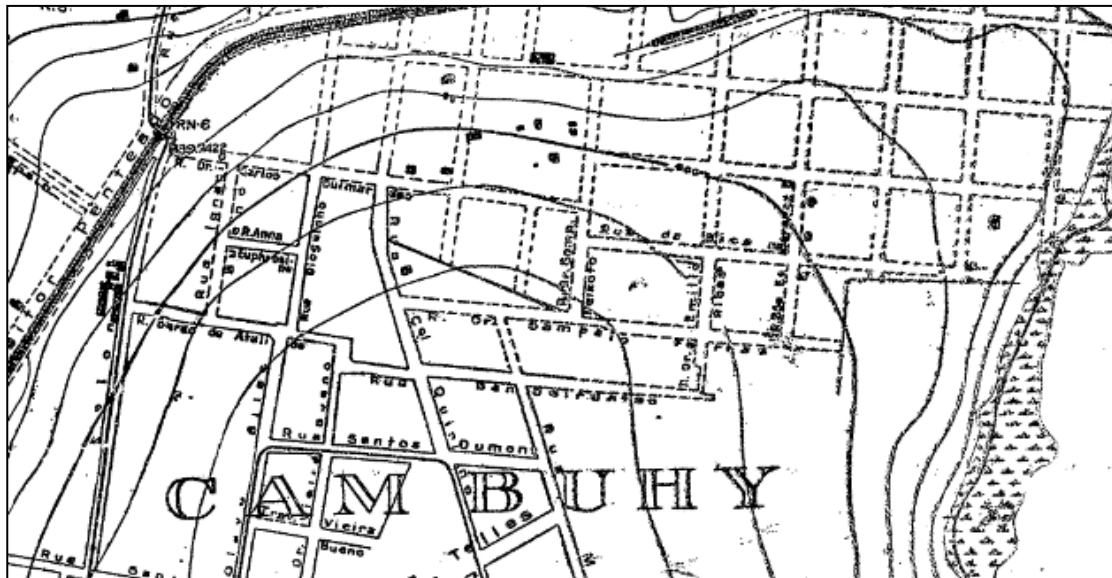


Figura 2 – Recorte da Planta da Cidade de Campinas levantada em 1929 onde é possível observar as construções irregulares presentes no bairro do “Cambuhy” (CAMPINAS, 1929a)

Esta tipologia de representação aparece representada em outras regiões da cidade, tais como a Villa Nova, a Villa Marieta, o Fundão, a Vila Industrial e partes do Taquaral, do Guanabara e do Bonfim, o que indica alguma semelhança entre estes territórios e aquele indicado no bairro do Cambuí. Cabe questionar quais eram estas semelhanças. Teriam estes outros bairros, então periféricos, abrigado população carente do município? Teria esta população carente origem afro-brasileira?

Algumas pistas podem nos levar a possíveis respostas afirmativas para esta última pergunta, como é o caso das proximidades dos bairros da Villa Marieta, Fundão e Ponte Preta (que não aparece nomeado no mapa analisado mas é hoje o bairro mais conhecido da região). Nas proximidades destes bairros encontram-se dois vestígios de presença negra: a rua da Abolição e a capela Nossa Senhora da Penha.

O primeiro, como se supõe pela toponímia, abrigou negros e negras libertos na abolição. De acordo com o site de Prefeitura Municipal de Campinas⁴⁰ a rua, que anteriormente era chamada de Ponte Preta, passou, em 1923, a chamar rua da Abolição, indicando presença negra no local neste ano. Este período, nota-se, é simultâneo às casas e cortiços indicados no bairro do Cambuí e corresponde à um período entre à abolição e as renovações urbanas da cidade (que mais adiante demonstraremos, expulsou a população pobre e negra da cidade), ou seja, corresponde exatamente à lacuna temporal em que as informações sobre a

⁴⁰ <<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=4199>> consultado em 20 de novembro de 2017.

localização de afro-brasileiros em Campinas e no Brasil ainda não foram completamente preenchidas.

Já o segundo vestígio presente nas proximidades dos bairros, a capela Nossa Senhora da Penha, data de 1886 e abrigou, segundo história oral, o sepultamento de um escravo açoitado até a morte no século XIX. Conta a história que ao cortar a goiabeira para abrir a cova, a planta chorou, gerando romaria e devoção no terreno entre aqueles que cultuavam o negro sepultado⁴¹ (BERTINATO, 2012).

Já a Vila Industrial, como o nome sugere, nasceu como um bairro relacionado à produção industrial da cidade. As primeiras manufaturas da cidade foram construídas logo atrás do pátio da estação da Companhia Paulista, afim de facilitar o escoamento da produção. Nas proximidades, as companhias fabris instalaram moradias destinadas aos trabalhadores, o que delimitou a reputação operária do bairro, ainda que este fosse habitado também por assalariados de outras atividades. A vila industrial constituiu-se, portanto, no começo do século XX, como um bairro operário que abrigava trabalhadores das fábricas e da ferrovia (ZAMBELLO, 2005).

Como apontamos anteriormente, os operários que compunham os trabalhadores ferroviários neste período continham uma quantidade considerável de pessoas negras, ainda que estes não fossem os únicos. Conjecturo aqui, com isso, que a Vila Industrial compunha-se, igualmente, de população diversificada entre negros e brancos.

Além disso, é possível perceber no recorte da planta da cidade de Campinas em 1929, a seguir, que a presença desta tipologia construtiva entendida aqui como irregular era extremamente densa na Vila Industrial.

⁴¹ A história da capela será abordada com mais detalhes no item referente aos territórios de religião, ainda neste capítulo.

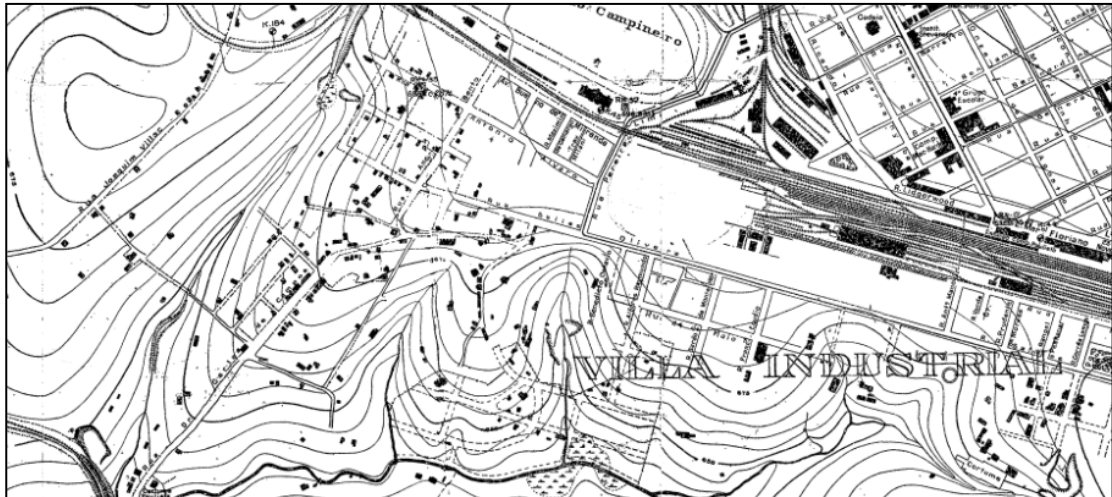


Figura 3 – Recorte da Planta da Cidade de Campinas levantada em 1929 onde é possível observar as construções irregulares presentes no bairro “Villa Industrial” (CAMPINAS, 1929a)

No bairro Vila Nova, a concentração deste tipo de construção também é considerável, como é possível analisar na figura a seguir.

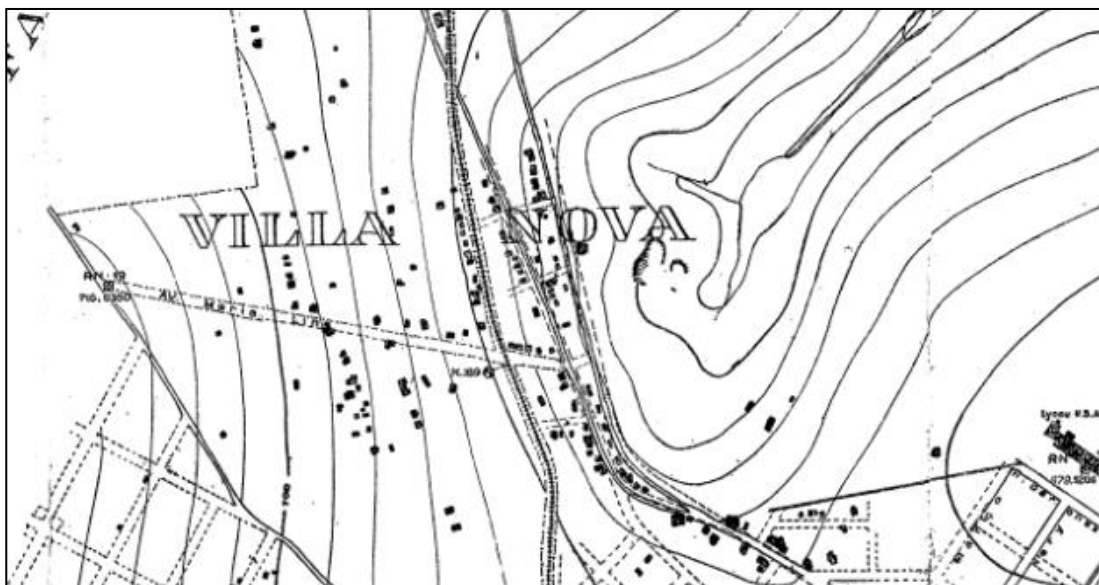


Figura 4 - Recorte da Planta da Cidade de Campinas levantada em 1929 onde é possível observar as construções irregulares presentes no bairro “Villa Nova” (CAMPINAS, 1929a)

É possível notar no Mapa 02 que alguns destes territórios supostamente irregulares acompanham as linhas férreas e os caminhos de entrada e saída da cidade, o que indica novamente para seu caráter negro, uma vez que estes certamente viam nas linhas férreas uma fonte de emprego e renda e por isso muito possivelmente se instalaram em suas proximidades, além da localização junto às entradas e saídas da cidade, locais privilegiados no que diz respeito à circulação de pessoas e alimentos.

Territórios de lazer

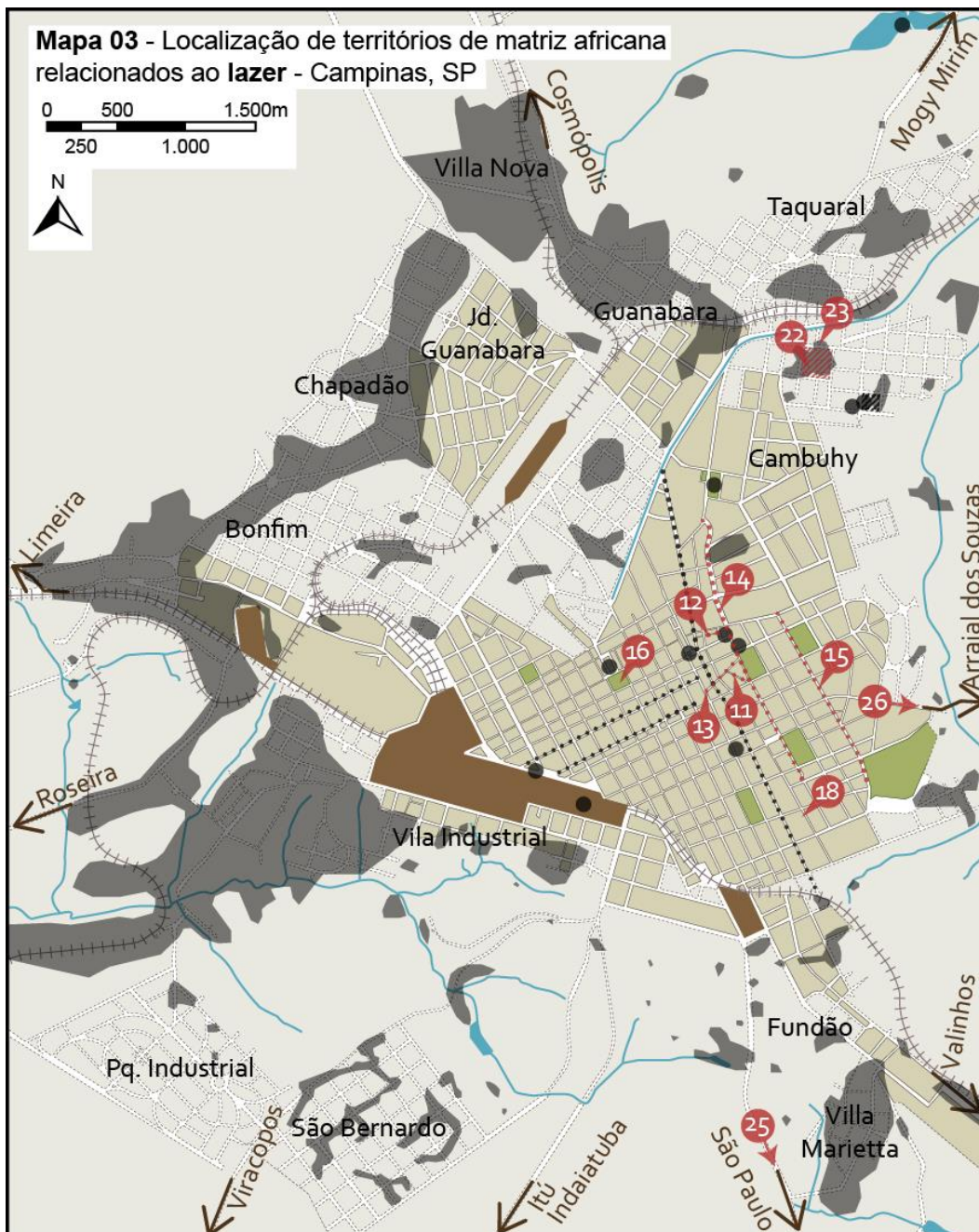
Conforme levantamos em diversos momentos desta dissertação, a presença negra nas cidades nos períodos anteriores e pós abolição (se não até hoje) causava incomodo às classes dominantes, que enxergavam nos costumes e modos de ser destas pessoas uma forma antiquada e indecente de se comportar. Somou-se à isso a necessidade desta classe dominante em tornar produtiva a mão de obra negra liberta (que muitas vezes preferia não trabalhar, por associar o labor às memórias de abuso da escravidão) e formou-se o conceito de vadiagem, muito utilizado no século XIX e na primeira metade do XX.

Vadiagem é o ato de vadiar, de ser oscioso, ou seja, o oposto de ser produtivo, que era o que se desejava para os negros em questão. Este termo, portanto, como uma série de pesquisadores já documentou, foi utilizado de maneira vexatória pelas autoridades e “pessoas de bem” da época, sendo a vadiagem até mesmo proibida por lei. As pessoas negras, neste cenário, eram as mais atingidas pelas repressões policiais contrárias à vadiagem e suas atividades de lazer eram, por vezes, vistas pelos brancos e pelas autoridades como vadiagem e, com esta justificativa, repetidamente reprimidas.

- *Botequins*

Tabernas, botequins, tabernas com comida, tabernas sem comida, armazés, vendas, casas de pasto, barracas: eram diversos os nomes que se davam aos espaços que concentravam sociabilidade relacionada ao álcool entre os séculos XIX e XX. Identificamos estes lugares, nos quais se comercializava e consumia bebidas alcoólicas, como a atividade de lazer negra mais recorrente às narrativas e pesquisas sobre a presença negra nas cidades brasileiras deste período. Neles os clientes poderiam comprar outros produtos além das bebidas, tais como comidas para consumo no local, verduras, hortaliças entre diversos outros, a depender de cada estabelecimento (ALGRANTI, 2011).

Segundo Leila Mezan Algranti, as bebidas alcoólicas representam importante papel no que diz respeito à sociabilidade de alguns grupos. Este foi o caso de alguns grupos de negros no período indicado. Outras atividades aconteciam junto ao consumo do álcool, tais como a música e os jogos de azar. A população afro-brasileira da cidade, portanto, se concentrava nestes locais com a intenção de confraternizar



++	- Linha Férrea (em 1929) (CAMPINAS, 1929a)	11	- Beco do Rodovalho (atual rua Cel. Rodovalho) (MARTINS, 2002)	18	- Casa de João Oliveira (maestro) (SOUZA, 2013)
—	- Rios e córregos (em 1929) (CAMPINAS, 1929a)	12	- Beco do Inferno (atual trav. São Vicente de Paula) (MARTINS, 2002)	22	- Cortiço Porteira Preta (SIMSON e SOUZA, 2013)
■	- Quadras (em 1929) (CAMPINAS, 1929a)	13	- Rua do Góis (atual César Bierrembach) (MARTINS, 2002)	23	- Cortiço Barroquinha (SIMSON e SOUZA, 2013)
■	- Praças e jardins (em 1929) (CAMPINAS, 1929a)	14	- Rua 7 de Setembro (atual Irmã Serafina) (MARTINS, 2002)	25	- Casa na Chácara Santana (SIMSON e SOUZA, 2013)
■	- Apoio ferrovia (em 1929) (CAMPINAS, 1929a)	15	- Rua da Boa Morte (atual Antônio Cezarino) (MARTINS, 2002)	26	- Casa em Sousas (SIMSON e SOUZA, 2013)
●	- Territórios indicados nos mapas 1 e 2	16	- Largo do Jurumbeval (atual Correia de Mello) (MARTINS, 2003)	*Todos os textos foram retirados - com a mesma grafia - do mapa de 1929 (CAMPINAS, 1929a)	
⋯	- Loteamentos aprovados e caminhos (em 1929) (CAMPINAS, 1929a)				

Mapa 03 - Localização dos territórios de matriz africana relacionados ao lazer (1861-1950) - produzido pela autora, referências na legenda

com seus colegas, ao som de músicas que lhe remetiam à sua cultura e, muitas vezes, apostando dinheiro com a esperança de uma vida melhor (ALGRANTI, 2011).

Segundo Algranti sobre possível explicação para o elevado consumo de álcool pela população escravizada e negra liberta neste período, o alívio que a bebida proporcionava era certamente apreciado por aqueles que levavam uma vida de intensa labuta (ALGRANTI, 2011).

Estes espaços foram intensamente reprimidos. Além da vadiagem, o álcool era visto como improprio e causador de intensas confusões no espaço coletivo da cidade. No imaginário das autoridades e das classes mais abastadas estes locais eram sinônimo de desordem e de vulgaridade (ALGRANTI, 2011).

Relatos de Valter Martins e de Carlos Carpinteiro⁴² sugerem que estes espaços estavam, em Campinas, localizados nas mesmas ruas e regiões que os cortiços, biombos ou outras moradias de gente negra. Não foi possível, porém, por falta de documentação sobre o assunto, apontar localizações mais exatas para estes estabelecimentos. Por este motivo, repetimos alguns dos territórios indicados como de moradia como sendo também de lazer no Mapa 03.

- *Batuques*

A música e a dança de matriz africana foram outros grandes motivadores de sociabilidades entre a população negra entre o final do século XIX e a primeira metade do XX. Através desta vivência cultural trocavam-se saberes e momentos de descontração.

Conforme foi apontado no primeiro capítulo desta dissertação, a intensa migração de escravizados nordestinos para Campinas após a proibição do tráfego negreiro, trouxe como consequência uma paisagem cultural influenciada pelos costumes da Região Nordeste do país. Olga Rodrigues Simson e Carlos Roberto Souza, neste sentido, levantaram a possibilidade de as manifestações musicais e de dança dos escravizados de Campinas na segunda metade do século XIX estarem imersas nesta cultura nordestina (SIMSON e SOUZA, 2013).

Segundo os autores, a dança do samba era, neste período, proibida pelos homens brancos e, por isso, praticadas nos clarões das matas, longe dos olhares dos senhores. Um dos motivos desta proibição relacionava-se a um dos passos

⁴² (MARTINS,2002; 2009; CARPINTEIRO, 1996)

considerado promiscuo por aqueles que viam de fora, a umbigada, no qual os dançarinos encostavam seu baixo ventre, na região dos umbigos. Com origem na África Ocidental este passo remetia inicialmente à uma saudação à deusa da fertilidade. Em terras brasileiras ele foi ressignificado, assim como diversas outras manifestações de caráter religioso relacionadas à matriz africana (SIMSON e SOUZA, 2013).

Com o passar do tempo a dança foi sofrendo modificações e ganhando um formato mais urbano. A umbigada foi substituída por uma reverência ao bumbo, que neste novo formato marcava o ritmo da dança, e a coreografia, com isso, se tornou mais palatável aos olhos da moral cristã. Esta nova ressignificação deu origem ao samba de bumbo, marca indenitória do samba campineiro até hoje (SIMSON e SOUZA, 2013).

Simson e Souza registraram através de história oral, alguns territórios nos quais esse samba ocorreu na cidade de Campinas da primeira metade do século XX, tal como os quintais dos cortiços do Cambuí, acima citados (Porteira Preta, Barroquinha e Sampainho), o quintal de uma casa na Chácara Santana⁴³, atual bairro Piçarrão, e um quintal de uma casa no distrito de Sousas⁴⁴ (SIMSON e SOUZA, 2013).

É notável neste levantamento que as rodas de samba não acontecessem em lugares públicos, mas sim no quintal das residências dos próprios sambistas, sugerindo que a prática do samba ainda não fosse bem vista pelas autoridades e, portanto, tivesse que acontecer de maneira minimamente disfarçada. Nota-se também a variedade de bairros citados, uma vez que estas três referências encontram-se bastante distantes uma das outras em termos espaciais, o que sugere que o samba acontecia em todos (ou quase todos) os bairros onde havia a presença de negros. Este fato, somado à maneira escondida com que os sambas aconteciam, dificulta o mapeamento destes territórios, uma vez que sua localização parece estar espalhada de maneira quase generalizada por todo o território da cidade e seu acontecimento não foi registrado senão por história oral daqueles que dele participavam.

Além do samba de bumbo, batuques de outras naturezas também eram tocados em Campinas, como foi o caso do Jongo. Não existe consenso no que diz respeito às origens do Jongo, ou Caxambu. Pesquisas mais antigas afirmavam que a prática teria

⁴³ Indicado no Mapa 03 como o item 25.

⁴⁴ Indicado no Mapa 04 como o item 26.

sido trazida da África por negros nascidos da região Congo-Angola, já as mais recentes acreditam que alguns traços desta cultura de origem africana foram ressignificadas em solo brasileiro, dando origem à uma nova dança que teve o Jongo como resultado. Tal como o samba de bumbo, a dança do Jongo teve origem em manifestações de origem religiosa e, com o passar do tempo foi tendo os seus significados transformados (MARTINS, 2011).

Segundo relato da pesquisadora Alessandra Martins, seu avô, Benedito Ribeiro, foi responsável por conduzir diversas apresentações de Jongo na cidade de Campinas entre as décadas de 1930 e 1970. A dança do jongo era realizada nos ambientes de festividade, entre apresentações de outros tipos de batuque, tal como o samba de bumbo anteriormente apontado. Não houve, porém, registro da localização onde estas manifestações aconteciam, dificultando seu mapeamento (MARTINS, 2011).

Segundo Érica Giesbrecht as manifestações musicais de matriz africana em Campinas aconteceram de maneira bastante intensa na primeira metade do século XX. Por volta da metade do século, porém, estas práticas acabaram se enfraquecendo. Existem algumas teorias para este enfraquecimento, tais como as consequências das intervenções na região central da cidade (e consequente expulsão da população negra de diversos bairros), ou ainda pelas dificuldades da época em se manter tradições de matriz africana, uma vez que a sociedade passava por intensas transformações, com o advento da televisão (GIESBRECHT, 2011; MARTINS, 2011).

Segundo Martins o desfecho das festas com jongo estaria associado ainda ao falecimento de Benedito Ribeiro, seu grande entusiasta (MARTINS, 2011). Aventa-se, com isso, mais um possível motivo para o enfraquecimento destas manifestações, relacionada à perda de seus participantes mais antigos e mais envolvidos.

Na década de 1970, porém, os movimentos negros começam a se estruturar dando origem, a partir de 1980, a alguns grupos que pretendiam resgatar estas práticas culturais adormecidas, tal como o Urucungos, Puítas e Quijêngues (1988), a Casa de Cultura Nação Tainã (1989), o Jongo Dito Ribeiro (2001), o Maracatucá (2004) (GIESBRECHT, 2011).

- *A Banda dos Homens de Cor*

Ainda no que diz respeito à musicalidade dos afro-brasileiros, um grupo de outra origem também se formou em solo Campineiro. Fundada em 1933, a Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor (ou Banda dos Homens de Cor), teve como

principal objetivo acolher as pessoas negras que eram proibidas de participar de outras bandas, tal como a Banda Ítalo-Brasileira, que funcionava desde 1895 (SOUZA, 2013).

Os ensaios da Corporação eram realizados em um cômodo da casa do maestro João Oliveira, à rua Luzitana, atual número 127, imóvel que até hoje funciona como sede da banda (SOUZA, 2013). Nota-se que tanto o grupo musical quanto a construção na região central da cidade sobreviveram desde os anos 30, sendo fruto de intensa resistência por parte dos músicos que ainda hoje trabalham com recursos próprios.

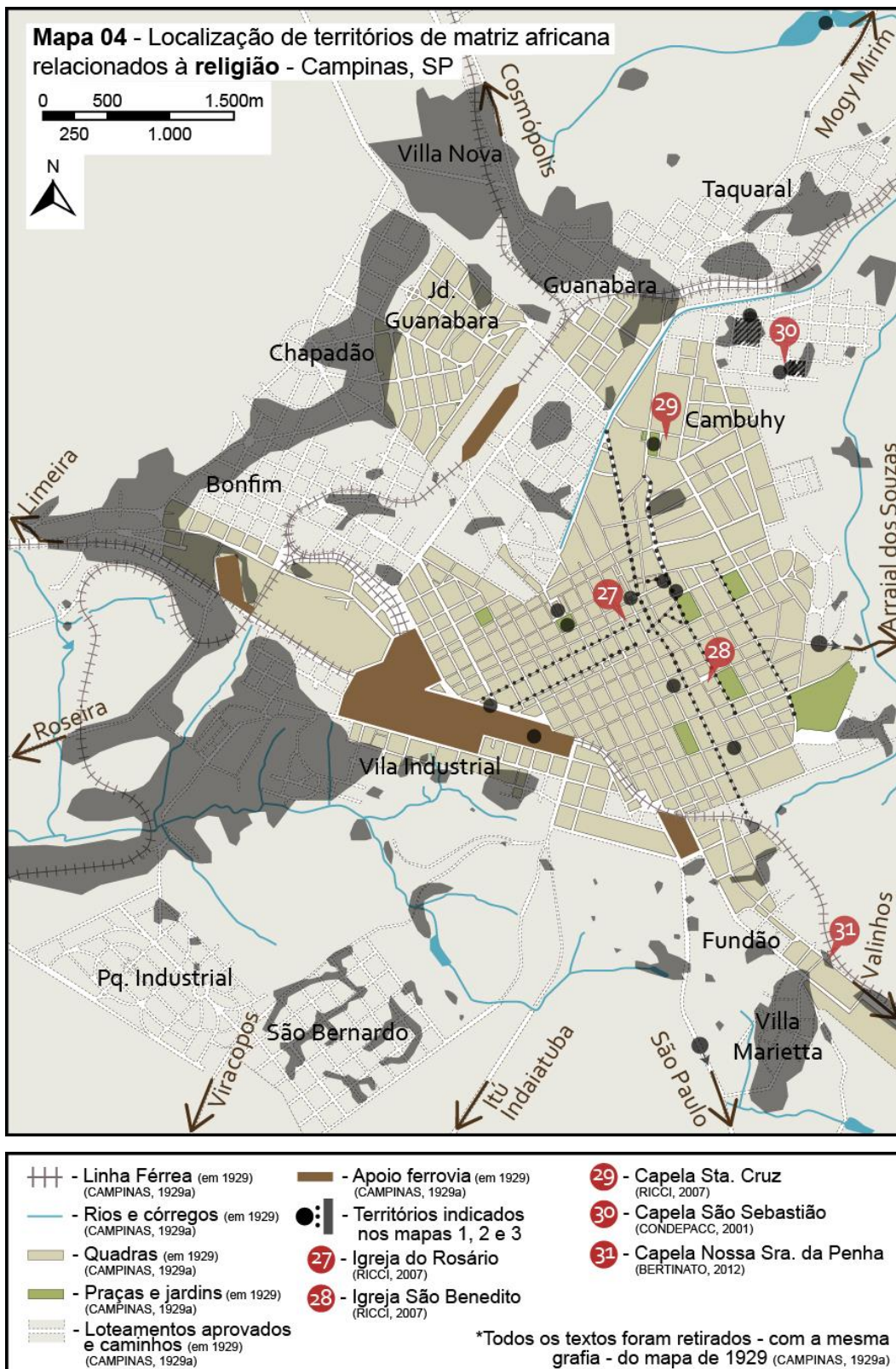
Segundo Carlos Roberto Pereira de Souza, a Corporação Musical Campineira dos Homens de Cor nunca vetou a participação de músicos brancos e não tinha um caráter militante. É sabido, porém, que esta instituição contribuiu amplamente com a inserção do negro na sociedade campineira, uma vez que as bandas eram, no período, vistas como canais de ascensão social (SOUZA, 2013).

É notável, neste sentido, a diferença de tratamento entre os músicos sambistas/jongueiros e os músicos de orquestra, como era o caso da Banda em questão. No primeiro caso a música apresentada era considerada selvagem e indecorosa, por vezes tratada apenas como “batuque”, já no segundo a música era julgada civilizada e respeitável.

Neste caso, a comparação de tratamento entre as duas realidades se apresenta de forma excepcional. Isto porque é bastante comum que haja comparações de tratamento entre brancos que se comportam de acordo com uma cultura de matriz europeia e negros que se comportam de acordo com uma matriz africana. A comparação entre dois grupos de pessoas igualmente negras mas que se comportam, de um lado de acordo com uma cultura de matriz europeia (neste caso através do manejo de instrumentos eruditos) e de outro de acordo com uma cultura de matriz africana (neste caso através do manejo de instrumentos de batuque), é pouco comum e evidencia amplamente o preconceito racial que atingia não apenas o corpo negro, mas também toda a cultura de matriz africana.

Territórios de religião

É possível dividir os territórios relacionados às manifestações religiosas de afro-brasileiros da virada do século XIX para o XX em dois grupos muito bem definidos:



Mapa 04 - Localização dos territórios de matriz africana relacionados à religião (1861-1950) - produzido pela autora, referências na legenda

aqueles onde se praticava uma religião brasileira de matriz africana e aqueles onde se praticava uma religião cristã com devoção dos chamados santos pretos. Em ambos os casos as “nações” que se formaram no Brasil através dos grupos étnicos que foram trazidos, determinaram a formação destas manifestações.

No caso das religiões brasileiras de matriz africana as nações deram origem às diferentes religiões que à compõe. A exemplo, o candomblé se originou em torno das “nações” de grupos de negros bantos e sudaneses que vieram para o Brasil. Inicialmente estas nações tinham uma conotação política que aos poucos foi se perdendo e se transformando em um conceito mais teológico, relacionado aos padrões de cada ritual. Ainda que carreguem o nome de determinada nação, as diferentes manifestações do candomblé são todas compostas pela união de diversos padrões culturais originários de diferentes lugares do continente africano, sendo a nação que a denomina apenas aquela cujos traços se mostram mais fortes naquele contexto (PREVITALLI, 2006).

Na devoção aos santos pretos, diversos estudos apontam que as nações estiveram também intimamente relacionadas à organização das diferentes irmandades (tais como os de Santa Efigênia, de Santo Elesbão, de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, entre outros), tendo cada uma delas a presença majoritária de determinada nação africana, servindo inclusive como uma organização política que coordenava eleições dos reis e rainhas de cada uma destas nações.

- *Religiões brasileiras de matriz africana*

Conforme abordamos no primeiro capítulo desta dissertação, ao aportar em terras brasileiras, os africanos trouxeram consigo enorme bagagem cultural de diversas regiões da África e através desta bagagem e do contato com um novo território e com outras culturas, construíram uma nova cultura. As religiões brasileiras de matriz africana se construíram neste mesmo processo. Pessoas com origem no Congo, na Angola, na Guiné, entre outras regiões da África chegam ao Brasil e começam a misturar e ressignificar sua cultura, unindo diversas manifestações religiosas que se transformam nas religiões de matriz africana, tais como o tambor de mina, praticado no Maranhão, o xangô, no Recife, e o candomblé, que teve início na Bahia mas posteriormente se fortaleceu em outros estados, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, entre diversas outras (RIBEIRO, 2002).

Durante todo o período escravista brasileiro a religião de matriz africana era muito mal vista pelos homens brancos, que a denominavam genericamente como batuque, nome que poderia inclusive servir para designar rodas de capoeira. Por este motivo as manifestações desta natureza por vezes aconteciam de forma escondida, nas áreas rurais, longe do olhar preconceituoso dos senhores. A documentação sobre estes eventos, portanto, são poucas e os relatos existentes certamente não descrevem toda a realidade inerente a este assunto (RIBEIRO, 2002)

Este fato vai de encontro com alguns trechos da análise de Rolnik (1997) que, ao descrever os territórios negros paulistas urbanos do final do século XIX e início do XX, apontou para o que ela chamou de terreiros urbanos. No período, porém, estes terreiros ainda não existiam sendo a religião de matriz africana praticada nas áreas rurais.

Segundo Ivete Miranda Privatelli, foi apenas na década de 1970 que os terreiros de umbanda começaram a se estabelecer em Campinas enquanto que os de candomblé datam da década de 1980. A autora afirma que os primeiros pais e mães de santo que se estabeleceram na cidade eram provenientes de outras cidades do estado de São Paulo e foram iniciados na religião em São Paulo e na baixada santista (PREVITALLI, 2006).

Os terreiros de Campinas, portanto, só começam a existir na cidade a partir da segunda metade do século XX, não havendo, com isso, relatos de manifestações religiosas de matriz africana na sociedade campineira do século XIX ou da primeira metade do século XX. É muito pouco provável, porém, que estas manifestações não existissem no período, sendo mais provável que seu caráter sigiloso diante do preconceito tenha impedido sua documentação.

Os territórios de religião de matriz africana no período aqui analisado, com isso, não são passíveis de mapeamento preciso. É possível, porém, imaginar que estas atividades não eram, no período, realizadas no ambiente das cidades, mas sim nos territórios rurais, sempre isolados do convívio com aqueles que à proibiam.

- *Igrejas católicas e os santos pretos*

A devoção aos santos pretos, segundo Anderson José Machado de Oliveira, se originou de um desejo de cristianização dos africanos e de seus descendentes a partir da segunda metade do século XVII, quando a população negra se tornou a maioria em solo brasileiro. A partir de então, algumas entidades foram santificadas,

promovidas pela igreja e apresentadas à população negra como um exemplo de redenção. Estas figuras de santos e santas carregavam histórias de heroísmo e de devoção ao cristianismo, além de serem, em sua maioria, apresentadas como pessoas negras, com a intenção de gerar empatia e inspiração à população alvo destas promoções (OLIVEIRA, 2006).

Em um primeiro momento é possível entender esta cristianização como um processo de embranquecimento cultural e religioso da população de origem africana no Brasil, uma vez que a catequização destas pessoas ocorreu de forma intencional por parte da igreja que, temendo a vasta quantidade de negros pagãos em terras brasileiras, lançou um projeto de catequização através da promoção de santos pretos, que serviriam como exemplo de virtudes cristãs para o povo de origem africana.

É necessário, porém, considerar alguns outros fatores. Primeiramente vale ressaltar, como foi apontado anteriormente, que as organizações das diferentes nações africanas através das irmandades religiosas eram uma forma de organização política destas pessoas que tinham seu espaço de cidadão a todo momento boicotado pela sociedade da época. Segundo Martins estas organizações políticas envolviam, inclusive, ações de libertação de cativos (MARTINS, 2016).

Em segundo lugar, é necessário atentar ao fato de que os africanos e seus descendentes sentiam, em terras brasileiras, dificuldade de exercer sua religião original, uma vez que eram a todo momento atacados, inclusive em termos legais. Este fato certamente conduziu estas pessoas à ocuparem espaço em templos cristãos para que, encobertos pela religião branca, pudessem praticar sua própria crença.

Oliveira aponta algumas semelhanças entre as devoções de origem cristã e de origem africana, que possivelmente incentivaram o engajamento de alguns grupos de origem africana à religião cristã. Uma delas foi o caráter de serventia aos santos, através da participação nas celebrações ou na assistência ao santo, que se assemelha ao servir o Orixá, presente na prática do candomblé, através de oferendas, rituais, entre outras ações (OLIVEIRA, 2006).

O sincretismo, neste contexto, se apresentou como uma forma de tradução da religião de origem africana em religião cristã e, portanto, aceita pela sociedade da época. Através do sincretismo era possível louvar os orixás e ancestrais negros sem que a prática religiosa fosse mal vista socialmente.

A adesão às irmandades religiosas, segundo Martins, foi uma estratégia de proteção diante do descaso das autoridades civis diante dos africanos e afro-brasileiros. Desta forma estes indivíduos garantiam sua assistência espiritual e o cuidado com o corpo de seus mortos. Nesta perspectiva, o embranquecimento cultural deste processo pode ser relativizado e entendido não apenas como uma imposição por parte da igreja e dos “homens brancos”, mas também como uma forma de organização e resistência por parte das pessoas negras (MARTINS, 2016).

Na cidade de Campinas algumas destas irmandades estiveram presentes, principalmente através da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e da irmandade de São Benedito.

A igreja do Rosário⁴⁵, primeiramente, foi inaugurada em 1817 com a intenção de abrigar a população negra e mestiça da cidade, impedindo-a de frequentar a Igreja do Carmo, então matriz da cidade. Por motivos de reformas na Igreja do Carmo, porém, a igreja do Rosário de Campinas serviu por duas vezes, segundo Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, como igreja matriz para a cidade, ocasiões nas quais os negros e mestiços foram impedidos de permanecer na irmandade. Este fato, porém, não os impediu de frequentarem o largo e as escadarias da igreja, aonde continuaram acontecendo manifestações culturais de origem africana (RICCI, 2007).

Ainda segundo Ricci, a construção foi realizada de maneira precária, o que ocasionou diversas reformas e modificações. Fato este que foi utilizado como argumento para sua demolição em 1956, que teve como fundamento a ampliação da Av. Francisco Glicério, prevista no Plano de Melhoramentos Urbanos que será abordado no capítulo a seguir (RICCI, 2007).

A igreja de São Benedito⁴⁶, por sua vez, foi construída à rua Cônego Cipião, área central de Campinas, onde anteriormente existia um cemitério de escravos. Segundo a tradição oral, foi construída por Tito de Camargo Andrade, negro liberto, conhecido popularmente como mestre Tito. Além de curandeiro e tecelão, mestre Tito era conhecido entre a elite campineira por ser escravo fiel de Floriano de Camargo Penteado e sua segunda esposa Delfina de Camargo e Penteado. Depois de liberto dedicou-se aos cuidados do então cemitério de negros e mais tarde à construção da igreja, tendo, em 1867 dado início à arrecadação de fundos para a construção à qual

⁴⁵ Indicada no Mapa 04 como o item 27.

⁴⁶ Indicada no Mapa 04 como o item 28.

dedicou-se amplamente nos anos seguintes. Morreu, porém, antes de concluídas as obras, em 1885 (RICCI, 2007).

Nota-se aqui que as igrejas do Rosário e de São Benedito de Campinas, ainda que sejam ambas dedicadas a santos pretos, tem origens e histórias que as diferenciam, sendo a primeira idealizada por pessoas brancas como medida de segregação e imposição de uma cultura e a segunda idealizada por um homem negro e teria sido, portanto, resultado da expressão de sua própria cultura. Esta leitura faz parecer que a segunda construção abriu na cidade muito mais espaço para a troca entre pessoas negras do que a primeira. Ocorreu, pelo contrário, que a construção da igreja de São Benedito e de sua irmandade, foi toda mediada pela Câmara Municipal e, portanto, pela elite branca da cidade, fazendo nascer um território embranquecido, onde as manifestações de caráter afro-brasileiro eram muito raras, diferentemente do território criado pela igreja do Rosário, no qual existem relatos de manifestações negras no período (RICCI, 2007; MARTINS, 2016).

Outras capelas da cidade podem ser entendidas como territórios de matriz africana por conta de seu histórico relacionado à população negra do município, tal como a capela de Santa Cruz e a capela de São Sebastião, no bairro do Cambuí, e a capela Nossa Senhora da Penha, no bairro da Ponte Preta.

A capela Santa Cruz⁴⁷, como mencionada anteriormente, localiza-se em frente ao Largo de mesmo nome, que corresponde à uma das três clareiras que deram origem ao povoamento da cidade de Campinas. Este espaço foi, ao final do século XVIII a principal saída da cidade e, no século seguinte, local que concentrou população negra, com relatos de muitos bares e prostitutas. Durante o século XIX o largo abrigou também a primeira força da cidade, onde foi enforcado e esquartejado o escravizado Elesbão, como exemplo aos negros que não se comportassem de acordo com as regras dos senhores. A praça também serviu, neste período como parada de escravizados que pretendiam vender seus produtos na cidade e ali eram parados para fiscalização. A capela, construída no final do século XVIII à rua da Pinga⁴⁸, atual rua Santa Cruz, foi a sede da primeira paróquia de Campinas. Ainda que a construção da igreja não tenha origem em uma irmandade negra ou que ela não tenha sido construída com a intenção exclusiva de abrigar a população negra da

⁴⁷ Indicada no Mapa 04 como o item 29.

⁴⁸ O nome evidencia a presença de bares na região.

cidade, a circulação destas pessoas nos arredores e no Largo à sua frente eram bastante intensas, sendo a capela muitas vezes considerada como um território negro da cidade (RICCI, 2007)

Sobre a capela de São Sebastião⁴⁹, os relatos de Geraldo Ferreira Mendes sobre a presença de negros no bairro do Cambuí, indicam que no terreno onde hoje se encontra o número 1495 da rua Emílio Ribas encontrava-se até a década de 1960 a capela, cujas atividades teriam sido conduzidas por pessoas da comunidade negra. Segundo Mendes a comunidade negra local era fortemente devota de São Sebastião e ficou desalojada em seus fazeres cristãos quando a capela foi demolida na década de 1960 (CONDEPACC, 2001).

A capela de Nossa Senhora da Penha⁵⁰, por fim, tem sua história datada de eventos anteriores à abolição, conforme já indicamos anteriormente. Construída em 1886 e tombada pelo Condepacc em 2011 após pedido encaminhado pela pesquisadora Wânia Lucy Valim Bertinato, o terreno da capela foi utilizado no século XIX para sepultamento de um escravo açoitado até a morte e, ao podarem uma goiabeira para abrir a cova, conta a lenda que a planta chorou. Este ocorrido transformou o terreno em ponto de romaria e construiu-se ao lado do tumulo uma capela chamada de Santa Cruz do Fundão. Anos mais tarde a pequena capela foi demolida e substituída pela construção atual. A obra foi paga por um devoto de Nossa Senhora da Penha, por isso o nome foi substituído. No altar as imagens de São Judas, Nossa Senhora Aparecida e de um preto velho dividem o espaço e marcam a presença da matriz africana no território. Ainda segundo Bertinato a devoção ao negro sepultado nesta terra só deixou de acontecer na década de 1980, quando o grupo de rezadeiras da capela se desfez. Entende-se, com isso, que no período do recorte da presente análise a presença de devotos ao negro existiam e, possivelmente, eram formados também por pessoas negras (BERTINATO, 2012).

Territórios rurais de matriz africana em Campinas

Constatou-se através de bibliografia sobre o tema, que os territórios rurais de matriz africana durante o período aqui analisado, dividem-se em dois diferentes grupos: os quilombos e mocambos e as terras de doação.

⁴⁹ Indicada no Mapa 04 como o item 30.

⁵⁰ Indicada no Mapa 04 como o item 31.

Abordaremos, portanto, alguns aspectos referentes ao que se sabe sobre a dinâmica dos quilombos e das terras de doação e levantaremos possíveis localizações de territórios rurais de matriz africana nas proximidades da cidade de Campinas.

O que foram os quilombos?

A palavra quilombo tem origem, segundo Sommer, no dialeto quimbundo, no qual a palavra Kilombo se refere à cidade, capital, povoação ou aldeia. A autora aponta que a fuga para os quilombos era, no contexto do Brasil colônia, o modo mais efetivo de se opor à escravidão e que o quilombo brasileiro era uma adaptação do quilombo africano e uma negação à sociedade oficial e à estrutura escravista, ainda que existissem trocas entre esta sociedade e estes quilombos (SOMMER, 2005).

Negros fugidos e libertos (além de mestiços e indígenas) encontravam nestas paragens, refúgio da repressão que sofriam na cidade por questões relacionadas ao preconceito de raça ou ao sistema escravocrata. Por este motivo os quilombos se formavam, em sua maioria, em locais escondidos e de difícil acesso, afim de camuflar seus territórios dos olhos de capitães do mato e outras figuras repressoras, o que dificulta atualmente sua análise, uma vez que, desconhecidos à época pelos moradores da cidade, há poucos documentos que façam referência a estas ocupações. Os poucos documentos que podem servir para compreender estes territórios, além disso, apresentam o ponto de vista da classe que oprimia repetidamente estas ocupações e que enxergava os quilombos como um problema social (REIS e GOMES, 2000).

Carlos Magno Guimarães, aponta que os quilombos de Minas Gerais, que se formaram como uma forma complexa e completa de reação à escravidão, tinham como forma de sobrevivência atividades das mais diversas, tais como a caça, a coleta, a agricultura, a criação de animais, a mineração, o contrabando, assaltos à tropas e fazendas, entre outros. Cada quilombo encontrava, entre estas, a estratégia de sobrevivência que lhe cabia (GUIMARÃES, in REIS e GOMES, 2000).

Algumas destas atividades estabeleciam relações diretas entre os quilombos e a própria sociedade escravista. Relações comerciais clandestinas, por exemplo, aconteciam entre aqueles que se dedicavam à mineração e os que posteriormente compravam seus minérios de forma ilícita ou aqueles que se dedicavam à agricultura e posteriormente aqueles que compravam sua colheita nos tabuleiros e quitandas. É possível apontar relação entre quilombos e sociedade escravista também nos furtos,

por levarem bens de senhores aos quilombolas, e na rede de informações e afetiva que se criou entre negros e quilombolas que frequentavam os centros urbanos (GUIMARÃES, in REIS e GOMES, 2000).

Contrariada pelos furtos e rebeldia provocados pelos quilombos, a sociedade escravista articulou diversos ataques executados por tropas repressoras. Em Minas Gerais as autoridades coloniais se viram tão ameaçadas pelos quilombos que promoveram uma série de leis que pretendiam limitar suas possibilidades de existência, coibindo o comércio realizado pelas negras de tabuleiro e pelas vendas de forras (GUIMARÃES, in REIS e GOMES, 2000).

Gomes aponta que a mandioca e o milho eram as principais produções agrícolas dos quilombos brasileiros e que seu excedente era vendido nas cidades – principalmente aos sábados e domingos, quando os escravizados vendiam alimentos e fumo produzidos nas terras de seus senhores e assim os quilombolas podiam passar, entre eles, despercebidos – ou trocados por sal, aguardente, carnes, roupas, entre outros, com taberneiros, lavradores ou cativos de fazendas circunvizinhas, ainda que estas transações fossem ilegais e intensamente perseguidas pelas autoridades (GOMES, in REIS e GOMES, 2000).

Sommer aponta que no contexto do período colonial brasileiro, os quilombos eram entendidos como uma região administrada por negros fugitivos, na qual se construíam territorialidades próprias como forma de resistência ao sistema escravista. A autora afirma, porém, que na atualidade este conceito se tornou mais amplo, sendo utilizado não somente para designar as comunidades de negros fugidos e libertos, mas também para comunidades negras de forma geral, sendo hoje denominadas “áreas remanescentes de quilombos” (SOMMER, 2005).

Terras de doação: O cafundó como uma referência simbólica

No ano de 1978 chega aos olhos da imprensa brasileira a comunidade do Cafundó. Localizada no município de Salto de Pirapora, à 30km de distância de Sorocaba, 150km de São Paulo e 110km de Campinas, a comunidade contava então com cerca de 80 habitantes, em sua maioria negros, vivendo em 7,75 alqueires de terra que teriam sido doados à dois de seus ancestrais em tempos de escravidão. Os habitantes falavam, ainda em 1978, uma língua que misturava elementos estruturais do português e um vasto vocabulário de origem africana. A singularidade da língua foi o fator que mais atraiu o olhar curioso dos jornalistas, que a chamavam de “língua

africana”. Os moradores viviam da subsistência, com plantações de milho, feijão e mandioca e criação de galinhas e porcos, e também estavam inseridos no mercado da cidade, fazendo trabalhos de diaristas, empregadas domésticas e bóias-frias (VOGT e FRY, 1996).

Motivados pela originalidade da comunidade que, mesmo estando tão próxima de grandes centros urbanos esteve distante do conhecimento de intelectuais e jornalistas por tanto tempo, jornais paulistas publicaram uma série de matérias sobre o assunto (VOGT e FRY, 1996).

O linguista Carlos Vogt e o antropólogo Peter Fry foram então convidados a realizar pesquisa sobre as origens do território e suas dinâmicas urbanas. Durante a pesquisa documental, porém, outro fator chamou a atenção de Vogt e Fry. Eram bastante comuns os documentos de doação de terras aos negros e negras no momento de sua alforria, fato tal que colocava o Cafundó não como um caso isolado, mas um indício de tipologia de território negro existente no Brasil do período. A diferença entre o Cafundó e as outras diversas terras doadas estariam, portanto, apenas no fato de que neste houve, por algum motivo, resistência à especulação imobiliária (VOGT e FRY, 1996).

A pesquisa de Vogt e Fry, com isso, abriu margem para pesquisas sobre a localização de negros nas áreas rurais do período pós abolição.

Toponímia, possíveis territórios rurais de matriz africana em Campinas

No caso de Campinas, assim como é comum aos quilombos e às terras de doação de outras regiões do país, pouquíssimos são os estudos que os investigam por falta de documentação. É bastante improvável, porém que estes espaços não tenham existido nos arrabaldes da cidade tendo em vista a parcela considerável de negros e mestiços no período anterior e imediatamente posterior à abolição. Além disso, a proximidade física da cidade de Campinas com o Cafundó, indicam uma tipologia rural que estaria presente na região. É possível inferir, com isso, que as dinâmicas sociais dos quilombos e das terras de doação campineiros eram similares às dos que foram analisados em outras cidades, se levarmos em consideração suas particularidades.

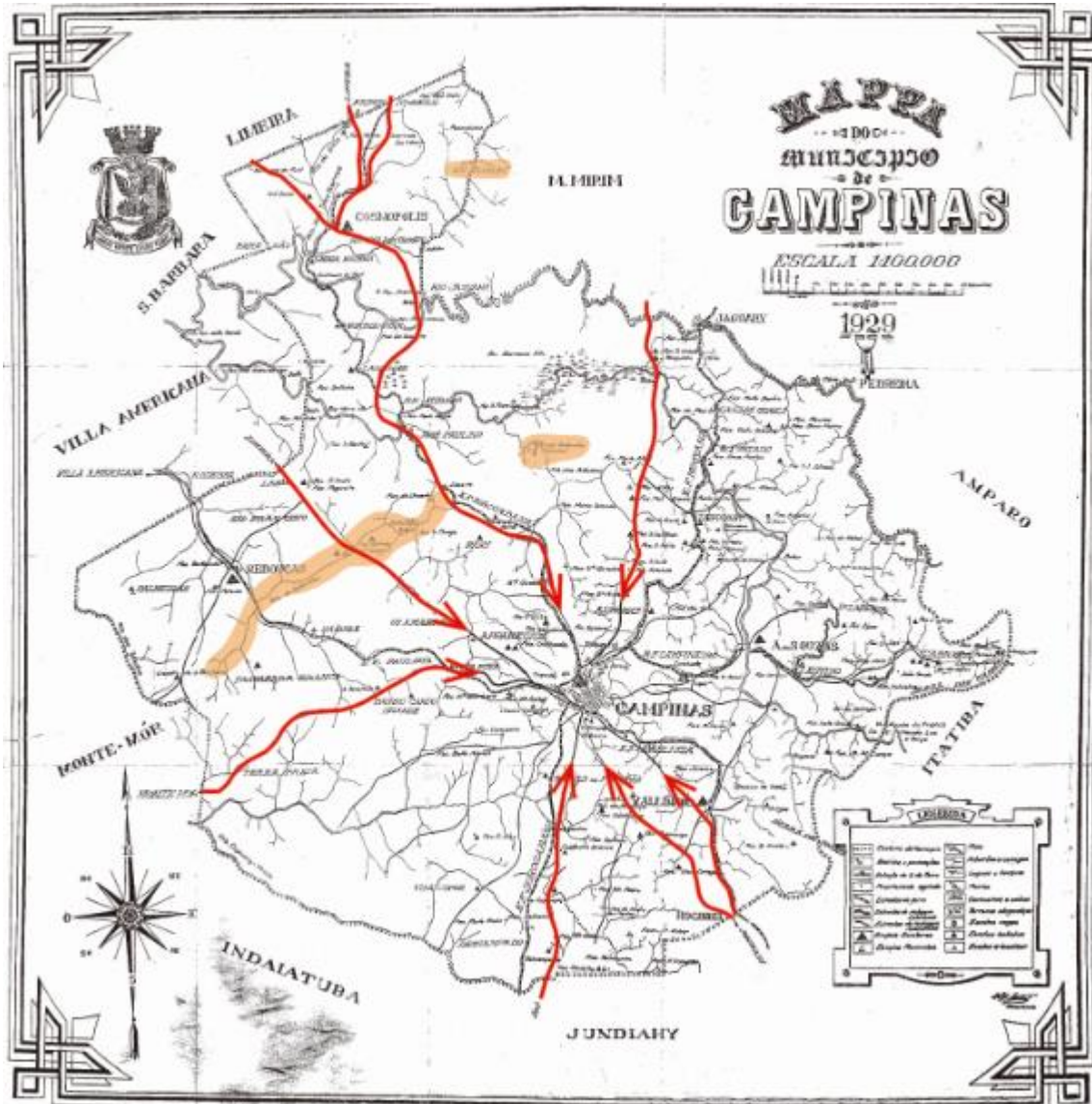


Figura 5 - "Mapa do município de Campinas – Escala 1:100.000 – 1929" (CAMPINAS, 1929b) – alterado pela autora

Por conta da ausência de extração de minérios na região de Campinas, por exemplo, é provável que os quilombos campineiros se ocupassem da agricultura, uma vez que esta foi, no período da escravidão, a principal economia da cidade. É presumível, ainda, que esta produção agrícola tivesse seu excedente vendido no interior da cidade, nos mercados, no Largo da Estação, na rua do Comércio (atual Dr. Quirino), na rua 13 de maio, entre outros territórios urbanos indicados anteriormente como locais onde as negras de tabuleiro, quitandas e cangalhas se estabeleciam, sendo possível presumir uma relação entre os quilombos e a sociedade escravista na cidade.

É possível ainda, elucidar que estes territórios negros rurais em Campinas tenham se formado em locais próximos aos cursos d'água, afim de viabilizar a produção agrícola e possíveis víveres. Atenta-se para a existência de um rio, hoje denominado ribeirão Quilombo, que nasce no município de Campinas, passando por onde hoje encontram-se os municípios de Paulínia, Sumaré, Nova Odessa e Americana, desaguando no Rio Piracicaba, destacado no mapa a seguir em laranja. A origem de seu nome, ainda pouco analisada, aponta para a presença de territórios negros em seu curso, sendo possível inferir a localização de alguns dos quilombos que deduzimos existir.

No mapa em escala 1:100.000, contratado pelo então prefeito Orosimbo Maia no ano de 1929, observa-se as estradas de acesso à cidade, indicadas em vermelho. Tais vias norteavam o crescimento urbano uma vez que a instalação de moradias ao longo delas facilitaria o acesso ao centro da cidade às aglomerações em seus arrabaldes. Teriam se instalado também ao longo de tais vias, ou ao menos próximos à elas, ocupações formadas por população de origem negra?

Além do ribeirão Quilombo é possível identificar no mapa alguns outros espaços cuja toponímia indica a presença de territórios rurais de matriz africana em algum momento da história, também indicados em laranja, tais como a Fazenda do Quilombo Bethel, a Fazenda Quilombo N Veneza e um local indicado apenas como “Quilombo”, sobre os quais, infelizmente, não encontramos mais informações. Levanto aqui, porém, alguns questionamentos finais e inconclusos acerca de sua existência. Teriam as fazendas ganhado o nome de “quilombo” por sua similaridade com os territórios quilombolas ou pela existência de quilombos de fato? Se os quilombos ali existiram porque deram nome às fazendas? Seriam estas fazendas doações de terras aos negros alforriados? A resposta afirmativa à esta pergunta parece explicar o motivo de sua inclusão do documento cartográfico oficial. Não encontramos, porém, pistas que permitam desenvolver nenhuma destas dúvidas.

Capítulo III: Bairrismo, relações de poder e intervenções urbanas

Campinas, saneamento e intervenções urbanas

Febre amarela: a primeira crise urbana de Campinas

A partir do ano de 1889, a cidade de Campinas enfrentou um período marcado por intensos surtos de febre amarela que perduraram até o ano de 1897. Foram cinco os surtos que assolaram a cidade neste período, tendo acontecido nos anos de 1889, 1890, 1892, 1896 e 1897.

O primeiro surto da doença aconteceu entre o final de fevereiro e o final de junho do ano de 1889, tendo seu ápice, chamado de “mês do terror”, em abril do mesmo ano. Ainda que não tenha sido, em termos de números de mortos, o mais grave entre os surtos da doença, foi o que trouxe mais desespero e alarde da população. Por ser o primeiro e ter encontrado uma cidade despreparada e pouco familiarizada com um surto tão violento, o número de abandono de casas e de comércios fechados durante este período foi extremamente alto, deixando a cidade paralisada pela falta de pessoas (FILHO e NOVAES, 1996).

O segundo surto aconteceu entre os meses de fevereiro e maio do ano de 1890, com ápice em abril. Este ciclo foi um pouco menos agressivo que o anterior e encontrou uma população já ciente do mal que enfrentaria. Ainda assim, o medo assolava a população e os jornais preferiam não noticiar detalhes sobre a epidemia com a intenção de evitar alarde da população como havia acontecido em 1889. O período de calma entre junho de 1889 e fevereiro de 1890 dão à população a sensação de que a doença já não representava um problema para a cidade. Tanto a população quanto as autoridades, com isso, inicialmente relutaram para reconhecer o surto. Mesmo depois de reconhecido foram poucas as notícias publicadas a respeito (FILHO e NOVAES, 1996).

O terceiro surto aconteceu entre março e maio de 1892 e foi, também, menos agressivo, sendo até mesmo desconsiderado pelo médico Ângelo Simões, que registrou algumas das mortes e os ocorridos durante os surtos epidêmicos. Ainda assim, este surto provocou o fechamento de muitas casas comerciais da cidade (FILHO e NOVAES, 1996).

No ano de 1896 aconteceu o quarto surto da doença, com duração entre fevereiro e junho e clímax em abril. Esta foi a maior entre todas as epidemias listadas, com o maior número de mortes contabilizadas. Mais uma vez a sensação de que o mal já havia passado toma conta dos moradores da cidade e os poucos jornais que divulgaram a doença foram tratados com hostilidade pela população que julgou as notícias como alarmistas. Ainda que este tenha sido o maior surto de febre amarela em Campinas, não foi o que causou maior comoção da população. Ainda assim, houveram consequências na dinâmica da cidade, tal como a suspensão das atividades do fórum e de algumas repartições públicas (FILHO e NOVAES, 1996).

Por fim, no ano de 1897 o quinto e último surto de febre amarela acontece em Campinas entre os meses de fevereiro e junho, com ápice entre abril e maio. Neste último ciclo da doença a população não entrou em pânico e foram poucos os que deixaram a cidade. Os jornais ainda não publicavam notícias sobre o assunto, tendo até mesmo omitido a causa de morte de Antônio Duarte Pereira da Silva, um dos engenheiros da Comissão de Saneamento que, como veremos a seguir, foi criada com a intenção de controlar a doença (FILHO e NOVAES, 1996).

Nota-se claramente que todos os períodos de surtos epidêmicos da febre amarela em Campinas aconteceram no mesmo período do ano. Sabe-se hoje que a disseminação da doença ocorre através do mosquito *aedes aegypti*, que certamente encontrava nos seis primeiros meses do ano o clima mais favorável para sua proliferação, com o período de chuvas e a consequente formação de poças ou outras fontes de água parada (FILHO e NOVAES, 1996).

Vale notar que, antes das epidemias de febre amarela outras doenças já haviam causado medo na cidade de Campinas, tais como a tuberculose e a lepra (que existiam na cidade tanto anteriormente quanto simultaneamente ao período da febre amarela), a cólera e a varíola. O tratamento de alguma dessas doenças, tais como a tuberculose e a lepra, se resumia a isolar os doentes do convívio social. Em outros casos, como a varíola, houve vacinação da população que aceitou o tratamento sem grandes revoltas, diferentemente do que aconteceu no Rio de Janeiro com a chamada “revolta da vacina” (MARTINS, 1997; PAVANATI, 2013).

A febre amarela, entretanto, foi a doença que trouxe as maiores consequências para a cidade. Segundo Cássia Mariane Pavanati os surtos da doença reconfiguraram drasticamente o viver em Campinas, em todos os aspectos (PAVANATI, 2013).

Segundo Antônio Carpinteiro, a sequência de epidemias de febre amarela representou a primeira crise urbana da cidade de Campinas, gerando intensas dificuldades econômicas e sociais, como apontaremos mais adiante (CARPINTEIRO, 1996).

As condições de trabalho e de vida das camadas mais populares eram, neste período, bastante precárias, com problemas de higiene, habitação e sanitário, como veremos mais adiante.

Quem foi o culpado pelo mal da febre amarela?

Diversos relatos⁵¹ sobre a febre amarela em Campinas afirmam que a primeira pessoa a contrair a doença na cidade, e portanto a responsável por sua disseminação, teria sido uma estrangeira chamada Rosa Beck. Informação, considero aqui, um tanto quanto imprecisa, uma vez que o intenso fluxo de pessoas e mercadorias através das ferrovias representava alto risco de contaminação e a doença poderia ter sido trazida por viajantes que estivessem de passagem pela cidade ou até mesmo por um mosquito que hipoteticamente se instalou em um dos vagões.

Outros personagens culpados repetidamente pelos surtos foram os negros libertos e os cortiços aonde viviam. Estes eram, a todo o momento, condenados pela falta de saneamento. É possível perceber, somando a responsabilização de Rosa Beck à dos negros cidade os cortiços, que a procura por culpados à quem se pudesse praguejar era latente.

No relato de José Antonio Penteado Vignoli, tataraneto de Vieira Bueno, um dos médicos responsáveis pelo tratamento da febre amarela em Campinas, é possível perceber a condenação dos cortiços:

Nos anos 80 do século XIX, houve um aumento considerável no número de cortiços na cidade, que era cercada por áreas alagadiças e córregos, muitas vezes aterrados com lixo e toda a sorte de detritos, fazendo com que a cidade e seus arredores se transformassem em locais favoráveis à proliferação de todo tipo de doenças.

Os cortiços, segundo o arquiteto professor Carlos Lemos, em geral, tinham uma passagem central de dois a três metros de largura,

⁵¹ (VIGNOLI, 2005; PAVANATI, 2013)

separando os quartos e, nos fundos, uma pequena praça com os tanques e as latrinas, isso onde houvesse água corrente; caso contrário, a água era conseguida fora do cortiço e jogada fora (águas servidas), lá mesmo e a céu aberto. As fossas negras (que necessitavam ser esvaziadas de tempos em tempos) eram comuns. (VIGNOLI, 2005, pág. 39)

Apesar de citar outros fatores que possivelmente contribuíam para a falta de saneamento da cidade, tal como as áreas alagadiças e cobertas por lixos e detritos, o foco do autor foi a falta de saneamento dos cortiços, dando a impressão de que todos os problemas de higiene da cidade se relacionassem à existência dessas habitações coletivas. Considerando sua descendência, é possível que os relatos de Vignoli estivessem conectados à uma visão dos acontecidos similar à de seu tataravô, um médico, homem, branco e rico da cidade.

Apesar do caráter de acusação aos cortiços, aos negros e à Rosa Becker, outros fatores são passíveis de responsabilidade no que diz respeito às epidemias. Primeiramente, como já se supunha à época, as condições de saneamento podem ter sido um dos fatores que favoreceram a disseminação da doença. Ao contrário do que sugeriam algumas pessoas, porém, os cortiços não eram os únicos responsáveis pela insalubridade da cidade. Era comum na segunda metade do século XIX que os detentos esvaziassem suas latrinas na praça Carlos Gomes, indigentes mortos eram enterrados superficialmente, os dejetos (até a finalização da rede de esgoto em 1892) eram todos (e não somente o dos cortiços) rejeitados nas chamadas “fossas negras” ou em latrinas e depois em rios ou praças alagadiças, ou seja, o saneamento da cidade era generalizadamente precário, o que certamente formou condições favoráveis para a proliferação do mosquito transmissor (VIGNOLI, 2005).

Uma segunda circunstância que deve ser considerada é a apontada por José Pedro Martins. O autor sugere que o corte de matas para construção e manutenção das ferrovias⁵², somado às recorrentes queimadas que aconteciam em decorrência de fagulhas lançadas pelas máquinas dos trens a vapor, resultavam em uma destruição das matas próximas à cidade, gerando desequilíbrio na cadeia dos vírus e de seus hospedeiros. Este desequilíbrio, segundo Martins, faz com que o vírus

⁵² A madeira era utilizada como dormente e como combustível para os trens, portanto a extração de madeira foi muito comum enquanto as ferrovias estiveram funcionando no país (MARTINS, 1997)

procure novos hospedeiros e em alguns casos possibilita a proliferação deste hospedeiro, gerando, ao ser humano, contaminação de diversas doenças que anteriormente não chegavam até ele (MARTINS, 1997).

Vale apontar, também, que o próprio fluxo de pessoas e de mercadorias através da ferrovia configurava condições bastante favoráveis para a chegada da doença. Com estas considerações, os “culpados” pelos surtos epidêmicos que assolaram a cidade de Campinas ao final do século XIX podem ser reconsiderados.

As obras de saneamento na cidade

Conforme apontamos, ao final do século XIX, quando os surtos ocorreram, os motivos da existência e propagação da febre amarela não eram conhecidos. Acreditava-se que a falta de saneamento por si só fosse a causa dos surtos da doença. A municipalidade, com isso, promove em 1889 uma série de atividades que pretendiam diminuir a incidência da doença, tais como a aplicação de piche e irrigação das vias públicas da cidade, a promoção de fogueiras com ervas (que acreditava-se limpar o ar das impurezas da doença) e o enterro de cadáveres no período da noite, a fim de evitar o contato com os habitantes (FILHO e NOVAES, 1996).

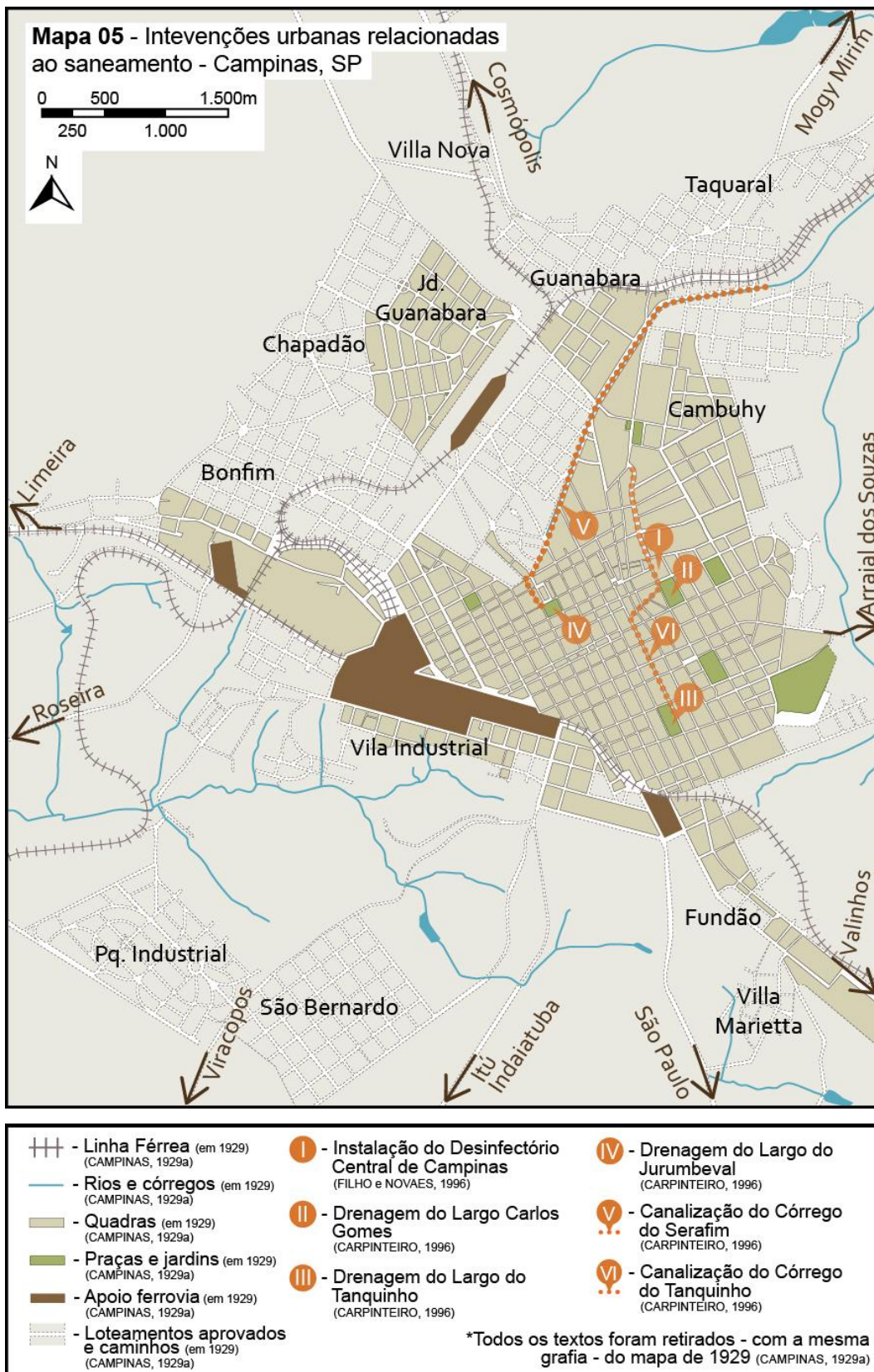
Outra medida proposta pelas autoridades foi a obstrução das fossas que serviam para despejo de dejetos no período anterior à instalação da rede de esgoto da cidade. Esta medida sofreu grande resistência da população, que não gostou da ideia de alterar seus hábitos diários (FILHO e NOVAES, 1996).

Segundo Carpinteiro, algumas leis foram criadas neste período com a intenção de melhorar as condições de vida na cidade, tal como a que exigia solidez e higiene nas edificações, ou a que proibia o abandono de cadáveres, tornando obrigatório seu sepultamento, e ainda uma terceira que proibia a instalação de coqueiras em um determinado perímetro da cidade (CARPINTEIRO, 1996).

Estas medidas, pela falta de documentação sobre sua localização geográfica e por acontecerem de maneira generalizada na cidade, não foram incluídas no mapa 05, onde apontamos as intervenções urbanas realizadas neste período.

Apesar de a cidade de Campinas não ter sido a única vítima da febre amarela⁵³, sua localização no entroncamento de linhas férreas, que permitia a disseminação da

⁵³ Diversas outras cidades como o Rio de Janeiro, Sorocaba, Araraquara, Santos, entre outras de menor visibilidade, foram acometidas pela doença (VIGNOLI, 2005)



Mapa 05 – Intervenções urbanas relacionadas ao saneamento – Campinas, SP; produzido pela autora, referências na legenda.

doença para outras cidades, e sua importância na economia da região, chamaram grande atenção dos jornais e administrações da região e do estado no que dizia respeito às epidemias de febre amarela (PAVANATI, 2013).

No ano de 1896 o Governo do Estado de São Paulo, preocupado com a situação epidêmica da cidade, resolve intervir, criando a Comissão Sanitária, chefiada pelo higienista Emílio Marcondes Ribas, e a Comissão de Saneamento, liderada pelo engenheiro Francisco Saturnino de Brito (FILHO e NOVAES, 1996).

Segundo Vignoli, os médicos e autoridade campineiros não ficaram muito contentes com a transferência das atividades relacionadas ao combate da moléstia para o Governo do Estado. Estas pessoas acreditavam, aponto que com um certo orgulho bairrista, que as medidas da municipalidade estavam sendo efetivas e, portanto, a intervenção do estado seria desnecessária (VIGNOLI, 2005).

Por outro lado, parte da população condenava a municipalização dos serviços públicos e não acreditava que a cidade fosse capaz de cuidar de sua própria higiene. Estas pessoas responsabilizavam a municipalidade pela grandeza dos surtos de febre amarela. De acordo com Filho e Novaes, o Governo Municipal entregou todo o material que possuía para as Comissões estabelecidas pelo Governo do Estado e se colocou a disposição para qualquer auxílio necessário (FILHO e NOVAES, 1996).

A Comissão Sanitária foi instalada no edifício do antigo Mercado Grande, então transformado no Desinfetório Central de Campinas⁵⁴, responsável pela drenagem de alagadiços, vistoria em residências com a intenção de destruir recipientes que estivessem acumulando água e remoção de doentes para o Lazareto do Fundão (FILHO e NOVAES, 1996).

Houve dissecação das áreas pantanosas da cidade, que incluía três largos: O Largo Carlos Gomes⁵⁵ (inaugurado em 1896), o Largo do Tanquinho⁵⁶, atual Largo do Pará (inaugurado por volta de 1899) e o Largo do Jurumbeval⁵⁷, atual Terminal Mercado. O córrego do Tanquinho⁵⁸, que atualmente passa pelas ruas Barão de Jaguará, César Bierrenbach e Av. Anchieta, e o córrego Serafim⁵⁹, que atualmente passa pela rua Álvares Machado e pela Av. Orosimbo Maia, tiveram seus cursos

⁵⁴ Indicado no Mapa 05 como o item I

⁵⁵ Indicado no Mapa 05 como o item II

⁵⁶ Indicado no Mapa 05 como o item III

⁵⁷ Indicado no Mapa 05 como o item IV

⁵⁸ Indicado no Mapa 05 como o item V

⁵⁹ Indicado no Mapa 05 como o item VI

retificados e canalizados, formando, no segundo caso, o Canal do Saneamento (CARPINTEIRO, 1996).

Já a Comissão de Saneamento, promoveu algumas obras na cidade, que incluíram a execução de um novo plano de abastecimento de água, a construção de uma nova rede de coleta de esgotos e de incineração de lixos e a instalação do canal do saneamento e de outras galerias e canalização de rios que passavam pela cidade (FILHO e NOVAES, 1996).

Anteriormente às epidemias, já havia, por parte de algumas figuras da cidade, uma preocupação com o manejo das águas no ambiente urbano de Campinas. O eng. Antonio Francisco de Paula Souza, em 1886, fez neste contexto, um projeto de abastecimento de água, baseado em levantamento longo e detalhado da topografia e hidrografia da cidade. Provavelmente por problemas relacionados à conjuntura econômica, o projeto não foi imediatamente implantado, sendo aprovado apenas em 1889 após longo embate político. Mesmo após sua aprovação, entretanto, não teve sua implantação integralmente aplicada por motivos de mudanças nos órgãos responsáveis pelo manejo das águas da cidade (SANTOS, 2002).

Com os surtos da febre amarela, entretanto, o problema do manejo das águas se tornou pauta mais urgente, uma vez que os rios, com os detritos que acumulavam, eram vistos como os principais disseminadores da doença. Em 1896, portanto, como medida de higiene para tratar o problema da febre amarela, a Comissão de Saneamento desenvolveu projeto de um conjunto de obras de drenagem e saneamento básico. Entre 1897 e 1915 houve uma paralização destas obras, retomadas por Saturnino de Brito entre 1917 e 1918, quando se configurou o desenho final do canal-avenida-parque, atual Avenida Orosimbo Maia, entre outras medidas (SANTOS, 2002).

Segundo Carpinteiro, o abastecimento domiciliar de água tratada foi concluído em 1891 e a rede de esgotos em 1892 (CARPINTEIRO, 1996).

Nota-se, portanto, que na cidade de Campinas, assim como em diversas outras cidades brasileiras, o primeiro agente motivador do planejamento urbano foi o saneamento, imerso em uma lógica higienista, que falava inclusive da remoção das camadas socialmente marginalizadas para a periferia mais distante (SANTOS, 2002).

Sobre o movimento higienista, Antonio da Costa Santos aponta:

O movimento higienista, fundamentalmente um movimento revisionista da vida cotidiana nascido sob o estigma da peste, fora, na realidade, um projeto de reforma da cidade para o capitalismo, historicamente ocorrido entre as duas grandes revoluções: a burguesa, na França e a industrial, na Inglaterra. Desenvolve-se, portanto, no interior dessa escola, a idéia de plano e de reforma urbana, por meio de obras de saneamento e embelezamento, com contraditório caráter de atingir a melhoria social através da elevação do padrão moral das classes populares. Esta concepção de trabalho embasaria os pilares do emergente urbanismo europeu e norte-americano e perpassaria, no caso campineiro, os interesses capitalistas das empresas concessionárias de serviços públicos e todo o debate sobre a remodelação da cidade na década de 30 (...) (SANTOS, 2002, págs. 186-187)

É possível notar, ainda, que as medidas tomadas para combater os surtos da doença não incluíam os bairros nos quais a população de baixa renda estaria instalada, tais como a Vila Industrial, o Fundão, o Frontão ou parte do Guanabara e do Bonfim, nos quais não ficou proibido (como no resto da cidade) a permanência de cocheiras (BADARÓ, 1996).

Primeiro hiato na expansão urbana de Campinas

Ao longo destes 9 anos durante os quais a cidade de Campinas esteve marcada pela febre amarela, as mortes e o abandono por parte das classes mais abastadas fez com que a cidade se esvaziasse. Muitos daqueles que fugiam dos surtos de febre amarela preferiam não retornar até que a doença estivesse completamente extinta, uma vez que, acreditava-se, estariam mais suscetíveis à doença porque não haviam convivido com ela (PAVANATI, 2013).

O esvaziamento e o medo geraram também uma crise econômica na cidade, uma vez que os trabalhadores livres que chegavam da Europa, sabendo da epidemia, prefeririam instalar-se em outras regiões, resultando em uma baixa no fluxo migratório e, conseqüentemente, uma crise de preços e de mão-de-obra (CARPINTEIRO, 1996).

O período posterior aos surtos de febre amarela representou, por estes motivos, um momento de recuperação para a cidade. As casas e terrenos desocupados pelos

mortos e fugidos foram, neste momento, ocupadas e, com isso, a expansão urbana da cidade entre 1900 e 1920 foi pouco significativa.

Neste período, porém, algumas modificações não relacionadas com a expansão do perímetro da cidade, foram realizadas na cidade, como a instalação de luz elétrica em 1905 e de bondes elétricos em 1912, ou a construção do Clube Campineiro em 1910, sendo então o edifício mais alto da cidade, com três andares (CARPINTEIRO, 1996).

Bairrismo, modernidade e relações de poder

O que é bairrismo?

Diversos autores apontam que, juntamente com o relevante acúmulo de riquezas decorrentes do abundante período cafeeiro, manifestou-se, por parte das elites dominantes de Campinas, um forte sentimento de bairrismo, autenticado com os títulos honoríficos que esta população recebia das diversas ordens imperiais, como os de barões. Aos olhos destas pessoas a cidade de Campinas se encontrava entre as mais cultas e progressistas do país (BADARÓ, 1996; CARNIELLI, 2007).

Este sentimento de bairrismo certamente influenciou a realização das intervenções urbanas acima apontadas, bem como as que serão descritas a seguir. Perguntamo-nos, com isso, o que seria, mais precisamente, esse sentimento de bairrismo e o que ele significava em termos da construção de uma identidade urbana, especialmente na cidade de Campinas.

Segundo Flávio de Godoy Carnielli, “o bairrismo pode ser entendido como o patriotismo em escala regional, a repetição da história-pátria no microcosmo das cidades, onde os acontecimentos extravasam seus limites, ganhando contornos maiores e permitindo que os grandes eventos políticos e sociais da pátria sejam representados pelas “coisas” de uma cidade” (CARNIELLI, 2007, pág. 45).

Carnielli, porém, acredita que não se pode pensar o bairrismo apenas em seu termo pejorativo, de um chauvinismo irracional, pois o bairrista é, segundo o autor, um indivíduo que ama a sua terra, e o bairrismo um sentimento afetuoso, de lealdade local, formando uma identidade comum àqueles que compartilham um mesmo espaço, os conterrâneos (CARNIELLI, 2007).

Por ama-la, porém, o bairrista acredita que sua cidade é melhor do que outras e daí se constrói a ideia de rivalidade entre um território e outro. O vínculo identitário,

formado pelo bairrismo, cria fronteiras simbólicas que se manifestam por meio de rivalidades entre cidades (CARNIELLI, 2007).

O bairrista, segundo Carnielli, é “aquele que conhece profundamente a cidade, não somente sua história, seus grandes nomes e acontecimentos marcantes, mas também aquele que conhece o “clima” de uma cidade, ou seu “sentimento” e, com isso, acompanha os acontecimentos da cidade, reconhecendo todos os seus detalhes.” (CARNIELLI, 2007, pág. 47). Através deste conhecimento o bairrista demonstra seu pertencimento. O indivíduo nascido e criado na cidade é, com isso, valorizado pelos bairristas, enquanto que o “forasteiro” é desvalorizado, principalmente em seus conhecimentos sobre a cidade (CARNIELLI, 2007).

Carnielli dedicou sua pesquisa ao estudo de três memorialistas urbanos campineiros (Jolumá Brito, Júlio Mariano e José de Castro Mendes) e suas obras publicadas entre as décadas de 1920 e 1970. O autor, ao abordar o conceito de memorialismo explica que esta prática se difere da historiografia pois, ao invés de se utilizar apenas de datas e fatos, o memorialista se valida através da demonstração de afeto e de pertencimento à um determinado local, ou seja, através do bairrismo. Memória e biografia, no trabalho dos memorialistas, são inseparáveis e este é visto como uma “fonte confiável” por conta de seu bairrismo. Ao se inserir enquanto personagem na história da cidade, o memorialista cria um efeito de verdade (CARNIELLI, 2007).

Os memorialistas eram aqueles que expressavam seu bairrismo de forma mais transparente e pública entre os cidadãos de uma cidade. Em muitas cidades, como é o caso de Campinas, porém, estes não eram os únicos que compartilhavam deste sentimento. Diversos autores apontam para o bairrismo como uma característica fundamental da identidade campineira, especialmente no período que vai do início do século XX até meados da década de 80, quando o crescimento da urbanidade na cidade aconteceu de maneira mais intensa (BADARÓ, 1996; CARNIELLI, 2007).

Os memorialistas, neste contexto, por se tratarem de figuras públicas, certamente influenciaram o pensamento de uma camada da sociedade, contribuindo amplamente para a formação desta identidade. Segundo Carnielli esse sentimento afetuoso pelo território foi um motivador fundamental, tendo originado muitos trabalhos de memorialistas entre outros registros sobre a cidade (CARNIELLI, 2007).

Concluimos, com isso, que o bairrismo permitiu que se registrasse uma certa história sobre a cidade, alicerçada no ponto de vista daqueles que à contavam. Permitiu que esta história fosse transmitida entre cidadãos campineiros e não campineiros, construindo uma identidade visível⁶⁰. Os outros lados desta história, deduz-se, por não terem espaço de divulgação e energia de produção tão amplos e abertos como o dos bairristas, se tornam invisíveis. O sentimento bairrista em Campinas, como já foi apontado, era compartilhado especialmente por uma classe dominante e é este o imaginário da cidade que se perpetua.

Destrinchando as ideias de modernidade e progresso

Associado ao bairrismo campineiro, outros dois importantes modismos do século XX se apresentam na cidade: as ideias de modernidade e de progresso. Estas formaram-se em meio à uma conjuntura permeada por acontecimentos históricos, sociais, artísticos, científicos e políticos, dos quais destacaremos rapidamente aqui: o iluminismo, o pensamento positivista, a revolução industrial, o movimento moderno e a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin.

O Iluminismo, também conhecido como século das Luzes (ainda que sua duração não tenha datas tão delimitadas como o início e o final do século), foi um movimento cultural que promoveu a racionalidade em detrimento da religião na Europa do século XVIII. Através de teorias de diversos pensadores, tais como Copérnico, Galileu, Newton, Locke, Voltaire, Montesquieu e Rousseau, construiu-se o pensamento iluminista, no qual a razão foi o assunto principal (CHAUNU, 1985).

Foi durante este período que nasceram alguns conceitos extremamente difundidos nas sociedades ocidentais, tal como as unidades de medida, que unificaram as produções intelectuais sobre o espaço (metros) e a temperatura (graus célsius), a consolidação dos estados-nação e a divisão dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário). Surgem, ainda, instrumentos intelectuais como o dicionário e a enciclopédia. O pensamento iluminista esteve, portanto, imerso em uma lógica racional que acredita na unidade e na imutabilidade da razão, ou seja, que a razão é una e idêntica para todos os indivíduos, independentemente de seu contexto (CHAUNU, 1985; CASSIRER, 1992).

⁶⁰ A palavra “visível” aparece aqui como o antônimo de “invisível”, opondo-se ao conceito de invisibilidade. Se uma determinada cultura é invisibilizada, outra é, na mesma medida, visibilizada.

O positivismo, corrente filosófica pensada inicialmente por Comte no início do século XIX, se constrói pautado nesta mesma lógica. Para Comte, o conhecimento se concretiza depois de passar por três estados. O primeiro é o estado teológico, no qual a inteligência procura causas e princípios para os fenômenos e acaba por atribuir poder ao sagrado, se utilizando, segundo Comte, da imaginação. Já o estado metafísico, segundo no processo de consolidação do conhecimento, seria um estado transitório, momento em que se busca explicações para os fenômenos anteriormente analisados através do conhecimento científico. Por fim, o estado positivo é aquele em que o conhecimento absoluto já foi alcançado, tendo o fenômeno sido provado através do método científico (MARIAS, 1987).

O positivismo afirma, portanto, que o pensamento científico produz conhecimento positivo, ou seja, real e absoluto, e que esta é a única forma de conhecimento verdadeiro. Dá-se valor apenas ao pensamento baseado em fatos e leis. O pensamento positivista traduziu, com isso, uma proposta de origem moral e intelectual da sociedade, que não relativizava o conhecimento de acordo com o tempo e o espaço em que o indivíduo estava inserido e, portanto, desqualificava determinadas culturas, que não se baseavam nos mesmos princípios (MARIAS, 1987).

Diversos setores da vida brasileira foram influenciados pelo positivismo de Comte a partir de então, ganhando adeptos independentes e filiados em diversos graus, preocupados em sua maioria com a integração do país à cultura ocidental. O ensino, a política e a linguagem brasileiros se contaminaram com este modo de pensar, tendo o Brasil, por exemplo, adotado, em meados do século XIX, o lema “ordem e progresso” como representativo do país e, ao final do século XIX, realizado reformas no ensino brasileiro amplamente baseadas na doutrina de Comte (LINS, 1997).

Esta corrente filosófica, portanto, influenciou amplamente o pensamento da sociedade ocidental nos anos que se seguiram e é, ainda hoje, extremamente difundida e aceita, ainda que algumas vezes de maneira oculta. Através deste pensamento, restringem-se as possibilidades de conhecimento ao método científico e a existência de verdades absolutas que não se modificam de acordo com seu tempo e espaço são, a todo tempo, reafirmadas.

Também influenciada pelo iluminismo, a sociedade ocidental passa, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, por uma mudança radical em seu modo de produção, deixando a manufatura e aderindo à produção fabril. Esta mudança, denominada Revolução Industrial, fez nascer uma sociedade definida pela lógica das indústrias, formando o capitalismo industrial e as classes operárias. Alterou-se também a relação dos homens com o espaço, os trens e mais tarde os automóveis fizeram com que a distância física não fosse mais o fator preponderante com respeito aos deslocamentos no território. Velocidade, luz e produção industrial passam a ser os principais traços desta sociedade (IGLÉSIAS, 1981)

O movimento moderno, por sua vez, foi um conjunto de movimentos culturais, que, na primeira metade do século XX pautou as produções artísticas, inicialmente europeias e num segundo momento em todo mundo, representando uma mudança de paradigma social. Apesar de não serem todos análogos, estes movimentos culturais apoiaram-se na ideia de que as artes e culturas “tradicionais” estavam ultrapassadas e deveriam ser substituídas pelo novo, acompanhando as mudanças sociais desencadeadas pelas revoluções industriais (FABRIS, 2010).

Estes movimentos, portanto, tinham em comum a admiração pela inovação e criaram, com isso, uma supremacia do “novo”, na qual a estética e os valores tradicionais foram colocados à prova. Este “novo” estava intimamente relacionado à sociedade industrial e sua estética e portanto, também se construiu a partir disso. Nas artes visuais e arquitetura as formas geométricas e cores primárias delimitavam as obras, assim como a linguagem coloquial, as onomatopeias (que imitam barulhos de máquinas e automóveis) e a liberdade de expressão delimitavam as obras literárias (FABRIS, 2010).

O modernismo valorizou amplamente o ambiente e a vida urbana, que eram síntese do morar moderno. Instaurou-se um cosmopolitismo que foi fundamental na construção das grandes cidades (FABRIS, 2010).

O progressismo, em meio a este amontoado de acontecimentos históricos, nasceu como a ideia de que a humanidade caminhava, invariavelmente, em um sentido de evolução contínuo e crescente. A modernidade, igualmente, nasceu como a ideia de que o “novo”, com seus conceitos e sua estética, deveriam inevitavelmente ser implantados.

Segundo Gilberto Dumas, o que consolidou a ideia de progresso foi a revolução provocada por Darwin com o livro “A origem das espécies”, com a convicção de que a humanidade só teria um futuro melhor se caminhasse para sua evolução. O autor aponta que, a partir disso, foram muitos os autores que trataram o progresso como uma premissa necessária, evidente e verdadeira. Segundo Dumas, a exemplo, as obras de Hegel e Marx se fundamentam nesta premissa (DUMAS, 2006).

Consideramos, complementando o pensamento de Dumas, que o progressismo não foi fruto apenas de desdobramentos relacionados à teoria de Darwin, mas sim de toda a conjuntura acima apontada, que incluiu o racionalismo iluminista, o cientificismo positivista, a industrialização causada pelas revoluções e, por fim, a ideia de evolução pensada por Darwin.

Sendo o progressismo a ideia de que a humanidade invariavelmente caminhava em um sentido de evolução contínuo e crescente, este crescimento estaria, para aqueles que acreditavam neste conceito, apontando em alguma direção. A ideia de modernidade, com sua estética do “novo” pautada no desenvolvimento tecnológico e industrial, apresentava-se aqui perfazendo esta direção: a direção para o futuro. Em resumo, acreditou-se que a humanidade inevitavelmente caminhava em direção ao progresso e este progresso estava inevitavelmente associado à estética moderna.

Modernidade e progresso foram, portanto, a partir do final do século XIX, dois conceitos que se propagaram de maneira quase inerente um ao outro. Segundo Dumas:

“A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais.” (DUMAS, 2006, pág. 73)

A ideologia do progresso científico e tecnológico, segundo Dumas, evita questionamentos e até mesmo justifica a exploração da mão-de-obra trabalhadora, principalmente pelo setor privado, sob o argumento de que este progresso seria mais importante do que as questões práticas que interessam ao cidadão. Este pensamento originou a teoria do liberalismo, conduzido por John Locke. Dumas afirma ainda que

os meios de comunicação estavam fortemente ligados aos interesses econômicos que tinham como pano de fundo este tipo de pensamento, auxiliando fortemente na disseminação desta ideologia progressista (DUMAS, 2006)

Além da exploração da mão de obra trabalhadora apontada por Dumas, outros eventos foram justificados pela ideia de progresso ao longo da história. A imigração de europeus para o Brasil no século XX, por exemplo, trouxe como argumento a necessidade de progresso do povo brasileiro, o mesmo aconteceu com as transformações urbanas incentivadas pela classe política em diversas cidades brasileiras neste período, e que, hoje sabemos, prejudicaram determinadas classes sociais, como abordaremos nos itens seguintes.

Campinas, a cidade progressista

Segundo Eustáquio Gomes o modernismo brasileiro foi um fenômeno essencialmente paulistano, estado que abrigou, em 1922 uma “campanha de renovação estética” a partir da Semana de Arte Moderna. O autor dedicou seus estudos à análise de uma revista campineira, chamada ‘A Onda’, na qual, entre os anos de 1921 à 1925 publicou-se material artístico essencialmente moderno, no qual a vida moderna, as máquinas, a urbanidade e a industrialização eram exaltados (GOMES, 1992).

Esta ideia de modernidade e progresso, portanto, se fez muito presente na construção do espaço e do imaginário campineiro. Entre as décadas de 40 e 70 foram diversas as notícias de diferentes instituições jornalísticas que se depararam com esse assunto. Com títulos como “Campinas moderna”⁶¹, “Campinas, cidade progressista e fulcro de soberbas tradições”⁶² ou “Em Campinas o progresso cresce ao lado da beleza”⁶³, jornais de diferentes cidades colocaram Campinas como um exemplo de urbanização, já que o progresso e a modernização estariam sendo visíveis na cidade.

⁶¹ Correio Paulistano, São Paulo, 25 de junho de 1939; Acervo: Centro de Memória da Unicamp - Hemeroteca João Falchi, consultado em: 11/01/17

⁶² A Tribuna, Santos, 26 de janeiro de 1939; Acervo: Centro de Memória da Unicamp - Hemeroteca João Falchi, consultado em: 11/01/17

⁶³ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1959; Acervo: Centro de Memória da Unicamp - Hemeroteca João Falchi, consultado em: 12/01/17

Podemos perceber esta característica, por exemplo, em uma notícia publicada pelo jornal carioca Correio da Manhã no ano de 1959, do qual recortamos o seguinte trecho:

“A Campinas que se agiganta, com os chaminés das grandes fábricas apontados para o céu, mostrando vida e progresso dia e noite; o movimento de autos e pedestres e a coloração noturna dos letreiros luminosos no centro urbano, não diminui a Campinas arejada, que também se desenvolve no prolongamento de suas amplas avenidas, na construção de novas praças e belos jardins, garantindo o sistema ameno de vida de seus habitantes.” (CORREIO DA MANHÃ, 1959)

Podemos destacar duas características desta narrativa jornalística. Primeiro a supervalorização de algumas características da cidade ligadas à industrialização, tais como as chaminés das fábricas, o movimento dos automóveis e a iluminação, características intimamente relacionadas ao imaginário moderno anteriormente apontado. Segundo, a construção da imagem de uma cidade arejada, com avenidas amplas e áreas verdes, ou seja, a imagem de uma cidade “limpa”, na qual a configuração urbana permitia a circulação do ar e, portanto, a salubridade, características relacionadas ao imaginário iluminista, também apontado anteriormente.

Em outra notícia, publicada pelo jornal santista A Tribuna em 1939, registrou-se:

“Campinas continua sendo a vanguardeira no “hinterland” paulista, das mais nobres aspirações de cultura da gente bandeirante. Seu progresso é intenso e não sofre solução de continuidade, dando, com isso, um atestado indophismavel da índole laboriosa de seu povo (...) é hoje, como o foi no passado, o fulcro de onde irradiam as mais belas demonstrações de fervor patriótico e de entusiasmo civico” (A TRIBUNA, 1939)

O conceito de hinterland foi descrito por Rodrigo Tavares Paiva como uma teia de territórios conectadas à uma área portuária através de uma rede de transportes (PAIVA, 2006). O hinterland paulista apontado pela matéria, portanto, se trata da teia territorial construída a partir do porto de Santos (onde o texto jornalístico foi escrito) e conectada através das linhas férreas que escoavam a produção do interior paulista. A

matéria coloca a cidade de Campinas como a “vanguardeira” entre esta rede de cidades, ou seja, aquela que estaria à frente das outras no que diz respeito às inovações. Este conceito de vanguarda está intimamente associado à ideia positivista de progresso, uma vez que só se pode estar à frente de algo ou alguém se houver uma linha contínua de evolução, o que evidencia a ideologia progressista do recorte em questão.

Em seguida o jornal associa a imagem do povo campineiro à uma “índole laboriosa”, a um “patriotismo” e um “caráter cívico”, indicando a formação de uma identidade campineira que parecia se importar com o bem geral de sua cidade (e de seu país) e com uma grande disposição para o trabalho, principalmente aquele que fizesse “melhorar” o seu território. Consideramos que este ideário de “homem de bem”, preocupado com o bem estar social, foi fundamental para a implantação dos projetos de cidade que se pretendiam para Campinas, uma vez que, estando estes homens aparentemente preocupados com o bem estar da cidade, seus projetos, aos olhos dos cidadãos, também o estariam.

Relações de poder

No dicionário de filosofia a palavra poder se traduz como “a capacidade de se conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais e políticas para obter certo resultado” (BLACKBURN apud FERREIRINHA e RAITZ, 2010).

Entre os estudiosos do conceito de poder, Michel Foucault é um dos que mais se destaca. Segundo Foucault, com a modernidade nasceu o poder disciplinar, que veio substituir o poder pastoral (exercido por um indivíduo que depende do seu “rebanho” e vice-versa), e se estrutura a partir de dois dispositivos: a distribuição dos indivíduos no espaço, e o controle de suas atividades. O objeto de análise de Foucault foram as instituições, tais como escolas, quartéis, hospitais e presídios, que para ele representavam a máxima do poder disciplinar. Neste contexto a distribuição dos indivíduos no espaço se traduz, por exemplo, na ordenação por fileiras, classificação dos indivíduos por idade, conhecimento ou grau de patologia, entre outros. O controle de suas atividades se traduz, por exemplo, através da rigidez no cumprimento dos horários, no controle das atividades, entre outros (FOUCAULT, 2008).

Trabalha-se aqui na ideia de que a cultura e a identidade euro-brasileira, em oposição à cultura e identidade afro-brasileira, se sustenta através de uma relação de

poder e de dominação. Os homens brancos e ricos foram, ao longo da história ocidental, aqueles que dominaram hegemonicamente os espaços de poder, colonizaram povos, tiveram exclusividade nos cargos políticos e predomínio em quase todas as profissões socialmente respeitadas. Todas as pessoas que não se encaixavam neste perfil, por outro lado, tiveram sua opinião invisibilizada.

Em Campinas este processo de formação de uma identidade de poder entre os homens brancos e ricos não aconteceu de maneira diversa. Eram eles que tomavam as decisões de ordem pública na cidade, tinham domínio de grande parte dos meios de comunicação e ocupavam quase que integralmente os cargos políticos.

Nota-se com facilidade este fato ao analisar rapidamente a lista de prefeitos da cidade, que são, desde 1892, homens (sendo Izalene Tiene a primeira e única mulher a ocupar o cargo de prefeita de Campinas, em 2001, após o assassinato do prefeito Antônio da Costa Santos, de quem foi vice-prefeita) e brancos (ao menos todos os que se tem registro da raça, uma vez que esta informação era por vezes ocultada).

Na Câmara dos Vereadores de Campinas o cenário é semelhante. Das mais de 500⁶⁴ cadeiras da casa ocupadas desde 1797, somente 15 foram de mulheres. Apesar de os dados sobre vereadores negros não terem sido contabilizados pela Câmara, apenas uma vereadora negra é conhecida pela historiografia: Maria José da Silva Cunha, que ocupou a cadeira entre os anos de 2001 e 2004. No painel fotográfico instalado no edifício que hoje abriga a Câmara dos Vereadores de Campinas, com retrato de todas as pessoas que presidiram a casa, nenhuma destas pessoas retratadas é negra ou mulher.

Este fato aponta fortemente para uma hegemonia por parte destas pessoas que, sendo notável maioria nos meios políticos da cidade, sempre tiveram poder de escolher o destino da cidade em termos jurídicos e administrativos.

Na imprensa Campineira nota-se o mesmo caráter hegemônico, sendo os principais jornais da cidade propriedade de homens brancos. Ana Maria Reis de Góes Monteiro, ao descrever a trajetória do engenheiro-arquiteto campineiro Ramos de Azevedo, aponta momentos em que os relatos jornalísticos do final do século XIX ressaltaram sua obra e trajetória, promovendo sua carreira sem motivos aparentemente definidos. A autora aventava a possibilidade deste estímulo estar

⁶⁴ Dados retirados, através de contagem, da lista de vereadores apresentada no site da Câmara Municipal de Campinas; <<http://www.campinas.sp.leg.br/institucional/historia-da-camara>> (acessado em 28/04/17)

relacionado ao vínculo do engenheiro-arquiteto com a então Loja Maçônica Independência, que teve à sua frente o mesmo grupo de pessoas que em 1869 fundou o jornal Gazeta do Povo (MONTEIRO, 2009).

O engenheiro-arquiteto em questão teve importante participação em projetos de edifícios emblemáticos da cidade de Campinas, participando ativamente do processo de construção da paisagem da cidade e, com isso, difundindo o modo de pensar a cidade da classe dominante à qual representava (MONTEIRO, 2009).

É notável, portanto, o interesse dos meios de comunicação em promover tais agentes representantes deste grupo social, o que aponta para mais uma forma de poder que possuíam, que seria o de formar opinião e controlar as demais camadas sociais.

Apesar de Foucault analisar com exclusividade o poder disciplinar presente em instituições como escolas, presídios e hospitais, este conceito também pode ser aplicado a outros contextos e instituições, tal como o estado, no qual os políticos, detentores do poder, definem leis e regras que balizarão a distribuição dos indivíduos no espaço (desta vez não mais o institucional, mas o espaço da cidade) e o controle de suas atividades (o que é permitido naquele ambiente ou não). Considerando, como foi apontado, que este poder estatal brasileiro esteve na mão de um determinado grupo social, formado por homens brancos e ricos, desde o período colonial, concluímos que foram estes os indivíduos que estabelecem o futuro das cidades.

O nascimento da Campinas moderna

Industrialização: a segunda crise urbana de Campinas

A segunda crise urbana pela qual passou a cidade de Campinas, esteve relacionada às mudanças econômicas e sociais pelas quais passavam a cidade no início do século XX. Neste período o complexo cafeeiro do Brasil passava por forte crise, desestabilizando e transformando a economia campineira, que foi pouco a pouco se desligando da economia do café e se conectando à economia industrial (CARPINTEIRO, 1996).

A expansão urbana de Campinas refletiu, desde seu nascimento, os ciclos da economia nacional. No momento em que a economia brasileira se baseava principalmente na extração de minérios, o povoado se formou como um pouso ao longo de um dos caminhos abertos com o intuito de encontrar novas áreas de

exploração. Quando a economia da nação passou a ser primordialmente fortalecida pela agroindústria do açúcar e posteriormente do café, a expansão urbana da cidade de Campinas também se estrutura desta mesma forma. No período de industrialização brasileira, portanto, a organização econômica e urbana de Campinas também se fundamentou nas indústrias (BADARÓ, 1996).

Segundo Carpinteiro, a industrialização no Brasil aconteceu especialmente baseada em três fatores: a abolição da escravidão, a concentração de renda na região sudeste do país (em especial no estado de São Paulo) e a chegada de europeus como trabalhadores livres. Este cenário permitiu a formação de uma classe assalariada que configurou um mercado consumidor interno essencial para a industrialização (CARPINTEIRO, 1996).

Badaró apontou, ainda, que a industrialização no Brasil nasceu como égide do capital cafeeiro e passou por um processo até se consolidar como setor autônomo da economia, entre os anos de 1888 e 1933 (BADARÓ, 1996).

A industrialização campineira começou a apresentar seus primeiros sinais no início do século XX, com pequenas fábricas, como a Carioba, em 1902 ou a Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert, em 1921. A partir de 1918 a produção de algodão, somada ao setor industrial crescente no município, dão nova força à economia da cidade. Incentivadas pela localização, pelo baixo custo em relação à capital e pelos incentivos fiscais, indústrias relacionadas à produção de máquinas e implementos para a agricultura, fios, tecidos e peças de vestuário, couro, produtos químicos e laticínios instalaram-se na cidade. (CARPINTEIRO, 1996; BADARÓ, 1996).

Nas duas décadas que abriram o século XX, como vimos, praticamente não houve expansão do perímetro da cidade, uma vez que a redução populacional causada pela febre amarela deixou como resultado, uma série de espaços vazios que foram, neste momento, ocupados.

Mergulhado no sentimento bairrista que descrevemos anteriormente e na sensação de reestruturação urbana causada pela crescente industrialização, a elite dominante preconizou uma reestruturação urbana, que tinha como propósito uma renovação nos novos ares da cidade. Segundo Carpinteiro este movimento veio como uma resposta à segunda crise urbana e representou a união de uma parte da população ao redor deste problema, com o fim de combatê-lo através da contratação de um plano de urbanismo para a cidade (CARPINTEIRO, 1996).

A contratação de um plano de urbanismo pra a cidade

No ano de 1929, com isso, o então prefeito Orosimbo Maia escreveu uma carta à câmara dos vereadores de Campinas, sobre a importância de se elaborar um plano de urbanismo para a cidade. No mesmo ano aconteceu por parte da administração pública, representada pelo mesmo prefeito, a contratação de dois mapas, um em escala 1:5.000, contendo a cidade de Campinas e outro em escala 1:100.000, contendo o município. (CAMPINAS, 1929a; CAMPINAS, 1929b; BADARÓ, 1996)

Fica evidente aqui o desejo, por parte do prefeito e da administração pública de forma geral, de ordenação do território campineiro, representando, assim como descrevemos no início deste capítulo, uma forma dominadora e impositiva de relação com o território.

Neste contexto de evidente anseio por parte de uma elite econômica, em contratar um plano de urbanismo para a cidade, o então professor de urbanismo da Escola Politécnica de São Paulo, Anhaia Mello, visitou a cidade e apresentou propostas de honorários, além de escrever um relatório no qual apresentava considerações gerais sobre a disciplina do urbanismo e sobre a elaboração de um “Master Plan” para Campinas. Uma das sugestões do professor foi a criação de uma comissão que seria responsável por promover o projeto (BADARÓ, 1996).

No ano de 1931 cria-se, portanto, a Comissão de Urbanismo. Por motivos não explícitos, porém, a contratação de Anhaia Mello junto à Comissão não aconteceu, fazendo com que a elaboração do plano fosse postergada por conta da ausência de um urbanista que pudesse estabelecer suas diretrizes (BADARÓ, 1996).

Em 1933, no entanto, o prefeito Perseu Leite de Barros retomou o assunto, promovendo uma palestra com o engenheiro Carlos W. Stevenson (que não coincidentemente era o atual prefeito da Câmara dos Vereadores), no Rotary Club, sendo este evento o marco da enfim contratação de Prestes Maia (BADARÓ, 1996).

Afim de compreender melhor os interesses que envolviam esta contratação, vale ressaltar alguns pontos sobre a palestra. Primeiramente ressalto o fato de ela ter acontecido no Rotary Club, clube internacional fundado em 1905 em Chicago, nos Estados Unidos, por quatro profissionais locais que, descontentes com a insegurança e violência de sua cidade idealizaram uma associação que incentivasse o companheirismo e o auxílio mútuo (SETTON, 2004).

O “clube de serviços” ou “organização voluntária” que acabou se distribuindo por muitas outras cidades e países do mundo, porém, se constituiu de maneira bastante elitista e segregadora, na medida em que apenas pessoas indicadas por algum dos membros poderiam se associar e, segundo a própria página do clube o novo membro deve “exercer ou ter exercido cargo profissional, executivo, gerencial ou de liderança na comunidade” (ROTARY, 2017).

Segundo Maria da Graça Jacintho Setton, a associação representou (e ainda representa) uma prática que “serve de instrumento de distinção, de aproximação e separação social” (SETTON, 2004, pág. 13). Segundo a autora, o clube opera como uma entidade que converte, através de ostensiva filantropia, o capital econômico dos sócios em *capital social* e *capital simbólico*, que seriam um reconhecimento social e político destes indivíduos, um status social. Através de sua participação, os sócios passam a ser reconhecidos como “homens de bem” (SETTON, 2004).

Com isso, é notável que a contratação de um plano de urbanismo tenha sido realizada neste espaço, apontando fortemente para seu caráter elitista.

Outro ponto que cabe ressaltar no que diz respeito à palestra realizada por Stevenson é o fato de, segundo Badaró, haver indícios de que existiam contratos entre a municipalidade e o engenheiro Prestes Maia que antecederiam o evento, tendo a palestra, portanto, apenas a função de introduzir à comunidade local a ideia da contratação do engenheiro e de medir os ânimos destas pessoas em relação ao projeto para a cidade (BADARÓ, 1996).

Desenvolvimento e aprovação do projeto desenvolvido por Prestes Maia

Após a contratação de Prestes Maia o trabalho de concepção do plano durou quase quatro anos, entre 1934 e 1938, e tinha inicialmente a pretensão de ser, além de um plano de ruas, um projeto regional, que abrangeria as dimensões sociais e políticas da cidade. Por este motivo o projeto era então chamado de plano de urbanismo e não de melhoramentos urbanos como veio a ser denominado anos mais tarde (BADARÓ, 1996).

O primeiro passo na elaboração do plano foi, então, a organização de quadros técnicos, completando a equipe de engenheiros que servia à Diretoria de Obras e Viação e a Diretoria de Águas e Esgoto da prefeitura (BADARÓ, 1996).

Logo após a contratação de Prestes Maia, a Comissão de Urbanismo formada sob recomendação de Anhaia Mello quase quatro anos antes já não estava em funcionamento. O decreto nº 135 de 1935 criou, portanto, uma nova Comissão de Urbanismo, que iniciou imediatamente os trabalhos junto ao engenheiro arquiteto (BADARÓ, 1996).

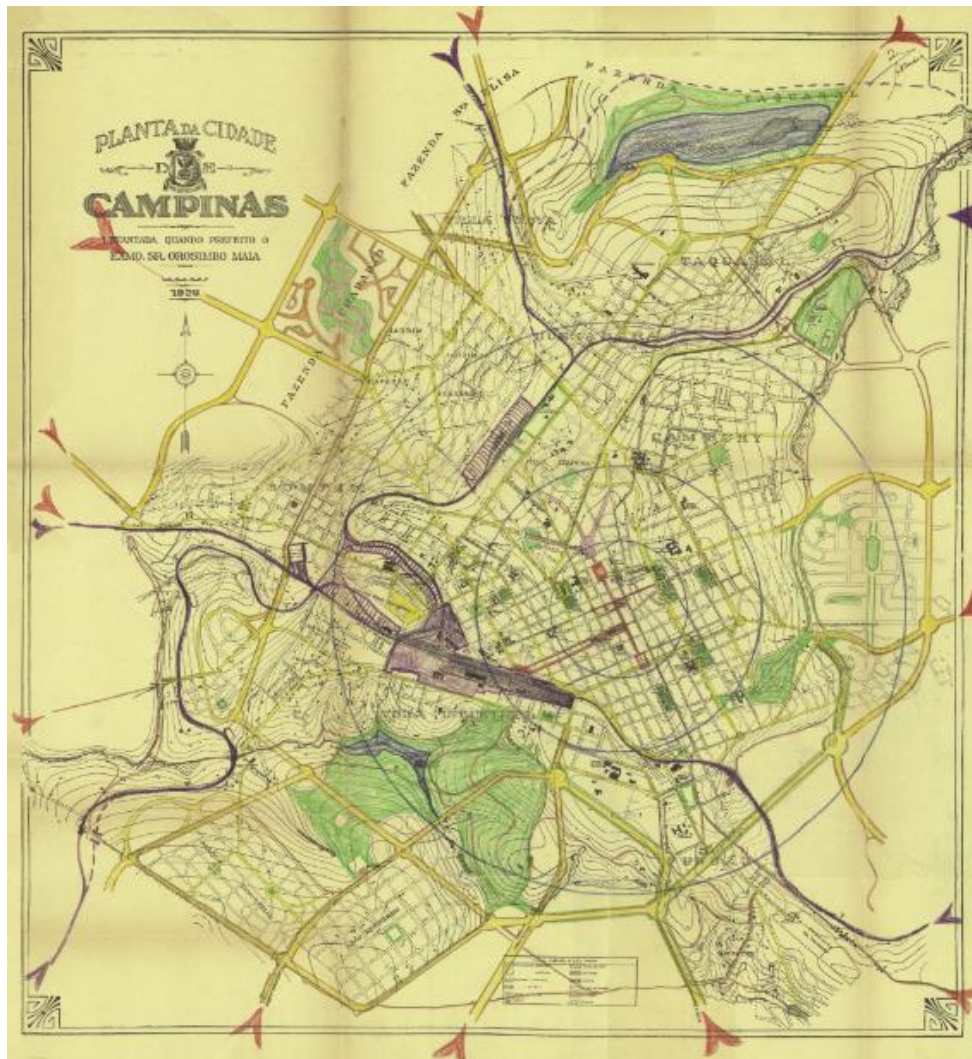


Figura 6 – Planta produzida por Prestes Maia como um estudo para o Plano de Melhoramentos Urbanos. Fonte: Centro de Apoio Didático (CAD) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas

Prestes Maia defendia que o trabalho deveria ser abrangente, técnico, prático e objetivar um período de tempo dilatado. Para tal, baseou-se em experiências estrangeiras, tais como a engenharia viária norte-americana e a regulamentação de construções alemãs (BADARÓ, 1996).

Definiu-se, com isso, baseado em modelos norte-americanos, as etapas de trabalho, que se constituíam em: coleta de dados, inquérito cívico e técnico, elaboração e crítica dos resultados, esboços preliminares, concursos auxiliares, plano propriamente dito, exposição e recursos, relatório, propaganda e estudos complementares e eventuais (BADARÓ, 1996).

Na figura 6 é possível analisar um estudo de Prestes Maia para o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, onde o engenheiro desenhou uma série de avenidas que circundariam a cidade, além de outras que à conectariam com as cidades vizinhas, alguns bairros periféricos com características modernas (ruas orgânicas e hierarquizadas e áreas verdes), além de algumas intervenções na área central da cidade.

Por motivos relacionados à política nacional e ao governo de Getúlio Vargas, em 1936 a Câmara Municipal – que por algum tempo (incluindo este período) foi chamada de Conselho Consultivo Municipal – passou por uma reestruturação, durante a qual todos os vereadores foram substituídos. Com a nova câmara o projeto até então em desenvolvimento perde sua credibilidade e a Comissão de Urbanismo se desestrutura, uma vez que tinha membros da Câmara antiga como alguns dos integrantes (BADARÓ, 1996).

O ato nº 115 de 1936, com isso, criou a Comissão de Melhoramentos Urbanos, que substituiu a antiga Comissão. A alteração do nome da comissão se explica pelo fato de que a “abrangência” que havia norteado o plano inicialmente, não transparecera nos resultados do trabalho até então, ficando limitado ao âmbito da cidade em seu espaço intra-urbano. O novo nome pareceu, aos envolvidos, mais adequado ao projeto que estava em andamento (BADARÓ, 1996).

Segundo Badaró, a Comissão de Urbanismo era composta por representantes indicados pelas diferentes profissões liberais, pelos setores da economia, pela imprensa e entidades ligadas ao serviço público, enquanto que a Comissão de Melhoramentos Urbanos seria composta “pelo prefeito, dois vereadores de escolha da Câmara, dois funcionários municipais e pelos cidadãos de notória competência e idoneidade até o máximo de seis, uns e outros nomeados do prefeito.” (BADARÓ, 1996, pág. 53).

Badaró afirmou que esta nova composição, inspirada na Lei Orgânica do Município e oriunda da Constituição de 1934, tinha menor número de pessoas em sua

composição e não contemplava os setores específicos da comunidade como a comissão anterior supostamente fazia. Ficou, por isso, sujeita às vontades do prefeito, que escolheu todos os seus membros, com exceção dos vereadores (BADARÓ, 1996).

Vale notar, porém, que todas as comissões criadas para auxiliar o desenvolvimento do plano, eram formadas predominantemente – se não unicamente – por homens, brancos de uma elite rica da cidade. O caráter hegemônico e paternalista, portanto, não se limitou à Comissão de Melhoramentos Urbanos como Badaró sugeriu, mas foi um fator que acompanhou o plano em todas as suas etapas.

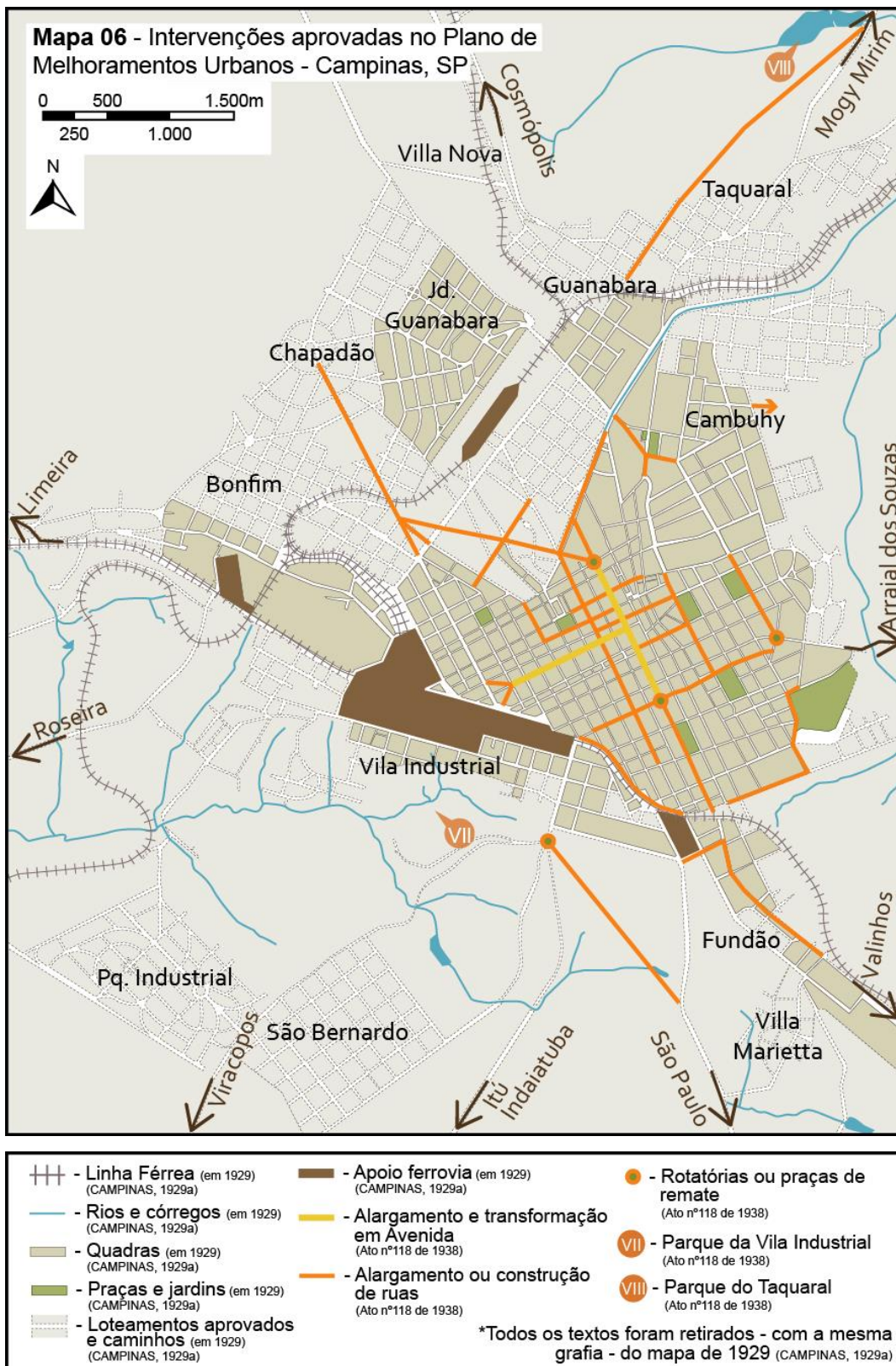
A função de Prestes Maia no processo de desenvolvimento do Plano era a de um especialista que deveria, perante a comissão, explanar conceitos e apresentar seus conhecimentos sobre a disciplina do urbanismo. Segundo Badaró, sobre a função de Prestes Maia:

“A ela caberia ainda fazer propaganda do plano, valendo-se de desenhos, croquis e relatórios, fornecidos pela prefeitura e levados à público através de exposições, palestras e jornais.” (BADARÓ, 1996, pág. 55)

A comissão, por sua vez, encarregou-se de contribuir no processo de desenvolvimento do Plano mas, principalmente, de traduzir o plano em atos oficiais e encaminhá-los à Câmara ou ao Conselho Consultivo. É evidente, portanto, que a subjetividade de todos os participantes da comissão ficou impressa no resultado final do trabalho, que foi o ato nº 118 de 22 de abril de 1938.

Carpinteiro, nesta mesma lógica, afirmou que o resultado final do trabalho de Prestes Maia sofreu modificações por parte da Comissão de Melhoramentos e da tradução em lei por parte da Câmara Municipal. Segundo o autor, teria sido esta intervenção da Câmara a responsável por transformar um projeto urbano amplo em outro mais restrito, voltado inteiramente para a região central (CARPINTEIRO, 1996).

De fato, são poucas as indicações do Ato nº118 que extrapolam os limites do centro de Campinas. Apenas algumas recomendações imprecisas sobre a construção de rodovias e de bairros industriais. Como veremos a seguir, porém, a repercussão do Plano de Melhoramentos aprovado em Campinas foi muito maior do que aquelas previstas no Ato aprovado, uma vez que o sentimento bairrista de renovação abriu



Mapa 06 – Intervenções aprovadas no Plano de Melhoramentos Urbanos – Campinas, SP – produzido pela autora, referências na legenda.

portas para diversas outras intervenções na cidade, tais como a implantação de loteamentos periféricos e a construção de edifícios em altura na região central.

No Mapa 06 é possível observar as intervenções que foram aprovadas pelo Ato nº 118 como consequência do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. Nota-se que grande parte das intervenções estão concentradas na área já urbanizada da cidade e que se resumem, em sua maioria, a indicações de ampliação e, em menor número, construção de vias. Quando comparamos o Mapa 06 com a figura 6, esta concentração das intervenções na área central parece ainda mais evidente, uma vez que muito pouco dos bairros e avenidas previstos inicialmente por Prestes Maia constaram no Ato aprovado.

Ainda sobre o Ato nº 118, é possível notar claramente a ideologia positivista e de caráter modernizador quando analisados alguns de seus trechos, tal como o parágrafo:

Considerando que o referido parecer reconheceu que Campinas necessita da aprovação imediata de um plano de urbanismo, a fim de serem corrigidos os defeitos da cidade e preparar esta última para o progresso futuro, dentro das normas de beleza, estética e bem estar da população. (CAMPINAS, 1938)

Ao apontar a existência de “normas de beleza, estética e bem estar da população” o texto pressupõe que estas normas são únicas e inquestionáveis, deixando transparecer o autoritarismo por trás deste discurso, que considera a cultura dos envolvidos em sua elaboração como a única correta. Este fato torna-se ainda mais evidente a medida que este ideal de beleza vem, segundo o artigo, para “corrigir os defeitos da cidade”, em nome do “progresso”, uma vez que entendemos que os “defeitos” apontados tem relação direta com os territórios menos prestigiados da cidade (muito possivelmente relacionados àqueles levantados no capítulo 2 desta dissertação) e que sua “correção” significou uma tentativa de organizá-los segundo preceitos europeus, coibindo a existência de outras possibilidades de organização do território. Além disso, os dizeres “ordem e o progresso”, mote principal do pensamento positivista, encontram-se plenamente representados no trecho em questão, não restando dúvidas sobre a ideologia implícita.

O nascimento da Campinas moderna

O bairrismo, o anseio por modernidade e o fomento às soluções para a crise urbana de Campinas do começo do século XX, não trouxeram como resultado apenas a aprovação do Plano de Melhoramentos, mas sim um conjunto de modificações que transformou completamente a paisagem urbana até o final da década de 1950. Para fins de entendimento sobre esta intensa transformação, dividiremos as intervenções realizadas neste período em dois grupos: As intra-urbanas, sendo aquelas realizadas no interior da malha urbana consolidada até então, e as extraurbanas, aquelas realizadas fora dos limites urbanos desta malha.

As intervenções extraurbanas foram as que apresentaram os primeiros sinais neste processo, tendo como marco a aprovação do loteamento Jardim Guanabara em 1920, por uma empresa particular chamada São Paulo Land & Co (CARPINTEIRO, 1996). É possível observar a presença deste loteamento no mapa contratado pela municipalidade em 1929 (CAMPINAS, 1929a), representado aqui no Mapa 06⁶⁵, no qual nota-se que este foi o primeiro trecho de cidade construído de forma descontínua em relação à malha urbana original.

No mesmo mapa, nota-se a existência dos loteamentos Pq. Industrial e São Bernardo, que aparecem como trechos já aprovados mas ainda em fase de implantação. Nestes, a descontinuidade em relação à malha urbana existente se apresenta de maneira ainda mais evidente, sendo conectados à cidade apenas por caminhos. Esta desconexão pode ter acontecido por motivos de disponibilidade de terras, ou seja, porque essas foram as áreas que a empresa responsável conseguiu para lotear, mas também podem ter acontecido intencionalmente, com a finalidade de deixar livre o trecho entre a Vila Industrial e o Pq. Industrial/São Bernardo, que certamente valorizou com a implantação destes dois últimos.

Fato é que, junto com a aprovação daquele primeiro loteamento chamado de Jd. Guanabara, também entraram em cena em Campinas as empresas do setor imobiliário, que, assim como qualquer empresa privada, tinham claras intenções de lucro. Por este motivo, as diretrizes de crescimento da cidade passaram a ser, neste momento, circunscritas pelo capital. É sabido que um dos instrumentos de lucro destas empresas baseia-se na especulação imobiliária, o que justificaria amplamente a estratégia de valorização anteriormente indicada.

⁶⁵ Os mapas 01, 02, 03, 04 e 05 também contém esta informação.

Vale notar que todo o processo de modernização da cidade de Campinas neste período, tanto intra-urbano quanto extraurbano, foi realizado com intenções de valorização da cidade, funcionando como um grande instrumento do setor imobiliário em expansão.

Nos anos seguintes foram diversos os projetos aprovados pela prefeitura, somando até 1930 um total de 21 loteamentos que deram início à formação dos bairros periféricos de Campinas. Entre os anos de 1945 e 1954 a área urbana da cidade cresceu praticamente 3,5 vezes, indo de 16.246.000m² para 52.921.000m² (CARPINTEIRO, 1996).

No Mapa 07 este crescimento se apresenta de forma bastante visível, sendo possível observar os diversos loteamentos implantados entre os anos de 1929 e 1952. Ao compararmos o Mapa 06 com o Mapa 07, é possível fazer algumas observações acerca do crescimento urbano de Campinas neste período. É possível observar, por exemplo, que a maioria dos novos loteamentos tiveram influências bastante claras do urbanismo moderno europeu, com uma quantidade significativa de áreas verdes, ruas hierarquizadas e com desenhos orgânicos e nomes que incluíam a qualidade de “parque” ou “jardim” aos bairros, refletindo a ideia do morar entre o campo e a cidade proposta por urbanistas modernos. Os bairros Nova Campinas, Jardim Paraíso (atual Jardim Guarani), Jd. Proença e Alto Taquaral (indicados no Mapa 07) são exemplos claros desta tipologia.

Apesar de alguns autores que estudaram o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, tais como Badaró (1996) e Carpinteiro (1996), afirmarem que o resultado deste projeto foi apenas o alargamento e a construção de ruas na região central da cidade, o Mapa 07 indica o contrário. Ao analisar a planta produzida por Prestes Maia (figura 6) em comparação com o Mapa 07, é possível observar que, ainda que os bairros extraurbanos previstos pelo engenheiro, não tivessem sido traduzidos para o Ato nº118, que aprovou o Plano de Melhoramentos Urbanos, acabaram sendo construídos pela iniciativa privada. Mesmo que os traçados não tenham sido exatamente iguais aos do engenheiro, os bairros apontados e indicados no Mapa 07 possuem características e diretrizes muito similares àqueles.

Além dos loteamentos, algumas “avenidas parque” foram construídas nestes territórios, tais como a Av. José de Souza Campos (Norte-Sul)⁶⁶ e a Av. João Jorge⁶⁷. Nestas, as áreas verdes e o generoso leito carroçável para o bom funcionamento do tráfego automobilístico, formavam a combinação moderna perfeita entre natureza e industrialização.

Ainda que estas intervenções não tenham relação direta com o Plano de Melhoramentos Urbanos, todos eles nasceram de um desejo comum, que foi o anseio por modernidade.

As intervenções intra-urbanas realizadas no período, por sua vez, tiveram início na década de 1930 e se tornaram mais intensas entre as décadas de 1940 e, principalmente, 1950. Estas, podem ainda ser divididas em dois grupos: a construção de edifícios em altura e o alargamento e construção de vias.

Sobre a construção de edifícios em altura, seu marco inicial foi a construção, em 1935, do primeiro “arranha céu” da cidade, o Edifício Sant’Ana, com sete pavimentos localizados à esquina das ruas Barão de Jaguará e César Bierrenbach. Desta data até o ano de 1945 alguns outros edifícios altos foram construídos na cidade, porém ainda de maneira pontual. A partir de 1945 e, principalmente, ao longo de toda a década de 1950, no entanto, esta verticalização tomou proporções bastante significativas, transformando completamente a paisagem da região central de Campinas (CARPINTEIRO, 1996).

Além da verticalização, os edifícios do centro de Campinas sofreram também uma intensa modificação de estilo e de atividades. O aspecto geométrico das novas construções substituiu grande parte dos ornamentos presentes nos edifícios mais antigos e o comércio de consumo imediato tomou o lugar das antigas casas comissárias e dos exportadores relacionados à produção de café. As residências térreas deram lugar aos apartamentos, que se misturaram entre as outras funções urbanas. Os cortiços haviam desaparecido (CARPINTEIRO, 1996).

O alargamento e a construção de ruas foram as únicas partes deste processo de modernização cujo intermediário foi o poder público, através da municipalidade. Estes aconteceram de maneira paralela à construção dos edifícios em altura e ambos estavam relacionados ao Plano de Melhoramentos Urbanos, uma vez que os

⁶⁶ Indicada no Mapa 07 como o item A

⁶⁷ Indicada no Mapa 07 como o item B

alargamentos aconteceram, em sua maioria, nas ruas indicadas pelo Plano e os edifícios foram construídos mais intensamente nestas mesmas vias que se tornariam as principais da cidade.

O marco inicial deste processo de transformação das vias ocorreu antes mesmo da aprovação do Plano, com a remodelação do Largo da Catedral em 1936 que, ainda que tenha sido pontual, previa as futuras intervenções na área. A desapropriação integral do quarteirão destinado ao atual fórum (segundo Badaró mediante negociação “amigável”) que viria a compor o novo largo do Rosário também foi uma das primeiras intervenções realizadas neste período (BADARÓ, 1996).

Pensando no impacto que grandes obras causariam ao ambiente urbano, o Plano de Melhoramentos Urbanos previu uma implantação gradual, que poderia durar de 30 a 50 anos. Desta forma, os primeiros anos depois de sua aprovação, entre 1938 e 1955, foram marcados pelas prolongadas obras, durante as quais era comum que a prefeitura desapropriasse apenas uma parte das quadras, resultando em um centro com aspecto descontínuo e irregular (BADARÓ, 1996).

No ano de 1950, a administração pública sente a necessidade de uma revisão do Plano de Melhoramentos Urbanos, sendo aprovada no ano seguinte a Lei nº 640 de 1951, que revisou o Plano. As modificações mais significativas entre a primeira lei e esta segunda foram a alteração do alargamento da rua Moraes Sales no lugar da rua Conego Cipião, que constava na lei anterior, e a aprovação de um viaduto conectando a Av. João Jorge à Moraes Sales, e conseqüentemente a Vila Industrial ao centro da cidade, atravessando a linha férrea (CARPINTEIRO, 1996; BADARÓ, 1996).

A década de 1950 foi marcante na cidade de Campinas. Segundo Carpinteiro esta foi a década da transição entre a Campinas rural do café e a Campinas industrial e urbana, uma vez que a implantação de indústrias, o crescimento populacional e a expansão da área urbana transformam profundamente as características da cidade, que perdeu seu aspecto tradicional e assumiu características modernas (CARPINTEIRO, 1996).

O ano de 1956 foi decisivo para a transformação do centro. Com a posse do prefeito Rui Novaes, a implantação do plano tomou outras proporções. Com recursos e determinação política o prefeito impôs novo ritmo às obras, resultando em uma grande aceleração no processo de demolição previsto pelo Plano. A partir de então, a

malha ortogonal indiferenciada deu lugar à um sistema viário hierarquizado, não só através da largura das ruas, mas também de sua verticalização e caráter moderno de seus edifícios. A Avenida Francisco Glicério, por exemplo, se tornou a principal da cidade e sua verticalização e modernização foram, também, das mais intensas (BADARÓ, 1996; CARPINTEIRO, 1996).

A torre da Catedral “desapareceu” da paisagem urbana em meio aos novos grandes edifícios. A demolição da igreja do Rosário e sua localização frente ao Fórum marcam a mudança de localização do Centro Cívico da cidade, do Largo da Catedral para o Largo do Rosário. A igreja deixou de representar o foco da vida urbana (CARPINTEIRO, 1996).

Esta transformação trouxe como resultado principal, segundo Carpinteiro, a constituição efetiva de um centro urbano em Campinas, cuja existência era de grande interesse para a formação do emergente mercado imobiliário. Com a formação desse centro diluiu-se, também, o sentimento de crise (CARPINTEIRO, 1996).

Uma matéria de duas partes denominada “Campinas, autêntica cidade laboratório” escrita em 1957 pelo jornal Visão, de São Paulo, conta a trajetória do então prefeito Rui Novais, um homem branco e poderoso, que a notícia traz como alguém que teve uma infância “modesta e dificultosa”, e que se inseriu, com muito esforço, no mercado imobiliário e se elegeu prefeito sem ter nenhuma experiência em outro cargo político. Segundo a notícia, o “prefeito-homem-de-negócios”, com sua visão do setor imobiliário, surpreendeu ao executar os “grandes planos de expansão que o progresso da cidade exigia”. Fica claro aqui que a ideia de progresso é tratada, neste contexto, como objetivo inerente ao crescimento da cidade e que as possíveis discordâncias a respeito de uma administração pública liberal, que tratava a cidade como mercadoria, foram totalmente naturalizadas (VISÃO, 1957).

Sobre este processo, o jornal aponta:

“Algo novo está acontecendo no panorama político administrativo brasileiro. Um jovem homem de negócios (32 anos) transformou a prefeitura (Campinas) numa grande empresa: em menos de um ano, compras, vendas e trocas puseram em funcionamento rápido antigos planos de urbanismo, pavimentação, distribuição de água e esgoto. Picaretas abriram ruas mais largas para o progresso e o que se verificou

foi surpreendente confiança de toda uma população nos novos processos administrativos que dirigem sua cidade.” (VISÃO, 1957)

O caráter empresarial com que a notícia trata o prefeito e a prefeitura evidenciam a natureza imobiliária e capitalista das intervenções realizadas. Os sentimentos de progresso e bairrismo que guiaram todo o processo, por sua vez, foram utilizados como simples ferramentas de promoção destas estas atividades.

Intervenções urbanas e os territórios de matriz africana: uma sobreposição

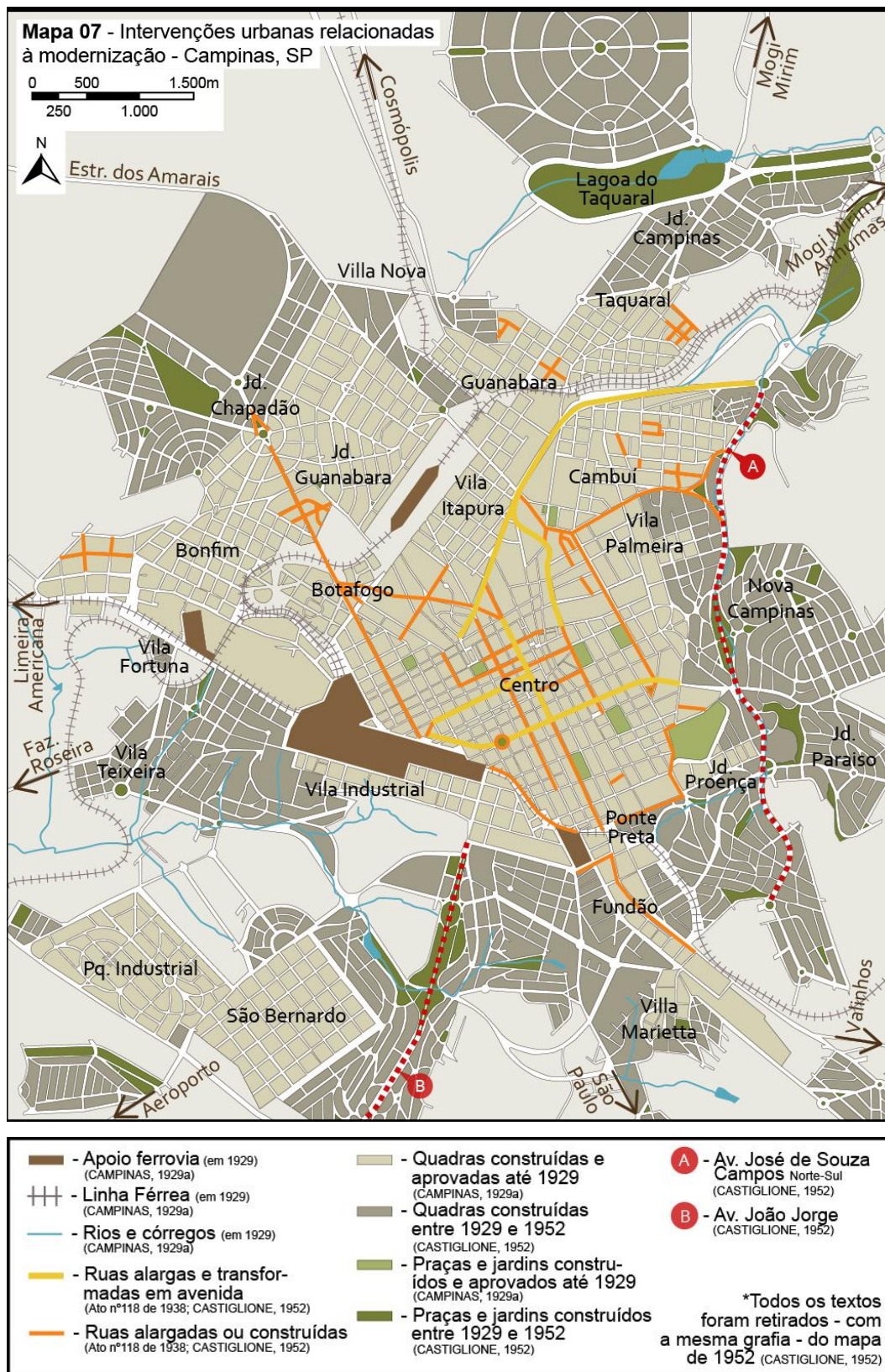
Como vimos, foram dois os momentos de grandes intervenções na cidade de Campinas entre a abolição do sistema escravocrata e a metade do século XX. O primeiro esteve marcado por uma sequência de epidemias de febre amarela, que geraram intensa crise urbana na cidade e trouxeram como consequência uma série de investimentos públicos relacionados à salubridade. O segundo, por sua vez, esteve relacionado à crise do café, à industrialização e à um desejo de modernização da cidade e trouxe como consequência a aprovação de um plano de urbanismo e uma transformação radical do centro da cidade de Campinas, que incluiu verticalização, hierarquização das ruas e incorporação das construções em preceitos modernos.

Em ambos os casos as intervenções urbanas foram pensadas e realizadas por uma estrutura social que se baseava em preceitos brancos. Tais preceitos, portanto, certamente influenciaram a maneira como estes eventos aconteceram na cidade, gerando, ainda que aparentemente estes não fossem o alvo principal, invisibilidade e exclusão à camada da sociedade que não se comportavam de acordo com estes valores.

Apresentaremos, a seguir, alguns exemplos de como esta invisibilização e exclusão aconteceram, com foco nos ataques à cultura de matriz africana, tanto nas intervenções relacionadas às obras de saneamento quanto nas relacionadas às obras de modernização.

Saneamento e territórios de matriz africana

Sobre as intervenções relacionadas ao saneamento abordaremos em primeiro lugar uma questão que já foi introduzida neste trabalho: a perseguição aos cortiços.



Mapa 07 – Territórios de matriz africana e intervenções urbanas – Campinas, SP - produzido pela autora, referências na legenda.

Conforme apontamos no segundo capítulo desta dissertação, os cortiços foram, entre o final do século XIX e a primeira metade do XX uma das formas mais comuns de habitação de negros e negras que viviam na cidade. Por apresentarem alternativas de habitação mais acessíveis, os cortiços abrigavam aqueles que viviam com poucos recursos, como foi o caso dos trabalhadores livres negros, mas também de alguns imigrantes europeus, especialmente italianos. Como vimos também, apesar de os cortiços não abrigarem apenas a população negra, representavam uma forma de habitação mais próxima dos costumes afro-brasileiros do que dos euro-brasileiros, uma vez que configuravam espaços mais coletivos e com uma noção de comunidade que de alguma forma se assemelhava ao morar africano.

Sua perseguição, portanto, não representou apenas uma negação à insalubridade como se declarava durante as intervenções relacionadas aos surtos de febre amarela, mas também à uma forma de habitação não europeia.

As intervenções que trouxeram mais mudanças no espaço urbano de Campinas neste período foram a drenagem de áreas alagadiças e a canalização de alguns córregos que cortavam a cidade. Ao sobrepor estas intervenções com os anteriormente mapeados territórios de matriz africana, alguns fatores nos chamam a atenção.

Primeiramente, nota-se que dois dos largos que foram drenados e posteriormente remodelados, coincidem com as regiões apontas por Valter Martis (2002, 2003, 2007, 2009)⁶⁸ como locais amplamente frequentados por afro-brasileiros na segunda metade do século XIX.

O Largo Carlos Gomes, segundo o autor, reuniu a população negra da cidade, que frequentava o Mercado Grande com a intenção de vender produtos e arrecadar algum dinheiro para seu sustento. Além disso, Martins indica que os arredores desta região estavam cercados por cortiços, botequins e biombos onde viviam pessoas negras.

O Largo do Jurumbeval estava igualmente rodeado por biombos, cortiços e botequins, sendo, de acordo com a pesquisa do historiador, o local mais frequentado pela população negra na segunda metade do século XIX.

⁶⁸ Indicados no capítulo 2 desta dissertação, no item “Territórios urbanos de matriz africana em Campinas”.

Por terem sido as áreas escolhidas para drenagem, infiro que eram também as mais alagadiças da cidade. Era comum, portanto, que a população negra vivesse nas áreas mais alagadiças durante a segunda metade do século XIX, o que certamente acentuou o discurso que relacionava os cortiços à falta de salubridade da cidade e facilitou a perseguição destes tipos de habitação.

Os projetos de drenagem e remodelação destes largos provavelmente vieram acompanhados de uma expulsão dos residentes destas regiões, uma vez que os cortiços são sempre citados como os maiores alvos das intervenções relacionadas aos surtos de febre amarela.

No caso das proximidades do Largo Carlos Gomes, outro fato também merece destaque: a instalação do Desinfetório Central de Campinas no edifício que anteriormente abrigava o Mercado Grande. Esta substituição de funções parece bastante significativa considerando a localização do edifício (em um território cercado por cortiços e bastante frequentado por negros) e sua função anterior que, como vimos no capítulo dois, esteve amplamente associada ao trabalho de negros e outras pessoas menos abastadas. A instalação do Desinfetório neste local, portanto, representou simbolicamente uma limpeza, ou podemos dizer “desinfecção”, do edifício e, conseqüentemente, de seu entorno.

Modernização e territórios de matriz africana

No caso do período entre os anos de 1920 e 1960, que destacamos como um segundo momento de mudanças urbanas na cidade de Campinas, a sobreposição entre as intervenções e os territórios relacionados à matriz africana são um pouco mais complexos. A modernização da cidade envolveu um espaço de tempo e um número de personagens muito maior do que a anterior.

Vale explicitar, primeiramente, que a contratação, aprovação e execução do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, assim como a implantação de edifícios altos e de loteamentos, teve como objetivo principal a valorização do território campineiro para favorecimento de um mercado imobiliário em expansão. A impressão de elementos de modernidade, tais como as ruas largas, os parques e os edifícios em altura, foi utilizada neste contexto como uma ferramenta de valorização da cidade. Em conjunto com estas ferramentas, utilizou-se outra muito comum nos processos de valorização urbana: a expulsão de determinados grupos sociais, considerados indesejados, do território a ser valorizado. Esta segunda ferramenta, entretanto, é, na

maioria dos casos, utilizada de maneira velada, sendo encoberta pelas demais intervenções, tais como a modernização que aconteceu neste caso.

Defende-se aqui a hipótese de que a expulsão da população negra das áreas centrais da cidade neste período, fizeram parte de um plano velado de valorização do espaço urbano campineiro.

Em segundo lugar, proponho uma reflexão poética que rememora a teoria de Diop (2014), apresentada no primeiro capítulo desta dissertação. O autor sugere que a humanidade atual teria se originado a partir de dois grupos, um de origem meridional (com características fortemente femininas, comunitárias e baseada no uso coletivo da terra) e outra de origem setentrional (com características fortemente masculinas, individualistas e baseada na disputa por território). O grupo meridional, segundo Diop, teria originado os povos africanos, enquanto que o grupo setentrional, os europeus. Parece bastante claro que os povos de origem africana e os de origem europeia estejam em dois polos opostos, sendo simbolicamente duais, o primeiro mais afinado com a polaridade feminina e o segundo mais afinado com a polaridade masculina.

À isso uniremos ainda outros conceitos que, no contexto das relações ocidentais são entendidos como duais: urbano e rural ou cidade e campo ou ainda civilidade e rusticidade. Estando cidade, urbano e civilidade associados às características de masculinidade, portanto europeias, enquanto que rural, campo e rusticidade se unem às características de feminilidade, portanto africanas.

Sendo o processo de modernização da cidade de Campinas também um processo de urbanização e, mais ainda, de afirmação da urbanidade, tal como afirma Carpinteiro (1996), as transformações pelas quais passou a cidade de Campinas foram, de alguma forma, uma afirmação à cultura de origem europeia e, na mesma medida, uma negação da cultura de origem africana. Deste modo, independentemente de qualquer expulsão de população negra que tenha havido neste período, a primeira metade do século XX e todos os seus projetos e intervenções urbanas representaram, para Campinas, um processo de eliminação da cultura negra.

Com isso posto, analisaremos as relações entre as modernizações da cidade de Campinas na primeira metade do século XX e os territórios de matriz africana levantados sobre o mesmo período.

- *O caso da Igreja do Rosário*

Abriremos as análises com o caso que, desde seu projeto até sua execução, foi o mais polêmico entre as propostas do Plano de Melhoramentos Urbanos: a demolição da Igreja do Rosário, justificada pela suposta necessidade de alargamento da Av. Francisco Glicério (BADARÓ, 1996).

A igreja, cuja história e relação com a cultura de matriz africana apresentam-se descritas no segundo capítulo desta dissertação, foi construída em 1817, remodelada em 1895 e demolida em 1956, mesmo ano que muitos outros edifícios da cidade vieram a baixo, sob determinação do então prefeito Rui Novaes.

Logo no início deste processo, quando foram divulgadas as medidas incluídas no Plano de Melhoramentos, houve discordância por parte de uma parcela da população, como é possível perceber em material jornalístico da época:

“O alargamento da rua Campos Salles, pelo lado da Igreja do Rosário e do edifício da Companhia Mogiana, que são dois prédios mais importantes dessa cidade [...] Se os respeitáveis membros da Comissão de Urbanismo não fossem bem conhecidos, teríamos a certeza de que ahí se esconde algum iconoclasta!” (O URBANISMO, in CARPINTEIRO, 1996)

Neste trecho do jornal “O Urbanismo” de 1936 nota-se que a boa imagem dos homens brancos envolvidos na concepção do plano foi decisiva para a aceitação popular, uma vez que os “respeitáveis membros da Comissão de Urbanismo” eram “homens de bem”, tal como todos os homens públicos e poderosos da cidade, como descrevemos anteriormente.

Nota-se, ainda, que houve estranhamento relacionado à proposta de demolição da Igreja, o que reafirma seu valor histórico e social para a cidade.

Já no ano de 1956, quando a demolição foi enfim realizada, o discurso da maioria dos jornais, ou ao menos os que encontramos disponíveis para pesquisa, era outro. A estranheza relacionada à demolição transformou-se em inevitabilidade, como é possível perceber a seguir:

“A iniciativa chegou a provocar confusões, a princípio. E o próprio povo não deixou de revelar uma suspirosa tristeza quando viu vir à baixo uma velha igreja (com mais de 200 anos). Quando cessou, porém, a

barulheira das demolições e a cidade ressurgiu com um aspecto novo de juventude e força, o povo sentiu o progresso.” (VISÃO, 1957)

É notável que o jornal não se propõe a levantar argumentos contra a demolição da igreja, desmoralizando a opinião daqueles que seriam contrários à esta ação e colocando estas pessoas como meras desentendidas da inegável necessidade de progresso pelo qual a cidade passava. Recurso bastante condizente com o contexto em que o plano foi proposto, no qual o engenheiro era visto como aquele que entendia as dinâmicas e enxergava as melhores soluções para a cidade enquanto que o habitante era apenas um leigo, cujas impressões poderiam ser relevadas.

O distanciamento com que se trata a construção religiosa, ainda, ao chama-la de “uma velha igreja”, carrega a impressão de que a igreja não teria relevância alguma na dinâmica urbana, social, cultural ou política da cidade, mais uma vez desmoralizando a possibilidade de sua não demolição.

Por fim, a ideia de progresso é utilizada para justificar a demolição, em concordância com o que apontamos anteriormente sobre a utilização deste ideal como um pretexto para modelar a cidade às regras daqueles que se encontravam no poder. Neste processo de demolição, o âmbito cultural no que diz respeito à origem negra deste território destruído pela remodelação urbana, não foi considerado como valor para a sua preservação, uma vez que os atores por trás de sua elaboração à isso não deram importância.

Cabe apontar que, num período anterior ao Plano de Melhoramentos Urbanos a malha urbana de Campinas era composta por ruas ortogonais sem hierarquia, ou seja, todas as ruas tinham a mesma largura e a mesma tipologia de construção. Supõe-se, com isso, que a escolha da então rua Francisco Glicério para compor a principal avenida da cidade se deu de maneira optativa entre aqueles que desenvolveram o plano. Porque então escolheu-se uma rua cujo alargamento acarretaria na demolição de uma das igrejas mais importantes da cidade e não outra qualquer? A escolha, por exemplo, da Barão de Jaguara ou da Regente Feijó representariam poucas alterações no plano uma vez que, sendo paralelas à Francisco Glicério, seu sentido e conexões representariam as mesmas configurações do que o projeto aprovado.

Vale ressaltar aqui ainda o fato de a desapropriação para implantação do Fórum que compõe o Largo do Rosário ter sido a segunda ação concreta do Plano, indicando uma necessidade bastante urgente por parte das administrações públicas em compor

a praça cívica que é hoje o Largo do Rosário. É possível, portanto, que o desejo de demolição da igreja para composição completa do largo já estivesse latente à época e que sua postergação tenha se dado por receio das reações que esta intervenção geraria.

- *O fim dos cortiços*

É sabido que, além da Igreja do Rosário, outros diversos edifícios foram demolidos no centro da cidade de Campinas entre a aprovação do Plano de Melhoramentos Urbanos, em 1938, e as ações do prefeito Rui Novaes, em 1956. Porém, poucos são os relatos que descrevem quais eram estes edifícios e que tipo de atividades eles ocupavam.

Segundo Carpinteiro (1996), os cortiços foram completamente removidos do centro da cidade neste período e apenas nos quarteirões periféricos restaram alguns bolsões residenciais, o que nos faz considerar que grande parte destes edifícios demolidos tenham sido aqueles que abrigavam os cortiços da cidade.

Algumas das ruas que tiveram sua largura alterada durante este processo nos indicam possibilidades sobre a localização destes cortiços demolidos. A rua da Abolição, por exemplo, teve sua largura alterada para 16 metros, gerando desapropriações e demolições de seu lado par, entre a rua Álvaro Ribeiro e a linha férrea, o que pode ter trazido como resultado a eliminação de habitações de negros e de cortiços que, como apontamos no capítulo dois, viveram nesta rua depois de 1888.

Lê-se em um dos artigos do ato nº118/1938, que aprovou o Plano de Melhoramentos Urbanos, que:

Art 6º - Ficam declaradas de utilidade pública, para serem adquiridas por compra, permuta, doação ou desapropriadas, as faixas de terrenos necessárias para os melhoramentos determinados por este Ato⁶⁹

Nota-se que, depois de aprovada a ampliação e construção das ruas previstas pelo Plano, os proprietários não tiveram escolha senão vender, trocar ou doar suas casas e terrenos à municipalidade. Apesar de corriqueiro entre àqueles que estão habituados com legislações de projetos urbanos, considero importante ressaltar que este artigo entregou grande poder aos legisladores e executores, que poderiam

⁶⁹ Ato municipal nº 118 de 23/04/1938

desapropriar imóveis como bem entendessem. É muito provável, com isso, que os imóveis que foram demolidos neste período não tenham sido aqueles que este grupo de pessoas julgava importantes para a cidade.

No caso do Cambuí, encontramos poucos registros sobre projetos urbanos que tenham atingido seus cortiços no período. O único indício de que ocorreram modificações neste bairro foram as poucas alterações na malha urbana, observadas entre os mapas de 1929 e 1952, como é possível observar nos mapas 07 e 08. Até 1929 a representação do alto Cambuí (onde estariam instalados a maior parte dos cortiços) aparece de forma tracejada, ou seja, suas vias ainda não estavam consolidadas. Questiona-se, com isso, se estas vias representadas em 1929 eram de fato caminhos existentes que careciam apenas de pavimentação, ou se eram um projeto da municipalidade que almejava certo controle daquele território.

Já na representação realizada em 1952, a malha urbana do alto Cambuí aparece consolidada, porém com algumas pequenas alterações viárias, indicadas no Mapa 08 em laranja. Não sabemos, porém, se estas modificações ocorreram como um projeto ou se são apenas o resultado da implantação efetiva desta malha urbana, que estava anteriormente em fase de implantação.

Apesar de não ter sido encontrado nenhum registro de projetos urbanos que atingissem a região do Cambuí no período, sabemos que houve expulsão dos cortiços e da população negra, tal como abordado no capítulo dois. Este fato indica que houveram, para além dos alargamentos de rua e demais intervenções relacionadas ao Plano de Melhoramentos Urbanos, outros mecanismos de modernização que acarretaram nesta expulsão. Teriam estes mecanismos sido o aumento de impostos, tal como sugeriu uma das pessoas entrevistadas por Alessandra Martins (2016)⁷⁰? Teria a modernização aumentado o valor dos imóveis de modo que os moradores menos abastados se vissem tentados a vender suas propriedades? A resposta para estas perguntas ainda não possuímos. Sabemos, porém, que os mecanismos de modernização e de expulsão de grupos indesejados não se limitaram às intervenções do Plano e que estes não são, ainda, integralmente conhecidos.

⁷⁰ Abordado no capítulo 2

- *Os Parques*

O Plano de Prestes Maia previa também a reforma do Bosque do Jequitibás e a construção de três novos parques na cidade: o Parque do Saneamento, o Parque da Vila Industrial⁷¹ e o Parque do Taquaral⁷². O primeiro não teve sua localização muito bem definida, sendo sua construção descrita apenas como “aproveitando-se os terrenos pertencentes ao município”, já os dois últimos localizavam-se, conforme se sugere, no bairro Vila Industrial e na região da Lagoa do Taquaral⁷³.

Sobre estes dois últimos parques, suas localizações foram apontadas anteriormente como possíveis territórios de matriz africana. A lagoa do Taquaral foi apontada por ter recebido lavadeiras, já o bairro do Taquaral, por apresentar construções mapeadas na cartografia do município que se assemelhavam a outras nas quais a história negra esteve confirmada. Já o bairro da Vila Industrial foi apontado por ter sido um bairro popular que recebeu trabalhadores das ferrovias, que eram em parte negros.

Entre todos os parques previstos no Plano, apenas o do Taquaral foi representado em 1952⁷⁴, o que indica sua implantação até esta data.

Ainda assim, a existência destes parques no campo ideológico do Plano sugere um desejo de controle de algumas áreas entendidas nesta dissertação como frequentadas por uma população negra, que era considerada indesejada.

⁷¹ Indicado nos Mapas 06 como o item VII.

⁷² Indicado nos Mapas 06 como o item VIII.

⁷³ Ato municipal nº 118 de 23/04/1938.

⁷⁴ Indicado nos Mapas 07 e 08.

Conclusão

As conclusões acerca do conteúdo apresentado nesta dissertação foram sendo construídas ao longo de seus quatro capítulos. Neste ponto final, portanto, faremos apenas uma síntese das temáticas anteriormente analisadas e algumas observações pontuais.

No início deste trabalho abordamos alguns contextos e trajetórias que foram decisivos para a formação de uma cultura e de uma identidade afro-brasileiras especialmente em Campinas, tal como as circunstâncias nas quais os africanos foram trazidos para o Brasil, quem foram estas pessoas e as como as economias do açúcar e do café geraram uma população negra expressiva na cidade de Campinas.

Analisamos também a teoria escrita por Diop sobre a origem da humanidade, que teria se dado através de dois grupos distintos, um meridional, baseado em preceitos femininos de coletividade e uso coletivo da terra e outro setentrional, baseado em preceitos masculinos de individualidade e disputa por território. As teorias racistas criadas no século XIX, que buscavam afirmar uma inferioridade da “raça” negra também foram abordadas, assim como a repercussão destas teorias no Brasil, onde o racismo, ainda que seja muitas vezes invisibilizado, foi decisivo em determinadas políticas públicas, tal como o incentivo à imigração, e é decisivo para se compreender a cultura e a identidade afro-brasileiras.

Em seguida, no capítulo dois, algumas das características identificadas como próprias da cultura afro-brasileiras foram traduzidas em termos de território. Além disso foram levantadas diversas possibilidades no que diz respeito à localização territorial da população afro-brasileira entre os anos de 1888 e 1956.

Por fim, no terceiro e último capítulo, foram analisadas as intervenções urbanas que aconteceram em Campinas entre 1888 e 1956, considerando-as uma consequência territorial de ações relacionadas à branquitude, ao controle e ao poder. As intervenções foram divididas em dois grupos, aquelas realizadas com foco na melhoria do saneamento da cidade, como uma consequência dos surtos de febre amarela, e aquelas realizadas com foco na modernização da cidade, como uma consequência de um sentimento bairrista e de um desejo por modernidade e progresso. Ambos os grupos de intervenções foram, enfim, sobrepostos aos

anteriormente levantados, territórios de matriz africana, apontando possíveis relações entre eles.

Com isso, concluiu-se que a cultura e identidade euro-brasileiras, com seu senso de dominação e poder, se impôs e coagiu a cultura e identidade afro-brasileira, fazendo nascer um ambiente urbano campineiro marcado pela identidade branca dos barões do café e pela invisibilização da negritude no que diz respeito aos corpos negros e, também, à cultura que se criou em território brasileiro a partir de uma ancestralidade africana.

Além disso, construiu-se a partir das ações deste grupo dominante, uma ideia de inevitabilidade relacionada à consolidação do espaço urbano e ao crescimento das cidades brasileiras, inclusive de Campinas, no qual a urbanização moderna, com sua estética, densidade e organização sócio espacial, foi inserida no imaginário urbano como um feito essencial para o bem estar da cidade. Outras possibilidades de estética, densidade e organização sócio espacial, com isso, foram completamente desconsideradas.

Concluimos também que existe uma relação direta entre planejamento urbano e invisibilização de territórios específicos da cidade e que, através de ferramentas como o planejamento e a gestão urbana, as elites dominantes impõem sua cultura à cidade, deslegitimando as demais.

Dessa maneira, a ideia de memória, conteúdo dificilmente contemplado nas análises sobre o urbano, apresentam-se aqui de forma expressamente concreta e fundamental para uma compreensão mais detalhada das dinâmicas territoriais da cidade de Campinas.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. Tabernas e Botequins: cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821). Revista Acervo; v. 24; nº 2. Rio de Janeiro, 2011.

ARTEAGA, Juan Manuel Sánchez. La racionalidad delirante: el racismo científico en la segunda mitad del siglo XIX. Revista da Asociación Española de Neuropsiquiatría, vol. XXVII. Madrid, 2007.

BADARÓ, Ricardo. Campinas: o despertar da modernidade. Área de Publicações do Centro de Memória da Unicamp - CMU, Campinas, 1996.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras negras: invisibilidade expropriadora. In: Textos e Debates – Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas – UFSC; ano I, nº 2. Florianópolis, 1990.

BARROS, José D'Assunção. A cidade-cinema pós-moderna: uma análise das distopias futuristas da segunda metade do século XX. Crítica cultural – Vol. 6 – Nº1. Tubarão, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERTINATO, Wânia Lucy Valim. A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas: a trajetória do Condepacc (1987-2008). Dissertação de mestrado apresentada a Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2012.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. Editora da UFPR - Educar nº12. Curitiba, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1999.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Mappa do Municipio de Campinas [cartografia]. Escala 1:100.000. Centro de Apoio Didático (CAD) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Campinas, 1929b.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Planta da cidade de Campinas [cartografia]: levantada quando prefeito o Exmo. Sr. Orosimbo Maia. Escala 1:5.000. Centro de Apoio Didático (CAD) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Campinas, 1929a.

CANCLINI, Nestor G. Consumidores & cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CANCLINI, Nestor G. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARNIELLI, Flávio de Godoy. Gazeteiros e Bairristas: Memórias e Trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP. Campinas, 2007.

CARPINTEIRO, Antonio Carlos Cabral. Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta. Centro de Memória da Unicamp. Campinas, 1996.

CASSIRER, Ernst. A filosofia do iluminismo. Editora da Unicamp. Campinas, 1992.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo. Editora Paz e Terra S.A., 1999

CASTIGLIONE, Vicente. Mapa do município e cidade de Campinas [cartografia]. Escala gráfica. Centro de Apoio Didático (CAD) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. Campinas, 1952.

CHAUNU, Pierre. A civilização da Europa das Luzes. Volume 1. Editora Estampa. Lisboa, 1985.

CORRÊA, Marisa. O sexo da dominação. Revista de sociologia da USP – Tempo Social. Volume 11 – nº1. São Paulo, 1999.

CORRÊA, Mariza. Nossos mulatos são mais exuberantes. História, Ciências, Saúde. Manguinhos v.15, n.4, p.1099-1103. Rio de Janeiro, 2008.

CORRÊA, Mariza. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira. Etnográfica. Vol. IV (2). Lisboa, 2000.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. S.Paulo: Boitempo, 2016

DIOP, Cheikh Anta. A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Tradução de Sílvia Cunha Neto Edições Pedagogo. Odivelas, Portugal, 2014.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930 - Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, pp. 563-599, Rio de Janeiro, 2002.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. São Paulo: UNESP, 2006

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. DIFEL, São Paulo, 1972

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes e RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Revista de Administração Pública – RAP – v. 44; n. 2. Rio de Janeiro, 2010.

FILHO, Lycurgo de Castro Santos e NOVAES, José Nogueira. A febre amarela em Campinas 1889-1900. Centro de Memória da Unicamp. Campinas, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Editora Vozes. Petrópolis, 2008.

FREITAS, Sônia Maria de. O café e a imigração. Editora Saraiva. São Paulo, 2003.

GADELHA, Regina Maria d’Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. Congresso Internacional da Escravidão – USP. São Paulo, 1988.

GHILARDI, Flávio Henrique. O lugar dos pobres na cidade de Campinas-sp: questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos-USP. São Carlos, 2012.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GIESBRECHT, Érica. O passado negro: a incorporação da memória negra da cidade de Campinas através de performances de legados musicais. Performa '11 – Encontros de Investigação em Performance. Aveiro, 2011.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Identidade e regionalismo Paulista: trajetória e mutações. Anais do XXXVI ANPUH. São Paulo, 2011.

GOMES, Eustáquio. Os rapazes d’A Onda e outros rapazes: modernismo, técnica e modernidade na província paulista, 1921-1925. Editora da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje – Anpocs, p. 223-224. Rio de Janeiro, 1984.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A questão política das chamadas “terras de preto”. In: Textos e Debates – Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas – UFSC; ano I, nº 2. Florianópolis, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Editora DP&A: São Paulo, 2006

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Editora Vozes, 2011, p. 103-133

HAUFBAUER, Andreas. Ideologia do Branqueamento: Racismo à brasileira, in: Atas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Porto, 2000.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Tradução de Eglê Malheiros. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. A revolução industrial. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. Editora Paz e Terra, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões. In: Textos e Debates – Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas – UFSC; ano I, nº 2. Florianópolis, 1990.

LEITE, Mario. Afonso D'Escragno Taunay: Historiador de São Paulo, capitania, província, estado. [s.n.], 1964.

LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1967.

LOTIERZO, Tatiana H. P. e SCHWARCZ, Lilia K. Mortiz. Raça, gênero e projeto branqueador: "a redenção de Cam", de modesto brocos. Artelogie nº 5. Paris, 2013.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais: Negros em Campinas (1888 – 1926) alguns aspectos. Dissertação de mestrado. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas, 1985.

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. Editora Contexto. São Paulo, 2009.

MARIAS, Julian. História da Filosofia. Edição Sousa & Almeida. Porto, 1987.

MARTINS, Alessandra. Matriz africana em Campinas: territórios, memória e representação. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2016.

MARTINS, Alessandra. Requalificação urbana: a Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Campinas/SP. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Urbanismo da Puc Campinas. Campinas, 2011.

MARTINS, José Pedro. Campinas do Matto Gosso: da febre amarela à cólera dos rios. Impressão: Printshop. Campinas, 1997.

MARTINS, Valter. Comida, diversão e liberdade. Os tanguás de Campinas no final da escravidão. Revista Urbana; ano 2; nº 2. Irati, 2007.

MARTINS, Valter. Nos arredores do Mercado Grande: mudança urbana e agitação social em Campinas na segunda metade do século XIX. Oculum Ensaios; Revista de Arquitetura e Urbanismo. Campinas, 2002.

MARTINS, Valter. O mercado das hortaliças e a cadeia. A intensa vida social em um pequeno espaço da cidade. Campinas, século XIX. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009a.

MARTINS, Valter. Pelas ruas, de porta em porta. Verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do Império à República. Revista de História Regional. 14(2). Ponta Grossa, 2009b.

MARTINS, Valter. Policiais e populares: educadores, educandos e a higiene social. Cad. Cedes; vol. 23; nº 59. Campinas, 2003.

MATTOS, Odilon Nogueira de. Café e ferrovias. Editora Alfa Omega. São Paulo, 1974.

MENDONÇA, Cleonice Pitangui. Patrimônio e comunidade: o caso da Serra da Barriga União dos Palmares AL. In: Textos e Debates – Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas – UFSC; ano I, nº 2. Florianópolis, 1990.

MILLIET, Sergio. Roteiro do café: e outros ensaios. São Paulo, SP: BIPA, 1946

MIRALES, R. A Identidade Quilombola das comunidades Pedro Cubas e Ivaporunduva. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Editora Hucitec. São Paulo, 1984.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional em Campinas – Campinas, SP, UNICAMP/CMU Publicações; Arte Escrita, 2009

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras. São Paulo, 1994.

MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Mazza Edições. Belo Horizonte, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme e LOPEZ, Adriana. História do Brasil: uma interpretação. Editora 34. São Paulo, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. Editora Global. São Paulo, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Devoção e Identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro nas Minas Gerais no Setecentos. Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, 2006

ORTIZ, Renato. Cultura e modernidade: a França no século XIX. Editora brasiliense. São Paulo, 1991.

PAIVA, Rodrigo Tavares. Zonas de Influência Portuárias (Hinterlands) e um Estudo de Caso em um Terminal de Contêineres com a Utilização de Sistemas de Informação Geográfica. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

PAVANATI, Cássia Mariane. A Saúde e a Doença em Campinas: 1889-1930 (re)visitando uma história. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP. Campinas, 2013.

PRANDI, Reginaldo. Modernidade com feitiçaria: candomblé no Brasil do século XX. Tempo Social; revista de sociologia 2[1]. São Paulo, 1990.

Prefeitura Municipal de Campinas, SMCET - CONDEPACC, Proc. de Tombamento N° 011/01, Imóvel da Rua Emílio Ribas 1468, Cambuí , Campinas (Museu do Negro de Campinas). Campinas, 2001.

PREVITALLI, Ivete Miranda. Candomblé: Agora é Angola. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC SP. São Paulo, 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução Maria Cecília França. Editora Ática. São Paulo, 1993.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional: representações geográficas do Museu Paulista. Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. Vol. 6. São Paulo, 2004.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. Universidade de São Paulo. Representação das religiões de matriz africana e identidade étnico-religiosa no Brasil. Macumba? Isso é coisa de preto!. In.: A Representação na Religião: Perspectivas Psicológicas. Editora Loyla. São Paulo, 2002.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Religiosidades, Cultura e Sociabilidade Em Algumas Antigas Igrejas e Largos de Campinas (SP): Santa Cruz, São Benedito e Rosário. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007

RODOLPHO, Patrícia. A rua em imagens: as transformações urbanas na fotografia – Um estudo de caso sobre a rua 13 de Maio em Campinas / SP. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Mídias da Unicamp. Campinas, 2004.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro, 1989.

ROTARY, International. <http://www.rotary4420.org.br> São Paulo. Consultado em Maio de 2017.

SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das Origens ao Futuro – Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa

Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Editora da Unicamp. Campinas, 2002

SCHWARCZ, Lilia K. Mortiz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia 18 (1996), 77-101. Salvador, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. Companhia das Letras. São Paulo, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). Companhia das Letras. São Paulo, 1993.

SEPPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Brasília, 2013.

SEPPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Caderno de debates: Povos tradicionais de matriz africana. Brasília, 2016.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade. Annablume. São Paulo, 2004.

SILVA, Fabiola Andrea. Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Kerollayne Ketry e ALMEIDA, Suely . C. Monções e bandeiras – um breve comparativo social, econômico e geográfico sobre a exploração territorial na América portuguesa. JUPEX 2013 – UFRPE. Recife, 2013.

SIMSON, Olga Rodrigues de M. Von e SOUZA, Carlos Roberto Pereira de. O samba em Campinas: sua evolução e diversificação ao longo do século XX. X Encontro Regional Sudeste de História Oral – Educação das Sensibilidades: Violência, desafios contemporâneos. Campinas, 2013.

SLENES, Robert W. “Malungo, ngoma vem!” África coberta e descoberta no Brasil. Revista USP. São Paulo, 1992.

SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

SOMMER, Michelle Farias. Territorialidade negra urbana. A morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança história comum. Dissertação

de mestrado apresentada ao Curso de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Carlos Roberto Pereira de. Memória, longevidade e tradição: a batuta resistência – a saga da Corporação Campineira Dos Homens de Cor. Anais do I Fórum sobre Patrimônio Cultural Campineiro. Campinas, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C. e CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. História das Bandeiras Paulistas. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Salvador, 2012.

TEIXEIRA, Alessandra, SALLA, Fernando A. e MARINHO, Maria Gabriela da S. M. da C. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da república. Revista Estudos Históricos, vol. 29, nº 58. Rio de Janeiro, 2016

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800; tradução de Marisa Rocha Mota. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2004.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Repensando a questão da territorialidade negra. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Belo Horizonte, 1992.

VIAGENS, O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico. <http://www.slavevoyages.org> (acessado em 13 de abril de 2017)

VIGNOLI, José Antonio Penteado. A Campinas do Dr. Vieira Bueno: o médico dos pobres e seu sucesso. Gráfica e Editora Teclatipo Ltda. Campinas, 2005.

VISÃO. Campinas: autêntica cidade laboratório. Acervo do Centro de Memória da Unicamp - Hemeroteca João Falchi, consultado em: 11/01/17 São Paulo, 04 de janeiro de 1957

VOGT, Carlos e FRY, Peter. Cafundó: a África no Brasil. Companhia das Letras. São Paulo, 1996.

ZAMBELLO, Marco Henrique. Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2005.